

ISSN 1809-3191

# REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Dezembro 2006



Número 8

Número 8 2006



“Navale Bellvm Navtis Docere”

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL



# Tecnologia Naval para Produtos e Serviços de Qualidade



Construção e reparo de meios navais, integração de sistemas de combate, fabricação de munição de médio e grosso calibres, sistemas digitais, guerra eletrônica e apoio logístico integrado.



## Naval Technology Applied to Quality Products and Services

Naval Shipbuilding and Repair, Systems Integration, Ammunition Production of Medium and High Calibers, Digital Systems, Electronic Warfare, Integrated Logistic Support.

AG Comunicação Visual

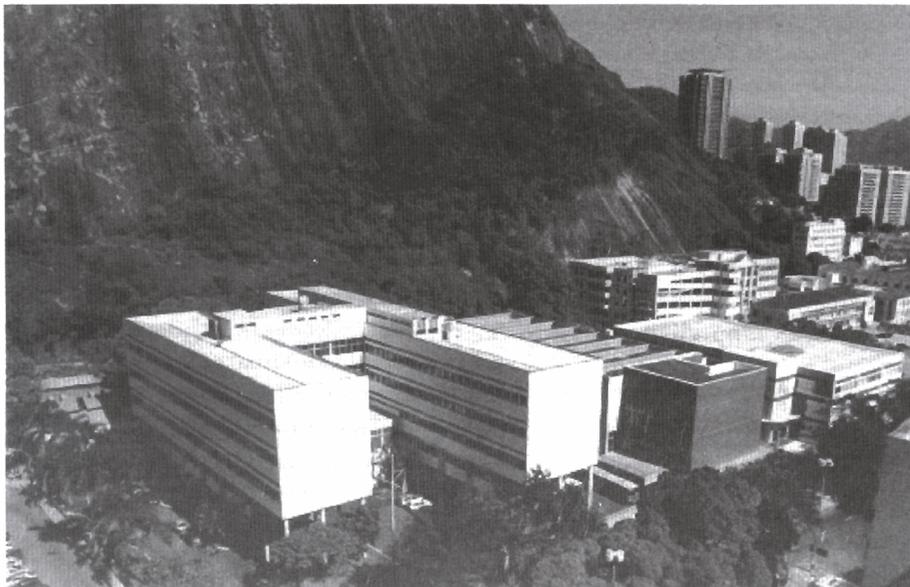
Empresa Gerencial de Projetos Navais  
Edifício 8 do AMRJ - 3º andar - Ilha das Cobras  
Cep.: 20091-907 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Tels.: (21) 3907-1800 Fax: (21) 2233-5142  
E-mail: marketing@emgepron.mil.br Site: www.emgepron.com.br



CONHECIMENTO, PRECISÃO E SEGURANÇA NAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DA ATECH, A PARCEIRA CERTA PARA SUPERAR SUAS METAS EM QUESTÕES CRÍTICAS

www.atech.br

# REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL



ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
Av. Pasteur, nº 480, Praia Vermelha  
Urca - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
22290-240

## NOSSA CAPA:

Medalha-Prêmio Escola de Guerra Naval. Criada pelo Decreto no 5.857, de 24 de julho de 2006, destina-se a agraciar o Oficial que concluir com distinção o Curso de Política e Estratégia-Marítimas (C-PEM) e os Oficiais do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha, que concluírem em primeiro lugar o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da Escola de Guerra Naval.

ISSN - 1809-3191

Revista da Escola de Guerra Naval

Rio de Janeiro

nº 8

p. 1-98

Dezembro 2006



A **Revista da Escola de Guerra Naval** é um periódico especializado que tem como objetivo publicar, disseminar e promover o intercâmbio, em níveis nacional e internacional, de informações nas seguintes áreas de concentração: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítima e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle.

Este periódico visa a proporcionar uma maior integração entre a Marinha do Brasil e a sociedade acadêmica, publicando textos científicos, de interesse da Defesa Nacional.

Os artigos publicados pela Revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, podendo ser reproduzidos desde que citada a fonte.

Os trabalhos poderão ser apresentados por civis e militares, conforme as Normas para Publicação citadas na última página de cada volume e constante do site [www.egn.mar.mil.br](http://www.egn.mar.mil.br).

Revista da Escola de Guerra Naval  
Direitos desta edição reservados à EGN – Av Pasteur, 480,  
Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290-240  
Tel (21) 2295-7882

Publicação semestral, editada em português e inglês, de natureza acadêmica, sem fins lucrativos.

#### COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho

#### CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Almirante-de-Esquadra Euclides Duncan Janot de Matos

#### DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva

#### Chefe do Departamento de Ensino

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

#### Chefe do Departamento de Recursos Didáticos

Capitão-de-Corveta (T) Alexandre França de Mello

#### Editor Responsável

Capitão-de-Fragata (T) Maria de Fátima Martins da Costa

#### Programação Visual

Capitão-Tenente (AA) Carlos Cesar Arigoni Maia

#### Identidade Visual e Capa

Servidor Civil Josenildo Bezerra Cavalcante

#### Revisão Ortográfica

Capitão-de-Fragata (T) Maria de Fátima Martins da Costa

#### CONSELHO CONSULTIVO

Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

Vice-Almirante Fernando Manoel Fontes Diéguas

Vice-Almirante Afonso Barbosa

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

Professora Angela da Rocha

Professora Mônica Herz

Professor José Murilo de Carvalho

Professor Antônio Celso Alves Pereira

Professor Alcides Costa Vaz

Revista da Escola de Guerra Naval. – n. 8 (dez. 2006) - . – Rio de Janeiro :

Escola de Guerra Naval , 1968-

v. ; 27 cm.

Semestral

ISSN 1809-3191

1. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Escola de Guerra Naval.

II. Título.

CDD 359.00981

## **PALAVRAS DO DIRETOR**

---

Em 2005, foi estabelecida a Visão da Escola de Guerra Naval (EGN), qual seja:

**“Ser reconhecida como um Centro de  
Excelência em ensino e pesquisa no  
campo da Defesa Nacional, até 2014.”**

Embora a EGN já seja reconhecida como uma excelente Instituição no âmbito das Forças Armadas brasileiras, esta Visão busca consolidar esse conceito no nível nacional e internacional, principalmente entre as melhores escolas militares semelhantes de outros países. Além do mais, com o aumento do interesse, por parte das universidades brasileiras e dos centros de estudos, pelos assuntos relacionados com a Defesa Nacional, é necessário que a EGN também aprofunde as pesquisas, de modo a poder contribuir para a discussão dos temas afetos a essa importante área do conhecimento. O ano de 2014, embora seja muito próximo ao se considerar a amplitude da mudança, foi escolhido por ser uma data significativa, quando a EGN completará o seu primeiro centenário.

Para atingir o reconhecimento almejado, é necessário, principalmente, aprimorar a qualificação do Corpo Docente, criando inclusive um Corpo Permanente com doutores e mestres; fomentar a pesquisa e a publicação de artigos em revistas indexadas; aperfeiçoar os currículos; incrementar a participação do Corpo Discente; consolidar a EGN como um centro disseminador de conhecimentos; e promover a cooperação com as universidades e escolas similares de outros países.

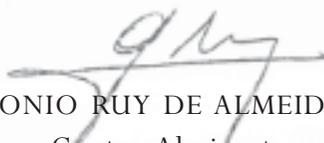
Este Corpo Docente deverá ser formado por professores concursados, com doutorado; oficiais da reserva com mestrado e alguns com doutorado; oficiais da ativa com mestrado e ou doutorado; e uma parcela de cerca de um terço desse Corpo com oficiais da ativa com grande conhecimento profissional. Dessa forma, mesclar-se-ão a experiência dos oficiais da reserva, o conhecimento teórico dos professores e a atualização profissional dos oficiais da ativa. A qualificação e a experiência do Corpo Docente influenciarão na qualidade do ensino e da pesquisa, possibilitando que, em médio prazo, a EGN seja capaz de incrementar sua contribuição no processo de gerar pensamento estratégico próprio, que contribua para a formulação do pensamento Naval e de Defesa, autenticamente brasileiro.

Nesse processo de aprimoramento, a Revista da Escola de Guerra Naval desempenha um importante papel como fórum de debates, aberto à contribuição

de civis e militares. A versão em inglês da edição anterior já foi distribuída para várias bibliotecas, universidades e instituições de outros países. Em face da grande procura da edição em português, decidimos disponibilizar todas as edições na página da Escola na Internet ([www.egn.mar.mil.br](http://www.egn.mar.mil.br)).

A capa desta edição homenageia a criação, neste ano, por Decreto Presidencial, da Medalha Escola de Guerra Naval, que visa a premiar os melhores alunos dos nossos Cursos. Essa Medalha será um fator que contribuirá para o incremento da participação do Corpo Discente, que é uma das metas decorrentes da Visão da nossa Escola.

Desejo a todos uma boa leitura.



ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA  
Contra-Almirante  
Diretor

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| GUERRA EM 2005<br>Professor Dr. Martin Van Creveld .....  | 6  |
| MAIS UM COMPLICADOR NO ORIENTE MÉDIO<br>VA (Ref <sup>o</sup> ) Armando Amorim Ferreira Vidigal .....  | 20 |
| MÚLTIPLOS ASPECTOS DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS<br>(FA) NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)<br>Dr Ubyratan Guimarães Cavalcanti .....                        | 32 |
| INTRODUÇÃO À ARTE OPERACIONAL<br>CF José Carlos Pinto .....   | 47 |
| O PONTO CULMINANTE DO ATAQUE CLAUSEWITIZIANO NA<br>CAMPANHA DE ROMMEL NA ÁFRICA DO NORTE<br>CC Haroldo Vasques Leandro .....                                  | 63 |
| INGRESSO DO BRASIL NO SISTEMA OTAN DE CATALOGAÇÃO:<br>PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA<br>BRASILEIRA<br>CC(IM) Marcos Oliveira Matos ..... | 76 |
| SEAPOWERS: A GUIDE FOR THE TWENTY-FIRST CENTURY<br>(RESENHA)<br>CC Eduardo Augusto Wieland .....  | 91 |
| Biblioteca da EGN .....   | 93 |
| Normas para publicação de artigos na Revista da EGN .....   | 94 |

## Guerra em 2025

---

### *Martin van Creveld*

*O Professor Martin van Creveld é PHD na London School of Economics and Political Science, historiador militar e Professor do Departamento de História da Universidade Hebraica, em Jerusalém.*

Citando aquele grande especialista em defesa, além de poeta secreto, Donald Rumsfeld, “Como sabemos, há coisas que são conhecidas; há coisas que nós sabemos que conhecemos. Também sabemos que há coisas que são desconhecidas. Isso quer dizer que sabemos que há coisas que desconhecemos. Mas há ainda coisas que não sabemos que desconhecemos, aquelas que desconhecemos desconhecer.”<sup>1</sup> É claro que ninguém pode afirmar honestamente como será o mundo em 2025; além disso, o que acontecer até lá não acontecerá da mesma forma e nem no mesmo ritmo, nas diferentes partes do mundo. Tendo em mente essas limitações, estou pronto para acrescentar uma quinta categoria às quatro de Rumsfeld e dizer algo sobre as coisas que eu *creio* conhecer.

### I

Primeiramente, devido a fatores estratégicos, econômicos e tecnológicos, o número de países possuidores de armas nucleares continuará a aumentar. Tal fato é determinado por dois fatores: capacidade e vontade. A partir de 2005, até a Coreia do Norte, um país isolado e cujos cidadãos estão literalmente, segundo consta, passando fome, foi capaz de se juntar ao clube nuclear. Parece então que capacidade deixou de ser uma limitação à proliferação. No momento em que escrevo este texto, existem nove potências nucleares. Se o único fator fosse capacidade, esse número poderia facilmente subir para cinquenta ou sessenta. Atualmente, apenas em regiões da África, da Ásia Central e da América Latina é que ainda existem países cuja infra-estrutura econômica, industrial, técnica ou científica está atrasada demais para que eles possam construir armas nucleares dentro de um prazo razoável – digamos, de dez anos – se assim o desejarem.

Mas isso não significa que em vinte anos teremos cinquenta ou sessenta países com armas nucleares e seus respectivos veículos de lançamento. Muitos países Europeus e vários da América Latina têm capacidade para construir armas nucleares, mas provavelmente só o farão caso venham a se sentir ameaçados pela Rússia ou pelos Estados Unidos, respectivamente. Quando e se isso ocorrer, a região com maior probabilidade de proliferação nuclear é a Ásia. Desde a Turquia, passando pelo Irã e a Indonésia, a Malásia, a Coreia do Sul, Taiwan e Japão, a Ásia possui vários países com todos os requisitos para construir armas

nucleares caso queiram. Alguns têm ainda a vontade; em especial, o Irã (que poderá ser seguido da Turquia, depois da Arábia Saudita, da Síria e do Egito). Na Ásia Oriental e na Ásia Austral o fator mais provável de desencadear uma corrida nuclear seria a saída dos americanos daquelas regiões. Nesse caso, como a China e a Coreia do Norte já se juntaram ao clube nuclear, os mais prováveis seguidores seriam Coreia do Sul, Taiwan, Japão, Indonésia e Malásia.<sup>2</sup>

Portanto, devemos pressupor que teremos um mundo com quinze, vinte, talvez vinte e cinco, potências nucleares, dos quais seis a oito estarão localizadas no Sul, Sudeste e Leste da Ásia. Já o tamanho do arsenal desses países irá variar muito devido à grande diversidade de suas economias, capacidades técnicas e objetivos estratégicos. Alguns terão muitas ogivas – embora não seja provável que venham a ter tantas quanto as superpotências durante a Guerra Fria – outros terão apenas algumas. Alguns construirão armas nucleares táticas, outros não. Algumas dessas potências deverão comprar aeronaves de combate da próxima geração caso venham a ser vendidas. Um ou dois desses países poderão adquirir Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM), como acusam o Irã de estar planejando fazer. Entretanto, a grande maioria dos países, sem dúvida, se contentará com mísseis de alcance curto, médio e intermediário e com mísseis de cruzeiro. Todos serão capazes de infligir danos “inaceitáveis” a seus vizinhos, ou seja, terão capacidade para transformá-los em desertos radioativos. E como será esse mundo do ponto de vista militar? Essa é a questão que iremos analisar a seguir.

## II

Seguramente podemos supor que nas próximas duas décadas não será encontrado um sistema eficaz e cem por cento confiável de interceptação de mísseis balísticos com ogivas nucleares (se é que isso será possível algum dia). Principalmente se esses mísseis forem do tipo com Múltiplos Veículos de Reentrada Independente (MIRV), como certamente serão alguns deles. E principalmente se esses dispuserem de módulos especiais de auxílio para penetração.

As tentativas para construir uma defesa contra mísseis nucleares datam de cinquenta anos. Usando os Estados Unidos como exemplo, por serem os possuidores da tecnologia mais avançada, no final da década de 50 havia um míssil chamado Nike Zeus que nunca foi disparado. O Nike foi seguido pelo Sprint, que por sua vez foi seguido pelo Spartan, e este pelo Sentinel. Nenhum desses mísseis era capaz de interceptar a entrada de um míssil balístico com um tiro certo. Por isso eles se valiam de ogivas nucleares para destruir seus alvos; uma proposta arrepiante que, felizmente para todo o mundo, nunca foi testada e muito menos transformada em realidade operacional. O Sprint, o Spartan e o Sentinel se tornaram obsoletos quando os Soviéticos introduziram o MIRV, e por isso foi criada a Iniciativa de Defesa Estratégica, que foi seguida

da Defesa Nacional de Mísseis. Mas os mísseis anti-balísticos eram apenas uma parte da história. Lasers baseados no espaço (que extrairiam a energia necessária para seu acionamento da explosão de bombas de hidrogênio), lasers baseados em terra e outros sistemas ainda menos críveis foram propostos e rejeitados. Se levarmos em consideração todos os sistemas, as quantias gastas com a defesa de mísseis balísticos ultrapassariam facilmente os 100 bilhões de dólares. E todos foram parar no lixo.

Assim como os Estados Unidos, a União Soviética também trabalhou nos anos 60 em um sistema de míssil anti-balístico conhecido na OTAN como Galosh. Semelhante ao Nike Zeus, ele também contava com uma ogiva nuclear de alta potência e, do mesmo modo, nunca foi testado, felizmente, contra um ICBM de verdade (embora uma bateria de Galoshes tenha sido posicionada em torno de Moscou). Outros países estão mais propensos a se interessarem por mísseis menores. Nesse caso, há algumas experiências que podem ser projetadas no futuro. Durante a Primeira Guerra do Golfo as atenções se voltaram para os mísseis americanos Patriot que, no entanto, se provaram um fracasso total. Acabada a guerra, descobriu-se que nem um único Scud havia sido derrubado. Apesar de ter sido aprimorado mais tarde, constatou-se que a nova versão do Patriot era quase tão perigosa para aeronaves amigas quanto para as inimigas.

<sup>3</sup> De qualquer forma, ele nunca foi testado contra nada mais perigoso que os mísseis de curto alcance Al Samoud de Saddam Hussein. Mesmo assim, os resultados parecem ser confusos. Alguns Samouds, disparados no Kuwait durante a Segunda Guerra do Golfo, podem ter sido abatidos e outros não. É claro que um sistema que não possa ter um desempenho melhor que este não é suficientemente bom.

O míssil israelense Arrow, que foi construído para interceptar os Scuds e que não consegue abater o iraniano Shihab III, é uma grande conquista tecnológica, mas em termos militares está condenado ao insucesso. Assim como o Patriot, o Arrow está “operacional” e uma bateria foi posicionada para proteger a região central de Israel. No entanto, ele apresenta um longo histórico de testes fracassados. É claro que cada vez que isso acontece podem-se tirar lições e introduzir melhorias, mas ninguém pode garantir qual será seu desempenho na próxima vez que for disparado; portanto, ele é praticamente inútil. Um sistema de defesa nuclear que pretende ser útil – de modo a permitir que um país use a guerra como um instrumento político contra uma potência nuclear sem correr o risco de suicídio nacional – tem que ser não apenas cem por cento confiável, mas dez mil por cento. Meu palpite é que nenhum sistema que chegue perto de atender a esse requisito surgirá nos próximos vinte anos.

O que se aplica aos Estados Unidos e seu protegido, Israel, se aplica ainda mais ao resto do mundo. Há cerca de uma década alguns membros da União Européia vêm falando em desenvolver uma defesa antimíssil, mas até agora nem mesmo um protótipo foi produzido. E uma das razões para isso é que os europeus não conseguem chegar a um acordo sobre quem é o inimigo;

será que a ameaça virá do Leste, como acontecia na época da Guerra Fria, ou será que devem voltar sua atenção para o sul? Devido à desunião política e às limitações financeiras, a probabilidade é que nenhum sistema europeu venha a ser produzido em um futuro próximo. A maioria dos outros países não possui nem a infra-estrutura tecnológica nem os meios financeiros para tal. Rússia, China, Índia, Paquistão e Irã dificilmente terão êxito onde os Estados Unidos falharam. Daqui a vinte anos, esses países assim como outros deverão estar tão indefesos contra um bombardeio nuclear quanto agora. E como, nesse meio tempo, os veículos de lançamento deverão se multiplicar, eles estarão ainda mais indefesos.

O fracasso em construir uma defesa confiável contra mísseis nucleares tem implicações bem mais abrangentes. No início da década de 60, os planejadores de defesa americanos elaboraram uma doutrina que ficou conhecida como MAD ou Garantia de Destruição Mútua. Apesar de essa doutrina ter sido descartada mais tarde, e apesar de os Estados Unidos terem, desde então, desenvolvido várias outras doutrinas fantasiosas, na prática a MAD continuou a prevalecer até os nossos dias. Vários outros países também elaboraram suas próprias doutrinas nucleares, algumas mais conhecidas e outras menos, algumas exigiam tipos especiais de armas e de veículos de lançamento, e assim por diante. As doutrinas podem ter levado ao desenvolvimento tecnológico ou vice-versa. No fim, nada disso teve importância.

Como doutrina, a MAD poderia ser ignorada, descartada, substituída, ou mesmo ridicularizada. Porém, em termos práticos, ela se manteve em vigor não apenas nos Estados Unidos, mas em todas as regiões onde as armas nucleares se proliferaram. Ela é responsável por manter a paz durante cerca de cinquenta anos entre todas as potências nucleares sem exceção. Isso se torna mais evidente se compararmos o que as grandes potências fizeram, ou deixaram de fazer, umas às outras desde 1945 com o que fizeram nos três séculos anteriores. E a probabilidade é de que não haja mudanças nos próximos vinte anos.

### III

Então vamos supor que a proliferação nuclear continue em ritmo acelerado, a MAD prevaleça e nenhuma guerra estoure. Nesse caso, o que acontecerá com outros tipos de conflito armado? Nos últimos sessenta anos a resposta a essa pergunta ficou evidente. Primeiro foram as Super Potências e depois os outros países que pararam de lutar entre si, para valer ou de qualquer modo. Um bom exemplo disso é o que acontece no sul da Ásia: as maiores potências da região, Índia e Paquistão, se odeiam e durante vinte e quatro anos, entre 1947 e 1971, travaram nada menos que três guerras sangrentas. Porém, bastou a Índia demonstrar sua capacidade nuclear através da chamada PNE (Explosão Nuclear Pacífica), e nunca mais os dois países lutaram entre si. Após

os testes dos artefatos nucleares paquistaneses, em 1999, as relações entre os dois estão melhores do que nunca – o que significa que se pode ir de Karachi até Nova Deli de ônibus. Já faz algum tempo que Índia e Paquistão concordaram em notificar um ao outro sobre quaisquer manobras militares realizadas perto da fronteira entre os dois países; houve ainda um acordo recente de aviso antecipado sobre testes com mísseis balísticos – uma medida que tem o objetivo de evitar alarmes falsos e guerra acidental – e estabeleceram uma linha direta entre as duas capitais.<sup>4</sup>

Isso não significa, é claro, que não haverá mais conflitos armados convencionais em 2025, e muito menos que as armas nucleares transformam velhos inimigos em pombas rolas. O que quer dizer é que, como a proliferação nuclear está ao alcance até de países do terceiro mundo, tais conflitos provavelmente serão travados entre ou contra países cada vez menores e cada vez menos importantes. Qualquer manual internacional disponível poderá nos mostrar que há décadas o tamanho das forças convencionais está diminuindo, assim como os conflitos travados entre estas. Este autor, honestamente, prevê que esse declínio continuará.

Alguns crêem que esse encolhimento das forças convencionais é compensado, ou talvez causado, pelo advento das armas modernas, inclusive e principalmente, as munições inteligentes; em outras palavras, o crescimento do poderio militar ao invés de depender de fatores quantitativos, como ocorria no passado, tornou-se quase que exclusivamente qualitativo.<sup>5</sup> Discordo. Não há dúvida que as munições e armas modernas são muito mais eficazes e que só é necessária uma quantidade muito menor destas para atingir o mesmo número de alvos<sup>6</sup> que as armas anteriores. O que eu discuto é que elas sejam mais eficazes *umas em relação às outras*. Contra um navio de guerra moderno outro navio de guerra moderno não é mais eficaz que seu antecessor de 1945 era contra o inimigo *dele*. Contra um bombardeiro moderno outro bombardeiro moderno não é mais eficaz que o Spitfire britânico da Segunda Guerra Mundial era contra o Messerschmidt alemão do mesmo período. É claro que pode haver variações, mas não há razão para crer que na corrida entre o poderio aéreo e seu opositor, as defesas antiaéreas, um lado seja capaz de levar a melhor – até porque os artefatos eletrônicos dos dois lados são bastante semelhantes. Desse modo, aqueles que se limitam a comparar armas modernas com armas mais antigas cometem o mais elementar dos erros: o de fingirem que não existe inimigo.

Como os modernos sistemas de armas são tão competentes, caso sejam empregados contra sistemas do mesmo tipo o resultado será um forte atrito – tão forte quanto, por exemplo, foi a guerra entre árabes e israelenses em 1973 e em alguns pontos a guerra Irã-Iraque. E se o resultado será um forte atrito, é lógico que, se essa guerra for seriamente travada, tais sistemas deverão ser construídos em maior número, e não menor, do que seus antecessores. É claro que isso não está acontecendo e o principal motivo para isso não são as limitações

financeiras, como acredita a maioria das pessoas. Na verdade, a razão é a proliferação de armas nucleares e a prevalência de MAD, mesmo não declarada e despercebida, que evita que um número crescente de países use suas armas convencionais contra outros países, qualquer que seja a extensão do conflito. Seria muito esperar que esses fatores fizessem com que todos os países desistissem da guerra convencional, assim como as forças destinadas a travá-la, nos próximos vinte anos. Por outro lado, apesar de países continuarem a travar essas guerras, elas certamente serão menores e mais localizadas que as guerras do passado.

#### IV

Além de notar o declínio em termos de tamanho e números das forças que deverão travar guerras convencionais em 2025, o que mais pode ser dito a seu respeito e a respeito das armas que usarão? Talvez a primeira coisa a ser dita seja que, apesar da constante menção à “integração”, as diferenças básicas não serão eliminadas. Com isso quero dizer que, tanto em 2025 quanto hoje, os conflitos armados terão que diferenciar operações terrestres, aéreas e navais, assim como as forças designadas para lutar nesses diversos ambientes.

Começamos nossa análise com as forças terrestres, onde a principal evolução será a decapitação das forças. O processo já vem ocorrendo há algum tempo. Não faz muito, os países militarmente mais poderosos, como Rússia (União Soviética), Alemanha, Estados Unidos, França, Grã Bretanha e Japão, costumavam mobilizar e destacar milhões de tropas, que eram organizadas em exércitos e em grupos de exércitos. Seus comandantes eram generais com tantas estrelas que chegava a faltar espaço em suas dragonas. Hoje as estrelas continuam lá, mas as forças encolheram quase que na mesma velocidade que Alice no País das Maravilhas depois de comer o cogumelo; isso, aliás, faz com que qualquer conversa sobre o “achatamento” das organizações militares se torne uma tolice.<sup>7</sup> Diante do esperado declínio no escopo da guerra convencional, daqui a vinte anos certamente a maior unidade existente será a divisão; ou quem sabe a brigada.

É fácil falar sobre brigadas independentes e auto-controladas; difícil é constituí-las. Década após década, os inventários aumentaram à proporção que surgiam equipamentos novos e inusitados; sistemas de armas, munições, vários tipos de dispositivos eletrônicos, transportes... Década após década, vem se tornando cada vez mais complexo operar e manter esses equipamentos. A complexidade, por sua vez, exige um sistema de comando e controle mais sofisticado que conecte tudo a todo o resto. Fica muito bonito no papel o conceito de forças pequenas, altamente móveis, carregando um enorme poder de fogo, ao mesmo tempo em que travam “guerra por rede de dados” ou “guerra por saturação”.<sup>8</sup> Mas a verdade é que as brigadas são muito pequenas para conter todo o pessoal e equipamento necessários e ainda ter gente suficiente

para abrir fogo contra o inimigo. Por esse motivo, muito vai ter que ser delegado aos serviços de retaguarda, prestadores de serviços, segundos escalões, ou qualquer que seja o nome dado às formações responsáveis pela logística, manutenção e administração. Em todo o mundo as forças armadas terão sorte se conseguirem evitar que esses serviços cresçam demais. O mais provável é que eles continuem a se expandir; de modo que não faz sentido falar em aumentar o poder de ataque em detrimento das outras capacidades. Parece que alguns dos sistemas de armas mais pesados estão desaparecendo. Isso se aplica, principalmente, aos carros de combate. (Aqui, eu poderia contar a história de como o Exército Sueco, contrariando um conselho meu, gastou um bilhão de dólares na compra de tanques alemães Leopard II para depois deixá-los enferrujando na neve). O mesmo acontece com a artilharia de tubo, que foi inventada em torno de 1350, e agora tem quase sete séculos de idade. Durante esse tempo os canhões foram se tornando cada vez mais potentes, mesmo que não tenham ficado maiores e mais pesados. Muitas vezes foram usados como símbolos de poderio militar, como nas salvas e cerimônias do gênero. Mas o que marcou o seu fim, quase uma década depois que Israel decidiu não levar avante seu novo modelo de canhão, foi o fato de Rumsfeld ter cancelado o sistema de artilharia Crusader<sup>9</sup>. Atualmente, poucos países ainda produzem tanques e canhões, e por isso os que são perdidos pela ação do inimigo ou por desgaste não podem ser substituídos.

Quando estes faltarem, a artilharia reinará. Os grandes sistemas se tornaram muito vulneráveis à Munição Inteligente, e a virtude da infantaria está justamente na sua habilidade para dispersar e ocultar-se – principalmente no terreno urbano, onde deverá ser travada a maioria dos combates do futuro. A infantaria, tradicionalmente, luta a pé – foram nulas todas as tentativas para projetar um veículo que lhe pudesse dar proteção sem impedi-la de observar o inimigo e lutar – e deverá continuar a fazê-lo no futuro. Por outro lado, a infantaria sempre precisará de transporte e de apoio de fogo, e para isso vários veículos, inclusive os Veículos Blindados para Transporte de Pessoal, permanecerão em uso.

Quer tenham rodas ou esteiras, esses veículos carregarão todos os tipos de Munição Inteligente, inclusive as novas gerações de mísseis, morteiros etc. Uma parte da infantaria deverá ser transportada por helicópteros, que exigem muita manutenção e farão com que os serviços de retaguarda cresçam mais ainda. A infantaria terá à sua disposição uma variedade de pequenos veículos aéreos não-tripulados (UAVs), muito úteis para vigilância, reconhecimento, aquisição de alvo e outras funções. Todos estarão interligados por uma rede sofisticada de computadores portáteis e rádios, que permitirá que o último soldado em sua trincheira (ou, quem sabe, saco de dormir) localize e se comunique com todos os demais.<sup>10</sup> Em circunstâncias iguais, as melhores tropas serão aquelas que cresceram usando esses aparelhos e conseguem operá-los como se fizessem parte de seu próprio corpo.

No ar, quanto maior e mais dispendiosa for a aeronave de combate, menos futuro terá. Bombardeiros pesados convencionais, como o B-52 e o B-1, são relíquias da Guerra Fria que não deixarão herdeiros. Haverá tentativas para prolongar seu tempo de vida, até que, como os dinossauros, eles morram uma a uma de desgaste. Aeronaves mais modernas e não-convencionais, como o F-117 e o B-2, são úteis apenas contra países que não possuem armas nucleares. Não possuindo armas nucleares, os países em questão provavelmente também não possuem sistemas muito sofisticados de defesa antiaérea; isso quer dizer que as aeronaves são meros elefantes brancos. O Eurofighter, o Joint Strike Fighter, o F-22, o F-35 e o F-40, caso venham a ser construídos, só o serão em quantidade muito pequena, e muito mais para manterem a razão de ser das forças aéreas do que para serem utilizados em uma guerra de verdade.

Todas essas aeronaves serão substituídas por vários tipos de mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro e UAVs. Especialmente os UAVs, que são igualmente úteis para certos tipos de trabalho policial, representam uma indústria crescente. Juntamente com a Munição Inteligente, que eles passarão a carregar cada vez mais, dificultarão e tornarão impossível a vida de quaisquer sistemas de armas baseados em terra, grandes e pesados. Os mísseis de cruzeiro, relativamente baratos e simples de construir, serão produzidos por vários países e usados contra alvos estacionários. Alguns carregarão, ainda, ogivas nucleares.

Mísseis de cruzeiros são lentos, se comparados aos mísseis balísticos. Por outro lado, são fáceis de transportar de uma posição de fogo para outra e sua trajetória de vôo é muito baixa. Essas duas qualidades juntas os tornam tão difíceis de interceptar quanto seus primos mais velozes, podendo contribuir tanto para a MAD quanto os mísseis balísticos. Outros países lançarão satélites para girar torno da Terra; entretanto, devido à despesa que isso representa, poucos desses países terão possibilidade de adquirir todo o potencial de comunicações, navegação, vigilância, reconhecimento, aquisição de alvo e avaliação de danos baseado no espaço que só os Estados Unidos possuem atualmente.

À proporção que desaparece a maioria das aeronaves tripuladas, os helicópteros e o transporte aéreo continuam a ter importância. Mas, em muitos países, é provável que essas unidades passem a ser organizadas de forma diferente: ao invés de ficarem concentradas nas mãos das forças aéreas, como acontece hoje em dia, os helicópteros e os transportes de curto alcance poderão ser transferidos para as forças terrestres e marinhas de modo a simplificar o comando e o controle e encurtar o ciclo OODA (*Observação, Orientação, Decisão, Ação*). Alguns entendidos sugerem que, muito pelo contrário, as forças aéreas deverão criar unidades completas especializadas em anti-terrorismo e anti-guerrilha, com suas próprias unidades orgânicas de combate terrestre. Entretanto, até o presente momento, militares de país algum parecem aceitar essa idéia. Levando-se tudo em conta, das três forças, a que parece ter o futuro mais incerto é a força aérea. Ao fim e ao cabo, pode ser que ela fique com os

mísseis de ogiva nuclear, além dos meios espaciais. Os primeiros serão úteis para dissuasão nuclear e os últimos para auxiliar as outras duas forças. Mas isso será tudo.

No mar, só existe atualmente um país com uma marinha oceânica com capacidades globais (inclusive com o componente aéreo, que é crucial e sem o qual as marinhas ficam mais ou menos cegas e têm apenas um campo limitado de ataque). Quer admitam ou não, todas as outras tiveram seu papel reduzido ao de guardas costeiras. Se os Estados Unidos, daqui a vinte anos, ainda estarão dispostos e capazes de manter essa marinha extremamente dispendiosa não nos cabe discutir aqui. Só nos resta dizer que, caso a resposta seja negativa, não é provável que algum outro país possa substituí-los nesse âmbito. Isso, expressamente, inclui a China. Após engolir Hong Kong como uma jibóia engole sua presa, o próximo alvo da China é Taiwan. Conseqüentemente, a marinha de Beijing deve crescer. Talvez ela venha a adquirir submarinos, ou mesmo um pequeno navio aeródromo (quanto aos grandes navios aeródromos, sua execução requer um tempo tão longo que não é provável que a China tenha um em operação até 2025, mesmo que começasse a construí-lo amanhã).<sup>11</sup> Por outro lado, ao contrário dos Estados Unidos, a China nem é uma ilha global nem tem uma tradição naval altamente desenvolvida. E ainda ao contrário dos Estados Unidos, a China não tem um desejo especial de exportar seus ideais.

Por demandar muito capital, muito mais que o combate terrestre, é bem provável que o combate naval se torne menor e mais localizado. Como acontece desde 1945, o medo da escalada evita que países poderosos com capacidade para construir marinhas poderosas entrem em batalhas no Atlântico, e muito menos no Pacífico. Caso aconteça algum combate naval, este será travado perto da costa ou em torno de pontos de estrangulamento. Os principais candidatos a esse papel são o Estreito de Hormuz, os Estreitos de Málaga e de Taiwan. E não podemos esquecer outro forte candidato que é o estreito da Coreia – Tsushima.

## V

Enquanto que a guerra convencional está em franco declínio, cada vez mais localizada e menor, a guerra sub-convencional, de baixa intensidade, não trinitária, de quarta geração, ou qualquer que seja o nome que se der, está em franca ascensão.<sup>12</sup> Durante a década de 90, aqueles que acreditavam nessa tendência eram muitas vezes despachados. Porém, após Londres, Madri e, é claro, Nova York e Washington terem sido atingidos por esse novo tipo de guerra, isso está acontecendo com muito menos freqüência. Como esperado, as armas nucleares e MAD não foram capazes de eliminar as causas fundamentais da guerra. Na verdade, o que fizeram foi criar uma situação em que, no que se refere a lutar, as entidades soberanas com territórios e fronteiras (estados) estão cada vez mais se aliando a entidades que não possuem nem territórios

nem fronteiras e nem tampouco são soberanas. Há centenas de entidades desse tipo; dia após dia surgem outras entidades que se fundem a outras, se separam, ou morrem, muitas vezes sem que haja qualquer espécie de anúncio formal. Quer se queira ou não, o terrorismo, a guerrilha, a insurreição e as tentativas de fazer frente a estes vieram para ficar e representam o futuro. E tudo indica que isso não acontece só em países em desenvolvimento, onde esse tipo de confronto é endêmico, mas em muitos países desenvolvidos também.

Se tivermos que tirar alguma lição dos últimos seis anos de história esta será a de que as forças armadas modernas não estão adequadas para travar esse tipo de guerra. Por mais cruéis que fossem os alemães, em 1941 – 1945, eles tiveram grande dificuldade para controlar os territórios ocupados. Mais tarde, os ingleses perderam a luta na Palestina, na Malásia, no Quênia, em Chipre e em Áden, e logo depois resolveram abrir mão do resto de seu império mais ou menos sem luta. Os franceses perderam na Indochina e na Argélia, os Americanos no Vietnã e na Somália. Os portugueses foram derrotados em Angola e Moçambique, os sul-africanos na Namíbia, os soviéticos no Afeganistão, os indianos no Sri Lanka, os indonésios no Timor Leste... a lista é praticamente infindável. Enquanto escrevo este texto, os russos mal conseguem sustentar a situação na Chechênia, e não é possível vislumbrar um final para aquele conflito. Após décadas de luta, os israelenses se retiraram da Faixa de Gaza. E, nesse meio tempo, os americanos no Iraque estão fazendo o melhor que podem para lutar nesse tipo de guerra, do qual não há saída, a não ser, talvez, a derrota total.

Como os eventos no Iraque bem ilustram, quando confrontadas com essa espécie de luta, até mesmo as forças armadas mais ricas, mais poderosas, mais modernas e melhor equipadas de que se tem notícia quase que invariavelmente têm dificuldades. E tampouco a vontade de infligir morte e destruição – acredita-se que os indonésios tenham matado cerca de meio milhão de pessoas no Timor Leste – faz muita diferença nesse caso. Não vamos aqui analisar o motivo pelo qual tantas revoltas tiveram êxito ao passo que as tentativas para contê-las ou derrotá-las falharam. Basta dizer que, a partir das primeiras décadas do século XXI, nenhum país por mais que seja homogêneo, rico e devotado a sua própria satisfação parece estar seguro contra as novas formas de guerra. Basta dizer ainda que algo está realmente muito errado. Se houver alguma tarefa que as forças armadas do futuro terão que enfrentar será a de analisar os motivos do fracasso e se assegurar de que podem superá-los caso necessário. Se falharem aí, então, em muitos casos, sua existência e a da sociedade a que servem estarão ameaçadas.

À proporção que as forças armadas se adaptarem ao novo mundo, muitas das tendências mencionadas na seção IV do presente artigo serão reforçadas. Carros de combate, artilharia e outras armas pesadas podem ser úteis na hora

de conquistar um país, mas seu papel no policiamento é necessariamente limitado. Os países podem ser arrasados do ar, como aconteceu com a Sérvia em 1999, mas é impossível governá-los de lá. Quanto mais pesada e capaz a aeronave, menor sua utilidade nesse tipo de luta que estamos analisando. Pelo mesmo motivo e mais ainda, os recursos espaciais, por estarem muito distantes, provavelmente jamais terão mais do que um papel marginal na contra-revolução.

<sup>13</sup> No passado, muitos insurgentes já utilizaram o mar, principalmente, para re-abastecimento. Entretanto, para lutar contra eles o melhor é utilizar embarcações relativamente pequenas e ágeis, ao invés dos monstros que costumavam dominar os mares nos tempos da Guerra Fria; isso ficou provado com o fato de que, assim que alguns foguetes Katyusha pousaram em Aqaba, os navios de guerra americanos que se encontravam ancorados ali levantaram âncora e foram para o mar. <sup>14</sup>

As agências de inteligência, principalmente as que dependem de serviços de escuta e contam com HUMINT, estão em ascensão. <sup>15</sup> O mesmo ocorre com as forças especiais e, do outro lado da escala, forças policiais capazes de vigiar tudo o tempo todo. Cercas eletrônicas, câmeras de vigilância, dispositivos para identificação segura de pessoas, equipamentos para visão noturna, aparelhos que podem ver dentro de bolsas, malas e recipientes, UAVs pequenos e portáteis, e outros equipamentos do gênero também estão sendo requisitados. Tudo o mais é mais ou menos dispensável e está em extinção.

## VI

Levando-se em conta os princípios gerais da organização militar, talvez possamos dizer o seguinte: primeiramente, até 2025, é provável que, até nos poucos países desenvolvidos em que ainda existe como Noruega e Itália, o serviço militar obrigatório seja extinto. Uma das razões para isso é o alto custo dos modernos sistemas de armas, o que limita seu número e impede que estes sejam distribuídos para o vasto contingente que o serviço militar disponibiliza; outra razão é que esses sistemas de armas exigem muito treinamento e manutenção especializada, o que torna a proposta de treinamento rápido do serviço militar bastante duvidosa.

Isso é o que acontece com as forças armadas dos países desenvolvidos. Porém, a proposta básica do presente artigo é de que muitos, ou mesmo a maioria, dos conflitos armados não serão travados por exércitos desenvolvidos, mas sim pelas forças desordenadas de países em desenvolvimento que entrarão em guerras de baixa intensidade, contra-revoluções, guerras civis, ou conflitos do gênero. A falta de uma infra-estrutura econômica e tecnológica adequada significa que essas forças tampouco disporão de muitas armas avançadas, tendo que contar com sobras de armamentos. Nessas condições, o serviço militar

obrigatório, mesmo quando conduzido aleatoriamente, continuará tendo uma função. O mesmo será verdade com forças semi-regulares, leais a senhores da guerra e outros líderes do tipo, e não a um estado.

Nos próximos vinte anos, deveremos ver crescer a importância dos mercenários.<sup>16</sup> Estes têm uma longa história, muitas vezes desonrosa, que vem desde a Grécia antiga, ou até antes. Quase sempre atuavam como auxiliares e especialistas, mas houve épocas e lugares em que compunham a maior parte das forças, como foi o caso específico dos séculos XV, XVI e XVII. Somente no século XIX é que os países europeus realmente tentaram prescindir da ajuda deles e marginalizá-los, uma medida que foi motivada em parte pelo desejo de reforçar o controle do estado e em parte pela idéia de que mercenários eram seres não civilizados.

Os mercenários ressurgiram após a Guerra Fria. Um dos motivos é que as forças que lutam entre si em países menos desenvolvidos carecem das habilidades que os mercenários podem oferecer e estão dispostas a pagar por isso. Outro motivo é que muitos países desenvolvidos, por várias razões, enviam forças para lutar em (fazendo um uso impróprio da famosa descrição da Tchecoslováquia feita por Neville Chamberlain) “países distantes sobre os quais não se sabe nada”. Como a experiência já demonstrou que a opinião pública não apóia esse tipo de guerra durante muito tempo, a melhor solução é utilizar mercenários. Mercenários são indivíduos que se alistam para lutar em uma determinada guerra, em determinado tempo e lugar, em troca de dinheiro, após o que, caso sejam mortos, só podem culpar a si mesmos.

Nas três últimas décadas, poucas questões têm ocupado tanto a atenção das pessoas que têm poder de decisão e do público em geral, quanto a presença das mulheres nas forças armadas.<sup>17</sup> Sem entrar em muitos detalhes, gostaria de expressar minha opinião sobre o assunto. Quase quatro décadas depois que as forças armadas começaram a admitir mais mulheres, no final dos anos 60, em todas as forças regulares, sem exceção, o papel das mulheres permanece marginalizado – o que se torna evidente pelo fato de que no Iraque, entre as vítimas americanas, apenas dois por cento sejam de mulheres.<sup>18</sup> Também não há a questão de que as mulheres assumirão as forças armadas do futuro com o aumento de sua presença, ou com sua entrada em combate em grandes números, ou ocupando posições superiores. Gostaria, porém, de dar um aviso. Como ocorre desde que Judite matou Holofernes após deitar-se com ele, as mulheres *continuarão* a ter um papel importante no terrorismo, na guerrilha e nas revoltas de todo tipo. Isso inclui, sem dúvida, o tipo de ação que requer que elas se explodam.

## VII

É óbvio que os acontecimentos acima, assim como muitos outros que não puderam ser discutidos aqui, somente serão realidade se as pessoas tornarem

isso possível. Por outro lado, as próprias ações das pessoas são motivadas por fatores sociais, econômicos e tecnológicos sobre os quais têm pouco ou nenhum controle. Já que tentei me concentrar nesses fatores e não nos indivíduos, acredito que muito do que foi descrito realmente acontecerá. Através de ação e interação, eles não terão o mesmo impacto em todas as partes do mundo, nem com na mesma velocidade. Isso vai depender da geografia, da estratégia nacional etc.

O que irá determinar se um país entrará em guerra contra seus vizinhos (ou contra o policial universal, os Estados Unidos) será sua localização, os vizinhos que possui ou não, os recursos de que dispõe e as políticas que ele e outros países adotarem. E inúmeros serão os fatores econômicos, sociais e culturais que irão determinar se esse país será agitado por guerra não-trinitária ou de quarta geração, ou por revoltas, guerrilha ou terrorismo. Os fatores que ameaçam a Finlândia não se aplicam à Argélia, e nem tampouco as coisas que o Japão precisa fazer para se defender se aplicam a Israel.

Tentei dar uma visão global e traçar um mapa amplo do futuro. Exatamente onde a Austrália se encontraria nesse mapa, ou o que precisaria fazer para achar seu caminho nesse mesmo mapa, são questões que deverão ser consideradas pelos próprios australianos

<sup>1</sup> Ver <http://state.msn.com/id2081042>.

<sup>2</sup> Sobre os caminhos que a proliferação pode tomar, ver Ch. Braun e C. F. Chyba, 'Proliferation Rings: New Challenges to the Nuclear Nonproliferation Regime', *International Security*, 29, 2, outono de 2004, pg. 5-49.

<sup>3</sup> D. Rose, "Patriot Downed Jet", *New York Daily News*, 15.4.2003.

<sup>4</sup> AP, "Índia, Pakistan Agree on Nuclear Safety", 7.8.2005, disponível em <http://news.ninemsn.com.au/article.aspx?id=57188>.

<sup>5</sup> Ver mais recentemente A. Kober, "Does the Iraq War Reflect a Phase Change in Warfare?" *Defense and Security Analysis*, 21. 2, Junho 2005, pg. 121-42.

<sup>6</sup> Para alguns cálculos relativos a esse assunto, ver D. T. Kuehl, "Airpower vs. Electricity: Electric Power as a Target for Strategic Air Operations", *Journal of Strategic Studies*, 18, 1, Março 1995, pg. 250-60; e também I. Ben Israel, "The Revolution in Military Affairs and the Operation in Iraq", em S. Feldman, ed., *After the War in Iraq: Defining the New Strategic Balance*, Brighton, Sussex Academic Press, 2003, p. 69 tabela 6.5.

<sup>7</sup> F. Fukuyama e A. N. Shulsky, "Military Organization in the Information Age; Lessons from the World of Business", em J. Arquilla and D. Ronfeldt, eds., *Swarming and the Future of Conflict*, St. Monica, CA, RAND, 2000, pg. 237-60.

<sup>8</sup> Arquilla and Ronfeldt, eds., *Swarming and the Future of Conflict*, trechos.

<sup>9</sup> "Rumsfeld Kills Crusader Artillery Program", *USA Today*, 8.5.2002.

<sup>10</sup> Para um breve relato do que está sendo feito, ver P. A. Buxbaum, "Making C 2 Work as One", *Armed Forces Journal*, Agosto 2005, pg. 36-8; e também T. Weiner, "Pentagon Envisioning a Costly Internet for War", *New York Times*, 13 Novembro 2004.

<sup>11</sup> Sobre a frota de submarinos da China, ver, L. Goldstein e W. Murray, "Undersea Dragons: China's Submarine Force", *International Security*, 28, 4, primavera de 2004, pg. 161-96; e, sobre a possibilidade de a China construir ou adquirir navios aeródromos, I. Storey e You Li, "China's Aircraft Carrier Ambitions; Seeking Truth from Rumors", *Naval War College Review*, 5, 7, 1, inverno de 2004, pg. 73-93.

<sup>12</sup> Os principais trabalhos a respeito desses tipos de guerra são: M. van Creveld, *The Transformation of War*, New York, N.Y, Free Press, 1991; M. Kaldor, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Environment*, Stanford, CA, Stanford University Press, 1999; e Th. X. Hammes, *The Sling and the Stone: On War in the 21<sup>st</sup> Century*, St. Paul, MN, Zenith, 2004.

<sup>13</sup> Sobre algumas armas espaciais que estão sob análise no momento, ver B. M. DeBlois e outros, "Space Weapons", *International Security*, 29, 2, outono de 2004, pg. 50-84.

<sup>14</sup> CBC, "Rockets Fired at U.S Navy's Ships in Aqaba", 12.8.2005, disponível em [http://www.cbc.ca/story/world\\_national/2005/08/19/missiles\\_from\\_jordan050819.html](http://www.cbc.ca/story/world_national/2005/08/19/missiles_from_jordan050819.html).

<sup>15</sup> Sobre a importância de HUMINT (e o fracasso Americano em consegui-la no Iraque) ver mais recentemente R. Peters, "The Case for Human Intelligence", *Armed Forces Journal*, Julho 2005, pg. 24-6.

<sup>16</sup> A respeito disso, ver M. L. C Lanning, *Mercenaries: Soldiers of Fortune, from Ancient Greece to Today's Private Military Companies*, Navato, CA, Presidio, 2005.

<sup>17</sup> Para um debate abrangente, ver M. Van Creveld, *Men, Women and War* (London, Cassell, 2001).

<sup>18</sup> Ver os números em <http://search.yahoo.com/search?p=american+casualties+iraq&sm=Yahoo%21+Search&fr=FP-tab-web-t&toggle=1&cop=&ei=UTF-8> (23.8.2005).

## MAIS UM COMPLICADOR NO ORIENTE MÉDIO\*

---

### ***Vice-Almirante (Ref<sup>a</sup>) Armando Amorim Ferreira Vidigal***

*O Vice-Almirante (Ref<sup>a</sup>) Armando Amorim Ferreira Vidigal é membro do Conselho do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval, do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP e do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos.*

A surpreendente e esmagadora vitória do Hamas nas eleições parlamentares da Autoridade Nacional Palestina (ANP), derrotando o Fatah do presidente Mahmoud Abbas – o partido obteve 74 cadeiras contra 45 do Fatah e 13 de outros partidos menores, o que lhe dá maioria absoluta no Parlamento – enseja algumas considerações.

Sem dúvida, o fenômeno faz parte de um fenômeno maior que envolve a eleição do radical Mahmoud Ahmadinejad para presidente do Irã algum tempo antes. Embora outras razões tenham tido um peso importante – no caso da ANP, a corrupção que caracterizou os 40 anos de predomínio do Fatah, e o desaparecimento da liderança carismática de Yasser Arafat; no caso do Irã, o fracasso das políticas moderadas do presidente anterior Mohamed Khatami em conseguir melhorar as condições de vida da população e promover as reformas políticas necessárias – a vitória dos radicais é, inegavelmente, uma consequência da política dos EUA para a região, ainda mais pró-Israel depois do 11 de setembro de 2001.

Muitos analistas têm comentado a vitória do Hamas. O levantamento das inúmeras análises parece-me essencial para definir uma posição sensata diante do problema.

Para Shaul Mishal, professor da Universidade de Tel Aviv, o Hamas terá de resolver o dilema entre “ideologia e realidade”. Segundo ele, uma das razões da vitória do Hamas foi a sua dedicação, como movimento islâmico, a projetos sociais, para os quais necessita de recursos que só virão se o grupo abdicar de sua postura de não admitir a existência do estado de Israel e se o grupo renunciar ao terrorismo como instrumento para a libertação da Palestina:

***“Vejo o Hamas entrando numa crise de identidade. Seus partidários têm uma forte dose ideológica e religiosa que não combina com a realidade do Oriente Médio (...) se seguirem fiéis à linha dura,***

---

\* Artigo escrito em fevereiro de 2006.

***ficarão isolados do mundo e se começarem a aceitar a existência de Israel, deixarão de ser o verdadeiro Hamas. É preciso um meio-termo.”<sup>1</sup>***

O professor Peter Medding, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Hebraica, de Jerusalém, também acredita que o Hamas terá de assumir uma posição mais moderada se quiser governar:

***“O Hamas tem que decidir se quer continuar a ser um grupo terrorista ou um grupo político, pragmático ou ideológico. Isso é fundamental.”<sup>2</sup>***

Para o professor, há três grandes questões que o Hamas vai enfrentar no governo e tudo vai depender da forma como irá resolvê-las:

- ? sua relação com o presidente Mahamoud Abbas;
- ? sua relação com Israel; e
- ? de onde virá o apoio financeiro.<sup>3</sup>

Também o escritor Sam Bahour<sup>4</sup>, filho de refugiados palestinos e que se diz satisfeito com a vitória do Hamas, acredita que não existe possibilidade de isolamento do Hamas pois, no governo, eles logo compreenderão que não podem se comprometer com atitudes que assumiram quando eram a oposição e, por outro lado, por terem chegado ao poder de forma indiscutivelmente democrática, sua administração não pode deixar de ser reconhecida pelos EUA e por Israel<sup>5</sup>. Diz ele:

***“Há 20 anos, a OLP também era um tabu e os israelenses sequer cogitaram a hipótese de dialogar, mas a política é dinâmica. No fim, a resistência se quebrou e a OLP chegou às mesas de negociação internacional.”<sup>6</sup>***

O chefe da Liga Árabe, Amir Moussa, diz algo semelhante:

***“Não podemos promover a democracia e depois lamentar os resultados da democracia ou nos opor ao resultado das eleições. Se o Hamas vai formar o governo, assumindo autoridade, tendo***

<sup>1</sup> “Opção entre dinheiro e atentados”, Shaul Mishal, entrevista à Renata Malkes, O Globo, 29/01/06.

<sup>2</sup> <http://oglobo.globo.com/online/mundo/plantao/2006/01/26/190087198.asp>

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Autor do livro “Terra natal: histórias orais da Palestina e dos palestinos”. Mora em Israel.

<sup>5</sup> “O Hamas é um tabu a ser quebrado”, Sam Bahour, entrevista a Renata Malkes, O Globo, 29/01/06.

<sup>6</sup> Ibidem.

***responsabilidade para governar, negociar e buscar a paz, é diferente da organização Hamas cujas pessoas estão nas ruas”.***<sup>7</sup>

A respeito, o cronista Zuenir Ventura lembra que

***“... o clima de apreensão de agora lembra um pouco o de há cinco anos, quando Ariel Sharon, o então chamado ‘carniceiro’, foi eleito primeiro-ministro de Israel pelo Likud, partido radical de direita. Previa-se o pior, e muito foi feito nesse sentido, mas Sharon acabou tendo que dar um passo na direção da paz retirando os judeus dos assentamentos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia – apoiado por 70% da opinião pública israelense.”***<sup>8</sup>

Não há, porém, unanimidade a respeito. Para Bassem Eid, diretor do Grupo Palestino de Monitoramento de Direitos Humanos, a vitória do Hamas corresponde a um **“terremoto político”**: o povo palestino, para ele, não teria entendido que levar o Hamas ao poder **“é um desastre”**. Ele explica sua posição dizendo que a vitória do Hamas vai fortalecer o Likud em Israel, o que aumentará a radicalização e levará Israel e a ANP a um conflito sangrento por, pelo menos, 5 anos; somente então os dois estariam em condições de procurar uma solução para o Oriente Médio. Para ele, as possibilidades de o Fatah e o Hamas cooperarem são nulas:

***“Eles são inimigos e você nunca trabalha com seu inimigo. Hamas e Fatah são dos maiores inimigos no Oriente Médio. Nunca veria os dois cooperando um com o outro.”***<sup>9</sup>

Nazmi al-Jubeh, historiador e cientista político da Universidade de Bir-Zelt, perto de Ramallah, julga que o Hamas será forçado a negociar porque não tem alternativa:

***“Um bloqueio total às negociações não seria possível, mesmo pelo Hamas, pois o isolamento poderia significar também o corte da ajuda financeira estrangeira.”***<sup>10</sup>

<sup>7</sup> “Terrorismo político no Oriente Médio”, O Globo, 27/01/06.

<sup>8</sup> “A convivência dos contrários”, Zuenir Ventura, O Globo, 04/02/06.

<sup>9</sup> <http://oglobo.globo.com/online/mundo/plantao/2006/01/26/190087805.aps>

<sup>10</sup> “O Hamas vai se desgastar”, Nazmi al-Jubeh, entrevista a Graça Magalhães-Ruether, O Globo, 28/01/06.

Ele explica a vitória do Hamas, em primeiro lugar pelos erros do Fatah e, em segundo lugar, pelo seu trabalho social com os 70% da população palestina que vive em extrema pobreza; esse trabalho é feito com doações provenientes de muçulmanos do mundo inteiro; ele aponta ainda para a corrupção do Fatah e a retirada dos israelenses da Faixa de Gaza, considerada uma vitória dos radicais palestinos (do Hamas e outros grupos terroristas). Nazmi al-Jubeh conclui dizendo que o Hamas sofrerá um rápido desgaste no governo, como ocorreu com o Fatah, e durará pouco no comando.<sup>11</sup>

Ao analisar as causas da vitória do Hamas, Zvi Bar’el, colunista do jornal Há’aretz, diz que o grupo foi muito cuidadoso durante a campanha eleitoral, apresentando-se principalmente como um movimento nacionalista, evitando dar ênfase ao aspecto religioso do movimento.<sup>12</sup>

Certamente, ao não enfatizar o aspecto religioso, o Hamas levou em conta o receio de uma boa parte dos palestinos de que **“uma era de obscurantismo”** – como ocorreu no Afeganistão durante o regime talibã – pudesse ter início com a vitória do Hamas.<sup>13</sup>

Bar’el diz ainda que

***“... o Hamas será julgado por sua capacidade de manter a estabilidade do cessar-fogo e, antes de tudo, de controlar movimentos como a Jihad Islâmica e as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa”.***<sup>14</sup>

O professor de relações internacionais, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Williams da Silva Gonçalves, lembra que o Hamas obteve uma vitória eleitoral expressiva e, portanto, conta com o apoio de uma parcela também expressiva da população e, conseqüentemente, tem legitimidade política. Para ele, o grupo islâmico tem dois caminhos a seguir:

- o primeiro, o de se sobrepor ao Fatah, impedindo que este faça qualquer acordo político;
- o segundo – que para o professor parece o mais lógico – o de procurar fazer os acordos em seus próprios termos, assumindo a liderança das negociações.<sup>15</sup>

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> “Os dilemas do futuro governo”, Zvi Bar’el, O Globo, 28/01/06.

<sup>13</sup> “O medo de uma era de obscurantismo”, Abed Omar Qusini, da Renters, O Globo, 28/01/06.

<sup>14</sup> Zvi Bar’el, op.cit.

<sup>15</sup> <http://oglobo.globo.com/online/mundo/plantao/2006/01/26/190087455.asp>

Afirma ainda o professor Williams que a violência, apontada sempre como a principal característica do Hamas, é uma consequência das circunstâncias difíceis da região e é comparável à praticada pelo estado judeu, embora, diz o professor, este seja ainda mais brutal; segundo ele, como Israel é, no entanto, um estado reconhecido, legítimo, e que exerce a violência usando suas forças armadas, a sua violência não é percebida da mesma maneira que a do Hamas.<sup>16</sup>

É fora de dúvida que se a suspensão do repasse mensal de impostos que Israel recolhe para a ANP ocorrer – cerca de US\$ 55 milhões de que dependem os salários de 140 mil trabalhadores – e for interrompida a ajuda externa americana, as consequências poderão ser catastróficas, mesmo se for mantida a ajuda da União Européia como parece provável. Diante da ameaça de não repasse dos impostos, o porta-voz do Hamas acusou Israel de **“tentar roubar dinheiro palestino”**, o que, convenhamos, não está muito afastado da verdade. O ministro da economia palestina, ligado, portanto, ao Fatah, disse que esta seria uma **“decisão irresponsável e grave”** que teria **“consequências econômicas e sociais negativas”** para os palestinos.<sup>17</sup>

O articulista Andrés Ortega, do diário “El País”, destaca que

***“A chamada comunidade internacional, e sobretudo a União Européia e os Estados Unidos, cometerão um erro grave se cortarem os fundos que davam à ANP e à OLP. Sem eles, os palestinos se asfixiarão e ficarão nas mãos do Irã – que vem acumulando poder e influência devido aos erros dos EUA e de outros – de Damasco ou até mesmo de Caracas (...) Os fundos europeus, se bem usados, podem ser uma alavanca para evitar que o Hamas rompa a trégua, entre numa via mais razoável e Abbas seja fortalecido, desde que não se haja através de agentes corruptos.”***<sup>18</sup>

A posse do novo parlamento palestino, a 18 de fevereiro, simultaneamente em Ramallah e Cidade de Gaza, por meio de videoconferência – devido às restrições impostas por Israel a deslocamentos entre Gaza e a Cisjordânia desde o início da intifada em 2000 e a designação para primeiro-ministro de Ismael Haniyeh, tido como um moderado de atitudes pragmáticas – ele foi chefe de gabinete do líder espiritual do Hamas, xeque Ahmed Yassim, assassinado por Israel há dois anos – encerram a primeira etapa do processo que teve início com a vitória eleitoral do Hamas.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> “Israel anuncia retaliação à vitória do Hamas”, Ahmed Jadallah, da Reuters, O Globo, 01/02/06.

<sup>18</sup> “Curro estaba allí”, Andrés Ortega, “El País”, 13 de febrero de 2006.

O pedido dos EUA à Mahmoud Abbas para que os US\$ 50 milhões dados como ajuda aos palestinos fossem devolvidos é uma indicação de que os Estados Unidos ainda não assimilaram as lições recentes. Javier Solana, chefe da política externa da UE, em reunião com líderes israelenses deixou claro que a União se opõe a um boicote à ANP:

***“Somos a fonte da maior parte do apoio financeiro, econômico e político e apoiamos a ANP também no âmbito da segurança. Quero assinalar que UE nunca abandonará o povo palestino.”***<sup>19</sup>

Como era de esperar, o Hamas voltou-se para o Irã em busca de ajuda financeira. O líder espiritual deste país, o aiatolá Ali Khamenei, em reunião com o enviado do Hamas, declarou:

***“A resistência armada contra a ocupação tem que continuar. Não se deve reconhecer a existência do regime sionista e é preciso exigir a volta dos refugiados palestinos à sua terra. Peço o apoio de todos os países árabes aos palestinos; esta relação vai reforçar o islamismo e influenciar todo o mundo árabe.”***<sup>20</sup>

A vitória do Hamas vai influenciar as eleições previstas para 28 de março em Israel. Com o seu homem forte Ariel Sharon fora de combate, o Kadima, que parecia caminhar para uma vitória tranquila, corre o risco de ser derrotado pelo partido conservador Likud, liderado por Benjamin Netanyahu. A meu ver, isso não parece provável porém.

Segundo Donald Macintyre, articulista do “The Independent”, não há nenhuma clara indicação de que os israelenses pensem que Netanyahu “**é o homem certo para tempos de incerteza**”; pelo contrário, as pesquisas sugerem que a política do Kadima de “**retirada gradual e limitada dos territórios ocupados**” é ainda a preferida pelos eleitores; apesar disso, porém, a hipótese de uma reviravolta não pode ser descartada e, vencendo o Likud as eleições, as conseqüências previstas por Bassem Eid, já aqui comentadas, poderão ocorrer.<sup>21</sup>

Há um aspecto que não pode deixar de ser considerado. O espetacular desempenho do Hamas nas eleições trouxe à discussão a política dos EUA de “**exportação da democracia à força das armas ou da ameaça dos EUA**”

<sup>19</sup> “Parlamento palestino assume sob restrições de Israel ao Hamas”, Mohamed Salem, O Globo, 18/02/06.

<sup>20</sup> “Hamas pede socorro ao Irã”, Renata Malkes, O Globo, 21/02/06.

<sup>21</sup> “Crise política prova a falta que fazem Arafat e Sharon”, Donald Macintyre, do “The Independent”, O Globo, 29/01/06.

**de utilizá-las, como nos casos recentes do Afeganistão e Iraque” sem antes “fomentar o fortalecimento das sociedades civis, especialmente no Oriente Médio”.<sup>22</sup>**

Para David Makovsky, do “Washington Institute for Near East Policy”:

***“Está muito claro que o governo americano forçou demais a mão ao pressionar Mahmoud Abbas a realizar logo uma eleição, na esperança de que ele passaria a ter controle completo e, então, conseguiria o desarmamento dos radicais.”<sup>23</sup>***

Os formuladores da política dos EUA para o Oriente Médio devem estar lamentando a morte de Arafat, a única personalidade, apesar de todos os seus evidentes defeitos, que tinha carisma para sustentar a hegemonia do Fatah e, em certa medida, para conter os grupos radicais. A negativa dos EUA e de Israel de usá-lo como interlocutor contribuiu, é inegável, para a vitória do Hamas: a intransigência americano-israelense estimulou o radicalismo palestino.

Acredito que o Hamas para governar terá de mudar. Uma análise realista mostra que a vitória do Hamas não foi tanto pelo seu radicalismo mas pelo fracasso da ANP em conseguir avanços de alguma significação no caminho da paz e na melhoria das condições de vida dos palestinos, além do trabalho social por ele desenvolvido com os recursos que recebe dos muçulmanos de todo o mundo (para os EUA dinheiro que alimenta o terrorismo).

O radicalismo na oposição não significa radicalismo no governo. Acabamos de constatar no Brasil este truísmo: o Partido dos Trabalhadores (PT) passou de uma oposição radical à chefia de um governo conservador, muito pouco diferente do que criticava. É verdade que no Oriente Médio, em especial em relação ao conflito entre Israel e palestinos, as circunstâncias são diversas, estando em jogo a sobrevivência de dois estados mas, mesmo assim, se o Hamas continuar apelando para táticas terroristas ele não governará.

Não se pode deixar de considerar que o poder adquirido pelo Hamas não é absoluto face aos poderes conferidos ao presidente palestino. Mahmoud Abbas pode não só propor legislação como vetar qualquer legislação proveniente do Parlamento; como são necessários 88 votos para derrubar seu veto – o Hamas só dispõe de 74 votos (além disso, 9 dos seus deputados estão em prisões em Israel) – há margem para negociação; Abbas pode ainda aceitar ou recusar o

<sup>22</sup> Um novo revés para a doutrina da Casa Branca”, José Meirelles Passos, correspondente de “O Globo”, O Globo, 29/01/06.

<sup>23</sup> Citado por José Meirelles Passos, op.cit.

primeiro-ministro indicado pelo Parlamento como, também, removê-lo do cargo; quando o Parlamento estiver em recesso, cabe ao presidente emitir decretos; cabe, ainda, a ele decretar o estado de emergência; na qualidade de comandante-em-chefe, ele detêm palavra final sobre a Força de Segurança Nacional e o sistema de inteligência.

Há, contudo, um porém nesse argumento: estas medidas foram aprovadas na última sessão do Parlamento anterior à posse dos novos deputados quando o Fatah ainda detinha a maioria da casa. O novo Parlamento, com maioria do Hamas, pode mudar essa situação.

Como diz o ex-presidente americano Jimmy Carter

***“Um acordo negociado é o único caminho para uma solução permanente de dois Estados, fornecendo paz a Israel e justiça aos palestinos. Abbas ainda pode desempenhar esse exclusivo papel de negociador. Tem buscando esse papel e nada impede o diálogo direto com ele, mesmo que o Hamas imediatamente não renuncie à violência e não reconheça o direito de Israel existir.”***<sup>24</sup>

As pesquisas indicam que o voto dado ao Hamas não é um voto de apoio ao terrorismo. Segundo pesquisas recentíssimas, divulgadas pelo jornal palestino “al-Hayat al-Yadida”, 75% dos palestinos que votaram no Hamas se opõem à destruição de Israel e cerca de 84% são a favor de um acordo de paz.<sup>25</sup> Assim, o resultado das eleições foi muito mais uma derrota do Fatah do que uma vitória do Hamas.

Há um fato que tem de ser considerado quando se discute o futuro comportamento do Hamas. Apesar de haver solenemente prometido revidar aos assassinatos seletivos de Israel – em março e abril de 2004, os israelenses tiraram respectivamente a vida do xeque Ahmed Yassim, líder espiritual do Hamas, e de seu substituto Abdel Rantissi – o Hamas preferiu manter o cessar fogo com Israel depois do assassinato de dois de seus principais líderes, o que, sem dúvida, permite que se tenha esperança numa futura – embora não imediata – mudança de atitude do Hamas em relação a Israel. Como o primeiro-ministro indicado pelo Hamas era chefe de gabinete de Yassim na ocasião do assassinato e, mesmo assim, não houve retaliação, pode-se concluir legitimamente que Haniyeh concordou com a manutenção do cessar-fogo.

Uma posição moderada dos EUA e de Israel, usando Abbas como intermediário para as negociações de paz – como proposto por Carter – é o

<sup>24</sup> “Porque os palestinos não devem ser punidos”, Jimmy Carter, O Globo, 21/02/06.

<sup>25</sup> “Voto contraditório”, O Globo, 01/02/06.

único caminho para evitar o agravamento da crise. É uma situação delicada pois EUA e Israel terão de achar um meio termo entre o repúdio a qualquer entendimento e uma posição demasiado conciliatória que dê ao Hamas a impressão que o uso da violência pode dar bons resultados.

Não bastassem a vitória do Hamas nas eleições da ANP; o estado de pré-guerra civil no Iraque, depois do ataque sunita à Mesquita Dourada dos xiitas; a crise gerada entre EUA-Israel e o Irã pelo desenvolvimento nuclear do Irã, as tensões no Oriente Médio foram agravadas pela raivosa reação dos muçulmanos – no Líbano, no Afeganistão, na Indonésia, na Líbia etc – à publicação no jornal dinamarquês “Jylands-Posten” de charges que retratam o profeta Maomé – o que, por si só já é vedado aos crentes muçulmanos – com um turbante com forma de bomba – o que foi considerado pelos seguidores do profeta como um insulto ao Islã, por caracterizá-lo como patrono da violência.

O “choque das civilizações” previsto por Huntington parece se confirmar.

Os violentos protestos em todo o mundo islâmico somente agora – a primeira publicação dos desenhos foi feita em setembro de 2005 – parecem o resultado de uma ação coordenada por alguns grupos muçulmanos mais radicais que usam o acontecimento como uma válvula de escape para milhões de muçulmanos que não se conformam com o atraso do Islã em relação ao ocidente. Um paquistanês especialista no Alcorão diz:

***“... mais do que nunca o Islã está convencido da superioridade de sua cultura e obsecado com a inferioridade de seu poder ...”***<sup>26</sup>

Diferentemente do que aconteceu com as religiões judaico-cristãs, que se modernizaram e tornaram possível o surgimento do capitalismo, o islamismo não se modernizou, impedindo a modernização das sociedades muçulmanas, que se mantêm presas ao passado e, em consequência, são vítimas do atraso econômico.

A grande questão que as charges levantaram é a do dilema entre a liberdade de expressão e a imposição de limites para essa liberdade.

O porta-voz do Departamento de Estado americano expressou bem o dilema:

***“As charges são ofensivas à crença dos muçulmanos. Reconhecemos e respeitamos a liberdade de imprensa e de expressão, mas elas precisam estar casadas com a responsabilidade da imprensa. Incitar***

<sup>26</sup> Citado em “Um país dividido por diferentes visões do Islã”, Pepe Escobar, O Globo, 30/09/01.

***ódios religiosos ou étnicos desta forma não é adequado.***<sup>27</sup>

O historiador Joël Kotek, da universidade de Bruxelas, expõe, a meu ver, o problema com bastante equilíbrio:

***“Dever-se-ia, portanto, as [charges] interditar? Certamente não. Um Estado democrático não pode sequer sonhar em censurar seus caricaturistas; a liberdade de imprensa e de opinião não é negociável. Dever-se-ia, portanto, publicá-las? Como não responder, aqui também, pela negativa? Se é preciso renunciar a toda idéia de censura, isto não significa que se deve também renunciar a toda idéia de limite. Limites devem evidentemente existir, mas eles devem ser fixados apenas pelos próprios profissionais ou pelos tribunais.”***<sup>28</sup>

Não é muito diferente do que preconizou Chirac quando observou que a liberdade de expressão era **“um dos fundamentos da República”**, embora chamando a atenção para a necessidade de **“um grande espírito de responsabilidade, de respeito e de moderação para evitar todo que possa ofender as convicções dos outros”**.<sup>29</sup>

Outros comentaristas deram ênfase ao repúdio à violência das manifestações, inaceitáveis sob todos os aspectos.

A deputada holandesa, de origem somali, Ayaan Hirsi Ali, culpa o radicalismo islâmico pela exacerbação do problema:

***“Eu não quero ofender os sentimentos religiosos, mas não posso me submeter à tirania. Exigir que os homens e as mulheres que não aceitam o ensinamento do Profeta se abstenham de retratá-lo, não é uma exigência de respeito, é uma exigência de submissão.”***<sup>30</sup>

Para ela, a divulgação das caricaturas serviu para mostrar que existe um sentimento de medo entre os escritores, cineastas, cartunistas e jornalistas que pensam em descrever, analisar ou criticar os aspectos intolerantes do

<sup>27</sup> Citado em “Muçulmanos clamam vingança”, Mohamed Torkhoman, da Reuters, O Globo, 04/02/06.

<sup>28</sup> “Pas de censure, mais des limites pour tous!” Joël Kotek. “Le Monde”, 7 février 2006.

<sup>29</sup> “Caricatures: Chirac dénonce les ‘provocations’”, Philippe Goulliaud, “Le Figaro”, 9 février 2006.

<sup>30</sup> “Je suis une dissidente de l’Islam”, Ayaan Hirsi Ali, “Le Monde”, 16 février 2006.

islamismo na Europa. Há, também, diz ela, a presença de uma importante minoria islâmica na Europa que não compreende, ou não está pronta para aceitar, as regras da democracia liberal:

***“Essas pessoas – das quais a maior parte é europeia – fizeram campanha a favor da censura, dos boicotes, da violência e das novas leis proibindo o ‘islamofobismo’ (...) Eu estou aqui para reclamar o direito de ofender dentro dos limites da lei.”***<sup>31</sup>

O pensador brasileiro Olavo de Carvalho também critica acerbamente não só a intransigência do Islã mas, ainda, o fato de boa parte do ocidente, inclusive o Papa, ter protestado mais contra a publicação dos desenhos do que com a violência desencadeada:

***“A imposição da ‘sharia’ como lei obrigatória para toda a espécie humana, com a concomitante supressão de todas as leis religiosas concorrentes, é uma das metas mais óbvias do imperialismo cultural islâmico, ponta de lança do imperialismo político e militar; com a ajuda de praticamente toda a elite ocidental, a luta por esse objetivo alcançou durante esta semana uma vitória formidável.”***<sup>32</sup>

É importante observar que o sentimento europeu em relação aos islamismo não é o mesmo que o existente em países não-europeus, como os EUA. Embora as minorias islâmicas nos diversos países europeus não sejam muito expressivas – 3% da população na Inglaterra, 4% na Dinamarca e cerca de 5% na UE como um todo – os fatos recentes mostram que essas minorias têm a capacidade de movimentar todo o mundo islâmico a seu favor.

Jürgen Gotteschlich, jornalista alemão, afirma:

***“Não se trata mais de uma questão de desprezar um grupo imigrante. Da mesma forma que há heróis da liberdade de expressão na Dinamarca, há também heróis – da Península Arábica ao Norte da África, à Indonésia – que estão prontos a ir para as barricadas para defender a dignidade de seu profeta.”***<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> “O novo Império Mongol”, Olavo de Carvalho, “Diário do Comércio”, 09/02/2006.

<sup>33</sup> Citado em “A dangerous moment for Europe and Islam”, Alan Cowell, “Herald Tribune”, February 8, 2006.

Se por um lado há ressentimento por parte dos muçulmanos de serem tratados como cidadãos de segunda classe e de não terem reconhecida a importância de sua fé, por outro lado muitos europeus acreditam que abrigam em seu meio uma minoria indesejada, que não compartilha seus valores e que pode representar um grupo de potenciais insurgentes já que se vêem como vítimas da “**islamofobia**” discriminados no que diz respeito a habitação, emprego e status social.

O jornal holandês “NRC Handelsblad”, em editorial, expressou o ponto de vista desses europeus:

***“Na América, poucas pessoas temem ter de viver de acordo com as normas do Islã. Nos países europeus, com grande ou crescente minoria islâmica, há um medo real de que por trás da exigência por respeito esconda-se uma outra agenda: o medo de que todos tenham de se ajustar às regras do Islã.”***<sup>34</sup>

No mesmo editorial é dito que nos períodos iniciais da história européia

***“uma pequena disputa religiosa podia levar à guerra de maior ou menor intensidade. A imigração muçulmana traz a Europa de volta ao conflito religioso do passado.”***<sup>35</sup>

A consequência é óbvia e trágica. Janne Haaland, professor norueguês de relações internacionais alerta:

***“Os fundamentos islâmicos e os europeus de extrema direita têm ambos um verdadeiro dom que pode ser usado para provocar um incêndio após o outro.”***<sup>36</sup>

As repercussões desse novo problema sobre a questão palestina são óbvias. O problema do Irã, devido à sua complexidade, merece uma análise à parte. Os prognósticos são incertos, o que me leva a concluir com Zuenir Ventura:

***“No Oriente Médio, só o passado é previsível.”***<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Zuenir Ventura, op.cit.

## MÚLTIPLOS ASPECTOS DO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS (FA) NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

*Ubyratan Guimarães Cavalcanti*

*Professor Universitário e Advogado Penalista, Ubyratan Guimarães Cavalcanti e Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Presidente da Comissão de Combate às Drogas e à Dependência Química da OAB/RJ.*

### O ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO E O RESPALDO PARA O EMPREGO DAS FA NA GLO

**“O Presidente da República tinha o dever de justificar a sua atuação em um Decreto (...) Verdade seja que não é esta a primeira intervenção sem decreto<sup>1</sup> ...”**

A observação não é recente. Feita por Ernesto Leme, há mais de 70 anos, não saiu de moda. As intervenções sem decreto foram usadas sem parcimônia na Nova República, seguindo exemplo dos presidentes Floriano Peixoto, em 1892, no Rio Grande do Sul, Arthur Bernardes, em 1924, em São Paulo, e Washington Luis, na Paraíba, em 1930.<sup>2</sup>

Agredida com frequência, a Carta Magna perdeu o critério da longevidade e ganhou, na ironia da boca do povo, o critério da periodicidade. Sem dúvida alguma a elite brasileira, de um modo geral, prefere, por conveniência, fraudar e não cumprir a Constituição. Para isso, por vezes, é usada a baioneta e não a pena.

Em 1909, Francisco Bernardino da Silva escreveu sobre as intervenções federais e registrou a fragilidade do sistema federativo brasileiro:

**“Os militares não dissimulam o seu constrangimento de entrar com a força das armas no dissí-dio entre compatriotas, podendo ir até o massacre, para se asso-ciarem à sorte de oligarquias, porventura odiosas e malfazejas, como se fossem os capangas dos governadores. (...) Eis como a ques-tão federativa prende-se intimamente à questão militar<sup>3</sup>.”**

<sup>1</sup> Ernesto Leme, “A Intervenção Federal nos Estados”, 2ª Edição, Revista dos Tribunais/SP, 1930, p. 213.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Ver Leda Boechat Rodrigues “História do Supremo Tribunal Federal”, Tomo III/ 1910-1926, Ed. Civilização Brasileira S.A, p. 85.

Traumatizado com a experiência do Estado Novo (1937 – 1945), do qual foi um dos condestáveis, o marechal Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República (1946 - 1950) com uma preocupação que ganhou, pela propagação dos seus auxiliares, a dimensão do folclore. A obediência às regras constitucionais era traduzida pela frequência com que Dutra perguntava: “Está no livrinho?”

Livrinho era uma referência peculiar, mas respeitosa, à Constituição.

O “livrinho” que entrou em vigor em 1988 é claro ao dispor que a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal. Esse princípio marca as linhas discriminadoras da competência federal e da competência estadual. Desde o momento em que se entra na competência privativa do Estado-membro, dá-se a intervenção.<sup>4</sup> É o caso da Segurança Pública, como determina a Constituição de 1988.

A enumeração das atribuições relativas à Segurança Pública é exaustiva e não exemplificativa. Não pode ser ampliada ou reduzida por mera interpretação do governante. Cabem às polícias militares, subordinadas aos respectivos governadores e nos limites territoriais dos estados, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem.<sup>5</sup>

A atuação de forças federais em matéria de segurança pública, mesmo a pedido do governador, interfere na autonomia estadual, pedra angular do princípio federativo. No dizer de Campos Sales, o princípio da autonomia dos estados é o “coração da República.” Por isso, a regra é a não intervenção e o texto constitucional é incisivo: “A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal.” As exceções também estão no livrinho de forma a não deixar dúvidas, seja aos generais, seja aos sociólogos, seja aos metalúrgicos.<sup>6</sup>

Uma das exceções trata da intervenção necessária para “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública<sup>7</sup>.” Se o quadro concreto mostrar ser indispensável, as Forças Armadas devem ser empregadas, pois a elas compete “a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem<sup>8</sup>.”

Ocorre crime de responsabilidade, caso os pressupostos para a intervenção estejam presentes e o presidente da República não a decreta, deixando o estado-membro entregue à própria sorte.

<sup>4</sup> Pontes de Miranda, “Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1/1969.” Tomo II, Editora Forense, 1987, p. 208.

<sup>5</sup> CF Art. 144, §§ 5º e 6º.

<sup>6</sup> CF Art. 34.

<sup>7</sup> CF, Art. 34, inciso III.

<sup>8</sup> CF Art. 142.

No Rio de Janeiro, em 2004, se havia necessidade da atuação do Exército o presidente da República errou, pois não determinou o emprego da tropa. Em Minas e no Piauí errou novamente, mesmo tendo determinado o envio da tropa para aqueles estados, pois não cumpriu a formalidade essencial de assinatura do decreto interventivo e a comunicação em vinte e quatro horas ao Congresso Nacional.

Os atos jurídicos, quando exigida formalidade essencial para seu aperfeiçoamento, como no caso da intervenção federal, não sendo satisfeita tal exigência são nulos de pleno direito.

As normas gerais relativas à organização, ao preparo e ao emprego das Forças Armadas, foram estabelecidas inicialmente através da Lei Complementar nº 69, de 23 Julho 1991. O emprego das Forças Armadas quando necessário para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, conforme fixado, ocorrerá somente depois de esgotados os instrumentos relacionados na Constituição Federal.

A atuação das Forças Armadas, a partir dessa lei, depende de decisão do presidente da República, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos poderes constitucionais, através do presidente do Supremo Tribunal Federal ou do presidente do Congresso Nacional. Essa condição foi incluída, por emenda, para evitar interpretação excessivamente ampliada. Impede que qualquer dos integrantes dos poderes constituídos tenha competência para decidir a respeito. Caso assim não fosse, o presidente da República seria transformado em mero cumpridor da decisão de outro poder, eventualmente tomada por autoridade de hierarquia inferior<sup>9</sup>.

A motivação para essa emenda partiu da ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1988, por tropas do Exército, chamadas para por fim à greve dos funcionários da siderúrgica. A operação resultou na morte de três empregados da empresa.

O problema do envolvimento das Forças Armadas nas questões internas sempre foi motivo de discussões políticas e jurídicas. Com a lei complementar de 1991 esperava-se que tais intervenções, que tanto desgastam a imagem dos militares, tivessem seus contornos bem delineados.

Em meados de 1994, quando da greve dos integrantes da Polícia Federal, o país teve a oportunidade de por à prova os parâmetros fixados na lei complementar e o resultado deixou dúvidas quanto à eficácia dos dispositivos de contenção. As boas intenções foram atropeladas pelos fatos.

Os membros da Polícia Federal paralisaram as atividades durante quase dois meses. Denunciaram uma suposta intransigência do governo por falta de um canal de diálogo e ocuparam as dependências daquela organização,

---

<sup>9</sup> Segundo a Exposição de Motivos da emenda apresentada pelo Deputado José Genuino (PT/SP).

especialmente em São Paulo e Brasília. Em momento algum o governo deu sinais de que cederia às reivindicações. As entrevistas dos líderes grevistas se sucediam pela imprensa diante do silêncio das autoridades.

A greve cessou. Alguns dias depois o Supremo Tribunal Federal declarou ilegal qualquer paralisação coletiva de servidores públicos, até que o Congresso Nacional votasse a lei complementar mencionada na Constituição da República.<sup>10</sup>

Resta a pergunta: a intervenção do Exército na greve dos agentes federais, nas circunstâncias em que foi realizada, se justificava? E, ainda, a decisão estava amparada no “livrinho”?

Os militares agiram por ordem do presidente da República, Itamar Franco. Mas a determinação presidencial estava respaldada legalmente?<sup>11</sup> A resposta é óbvia – não! - pois o presidente da República nem mesmo chegou a acionar os mecanismos de que dispunha para fazer frente à greve. Essa situação abre um buraco de indefinições e suposições institucionalmente perigosas.

Os comandantes militares deveriam cumprir a determinação presidencial diante da constatação de que não foram esgotados os instrumentos próprios, ou deveriam se negar a intervir sob o argumento de que a ordem era ilegal?

Certamente não caberia – na regra necessária ao funcionamento das decisões militares – a recusa ao cumprimento da ordem, sob pena de se ver transferido para a tropa o exame da legalidade das ordens transmitidas pela cadeia hierárquica.

Ao definir o papel das Forças Armadas, a Constituição de 1988 retirou a cláusula “dentro dos limites da lei”, presente desde a primeira constituição republicana de 1891.<sup>12</sup> A decisão do constituinte de 1988, nesse ponto, não mudou o entendimento de que não podem os subordinados discutir as ordens dos superiores, mesmo porque as Forças Armadas continuam sob a autoridade do presidente da República a quem não é permitido transitar fora dos limites da lei. Essa é a teoria.

Caso a ordem do superior tenha por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou houver excesso nos atos<sup>13</sup> ou na forma da execução, também o subordinado responderá penalmente.

Havendo ordem do presidente da República e do ministro da Defesa para intervenção federal sem respeito à Constituição ocorrerá, em tese, crime

<sup>10</sup> CF, Art. 37, VII – “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;.” Passaram-se onze anos e até essa data o Congresso Nacional não votou a lei.

<sup>11</sup> Lei Complementar nº 69/91 que prevê o emprego das Forças Armadas somente após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com a criação do Ministério da Defesa, foi promulgada a Lei Complementar nº 97, de 09 Jun 1999, que manteve as regras para o emprego das FF. AA.

<sup>12</sup> Constituição de 1891, Art. 14 (...) “A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

<sup>13</sup> CPM, Art 38, § 2º.

de responsabilidade.<sup>14</sup> Mas na certa não será uma ordem identificável com facilidade como “manifestamente criminosa” se aferida pelos escalões subordinados.

O problema é complexo e não deve ser analisado apenas sob o ângulo político ou jurídico. Não sendo legal a ordem de intervenção antes de esgotados os recursos previstos na Constituição, certamente não será legítima, o que faz penetrar no campo da ética. O professor norte-americano Richard T. De George, ao propor um Código de Ética para Oficiais sustentou que um dos pontos capitais é o mandamento: “Obedecerei a todas as ordens legítimas, porém somente as ordens legítimas<sup>15</sup>.”

Quando se trata de tocar em certas suscetibilidades do poder militar, a história da República mostra que, apesar dos presidentes se sucederem no necessário rodízio democrático, certos vícios são reeleitos sem limites.

Em outubro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou o envio de mais de mil soldados do Exército para ocupar a sede da Companhia Vale do Rio Doce, no sul do Pará. Foram presos 12 líderes de garimpeiros do chamado Movimento Pela Libertação de Serra Pelada.<sup>16</sup>

O fato ganha mais significado se considerado que, desde agosto, dois meses antes, a medida já era cogitada pelo governo e a requisição de tropas federais partiu do juiz de Curionópolis, pequeno município próximo ao garimpo, atropelando literalmente a exigência de iniciativa por parte do chefe de um dos três Poderes da República.

Em julho de 2000, foi a vez do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) servir como pretexto para a atuação dos militares, quando seus integrantes ameaçaram ocupar uma fazenda, de familiares do presidente Fernando Henrique Cardoso, na cidade de Buritis (MG).

Os argumentos utilizados pelo governo para justificar o acionamento dos militares foram muitos. Mas a operação não foi pedida nem aceita pelo governador mineiro. Itamar Franco discordou.<sup>17</sup> Protestou contra o que considerou – e de fato era – uma ofensa à autonomia dos estados e deixou claro em fax enviado ao presidente da República que “a ordem pública em Minas Gerais é competência das polícias Militar, Civil e do Ministério Público<sup>18</sup>.”

O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem - situação já absorvida pelos militares com a abreviatura GLO - aos trancos e barrancos toma contornos mais nítidos, porém nem sempre muito precisos.

Em agosto de 2004, o Presidente da República conferiu poder de polícia às Forças Armadas, “sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de

<sup>14</sup> Lei nº 1.079, de 10 Abr 1950, define os crimes de responsabilidade.

<sup>15</sup> Ver “Ética Militar”, Trad. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1989, p. 21/36.

<sup>16</sup> O Globo, 25 Out 1996.

<sup>17</sup> Itamar Augusto Cautiero Franco, governou Minas Gerais de Jan 1999 a Jan 2003.

<sup>18</sup> O Globo, 05 Jul 2000.

polícia (...) que se incluem na competência (...) das Polícias Militares<sup>19</sup>.” (Decreto n. 3897, de 24.AGO.2001 e Parecer n. 25 da AGU, 10.AGO.2001).

A inconstitucionalidade é flagrante. No mais, o decreto passeia pelo óbvio repetindo os termos da Constituição e da Lei Complementar. Semeia mais dúvidas do que certezas. Chega a deixar dependente da anuência do governador do Estado o emprego da Polícia Militar, sob o controle operacional do comando militar federal.<sup>20</sup> (art. 4º).

Ao dizer que nos casos de intervenção federal serão editadas diretrizes específicas, o decreto deixou visível seu objetivo: descaracterizar, <sup>21</sup> como intervenção federal, o emprego das Forças Armadas na ordem interna.

Em resumo: sob o pretexto de regulamentar a lei complementar, o decreto criou uma nova forma de intervenção federal e atribuiu poder de polícia às Forças Armadas. Um exercício de Poder Constituinte ilegítimo, com o silêncio conivente do Congresso Nacional.

A edição desse decreto constitui também um exemplo didático do chamado “abuso do Poder de Regulamentar” por parte do Executivo. Geraldo Ataliba, consagrado constitucionalista, assim se refere sobre o abuso do poder de regulamentar:

“Não tolera a nossa Constituição que o Executivo exerça nenhum tipo de competência normativa inaugural (...). Essa seara, foi categoricamente reservada aos órgãos da representação popular. (...) Se a tal conclusão não foi levado o intérprete, (...) certamente esbarrará no princípio da legalidade (...): ninguém, nenhuma pessoa, nenhum sujeito de direito será constrangido por norma que não emane do legislador<sup>22</sup>.”

O mestre Pontes de Miranda trata do mesmo tema:

“(...) regulamentar além do que se pode segundo o conceito da Constituição, é infringir a Constituição: quando o Poder Executivo, regulamentando, vai além da lei, ou diminui o campo de incidência da lei, não comete, apenas, ilegalidade, usurpa função de outro poder, o Poder Legislativo<sup>23</sup>.”

**O decreto atribuiu competência às Forças Armadas para o exercício de atividade que a Constituição diz ser das policias militares. Transferiu o comando**

<sup>19</sup> Art. 3º.

<sup>20</sup> Art. 4º.

<sup>21</sup> Art. 8º.

<sup>22</sup> Tese aprovada por unanimidade na VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Revista de Informação Legislativa, nº 66, a. 17, 1980, p. 45 e seguintes.

<sup>23</sup> Ob. cit., p. 316, 319 e 615.

**daquelas corporações para a autoridade federal, enquanto a mesma Constituição impõe que a responsabilidade sobre aqueles órgãos é do governador do estado. Logo, não regulamentou e sim regulou. Criou regra jurídica, invadiu a autonomia estadual, exorbitou da competência à qual estava restrito, fulminou o princípio federativo consagrado na Carta Magna.**

A inconstitucionalidade desse decreto, no episódio da “Guerra da Rocinha”, fez com que as atenções se voltassem para um projeto de lei complementar sobre a organização e o emprego das Forças Armadas.<sup>24</sup> O texto original do projeto tinha como objetivo principal o uso do Exército na repressão ao crime organizado, principalmente ao tráfico de entorpecentes e de armas, nas áreas de fronteira. Já vinha marcado, no entanto, pelo pecado original. Foi apresentado por um senador e a matéria nele tratada é da competência do presidente da república. Também atropelava a competência da Polícia Federal, cujas ações – por falta de agentes, de apoio ou de recursos, mas, também, por omissão e cumplicidade de muitos – têm sido ineficazes.

Além do mais, as soluções apresentadas atacavam o efeito e não a causa. Se a Polícia Federal, a quem cabe a repressão aos crimes fronteiriços está desaparelhada, a solução está em corrigir essa deficiência e não transferir a responsabilidade para as Forças Armadas.

Fica evidente que entre lotar maior número de agentes e delegados da polícia federal na região amazônica e determinar que o mesmo trabalho seja feito por um pelotão do Exército, com um salário modestíssimo e sem diárias, o governo prefere a solução aparentemente mais barata, se considerado apenas o dinheiro gasto. Mas qual será o custo de empurrar o problema para a caserna de uma forma que amplia e distorce suas atribuições?

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado foi aprovada uma emenda do Senador Marcelo Crivella (PL/RJ) ao projeto sobre o emprego das Forças Armadas. Para o relator, “as verdadeiras ações de guerrilha urbana, com o emprego até de armamento pesado (...)” indica que a “cooperação das Forças Armadas deve (...) ser ampliada<sup>25</sup>.”

O comandante do Exército festejou: “era o que faltava.” Ele identificou no texto “o suporte legal necessário para que as forças possam cumprir sua missão constitucional<sup>26</sup>.” (Jornal “O Estado de São Paulo, 10.JUN.2004). Legalidade não. A concessão do poder polícia cabe ao Poder Constituinte. Nem

<sup>24</sup> PLS 221/2003, apresentado pelo senador César Borges (PFL/BA).

<sup>25</sup> O autor da emenda foi o senador Marcelo Crivella (PL/RJ).

<sup>26</sup> O Estado de SP, 10 Jun 2004.

o Executivo nem o Legislativo têm atribuição para isso. **Portanto, a lei complementar, aprovada em setembro de 2004, não é um suporte legal.**

Isso para não falar do vício de iniciativa que pesa sobre aquela lei, uma vez que cabe ao presidente da República, privativamente, apresentar projetos que tratem das atribuições das Forças Armadas e o projeto foi apresentado por um senador. Essa discussão surgiu na Câmara dos Deputados, mas foi sufocada pela indiferença da maioria.

Proposta semelhante – atribuir poder de polícia às Forças Armadas – foi apresentada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico na Câmara de Deputados. Lá também foi apontada a inconstitucionalidade pelo vício de iniciativa.<sup>27</sup> (Relatório do Deputado Edmar Moreira – PL/MG).

O que se constata, na lei complementar, é um verdadeiro festival de ilegalidades. Começa com a usurpação pelo autor do projeto – um senador - de ato privativo do presidente da República. Segue com a atribuição de poder de polícia para as Forças Armadas e vai até a confusa definição da autoridade que deve reconhecer a necessidade do emprego dos militares.

O texto agora em vigor considera “esgotados os instrumentos relacionados no Art. 144 da Constituição Federal quando, (...) reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes<sup>28</sup>.”

Sabe-se que “o poder de polícia federal é exercido pelo presidente da República, (...) e o poder de polícia estadual é exercido pelo governador<sup>29</sup>.” O texto adotado, no entanto, deixa dúvidas sobre a autoridade responsável pela declaração de estarem esgotados os mecanismos constitucionais.

Instalado o caos em um dos estados da Federação, o presidente da República dependerá de manifestação do governador daquele estado, ou deve agir para garantir a lei e a ordem? A posição repetidamente divulgada pelas autoridades federais tem sido a de somente mandar a tropa depois do pedido dos governadores. Isso implica em fragilizar a própria União e possibilita o surgimento de situações críticas sem que se tenha uma autoridade diretamente responsável.

Em artigo publicado no jornal “O Liberal”, de 31.ago.2001, sob o título “A Falência da Política de Segurança Pública”, o ex-deputado federal José Genuíno, com acerto, sublinhou que “conferir poder de polícia às forças armadas

<sup>27</sup> Relatório do deputado Edmar Moreira (PL/MG), na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico. Igualmente, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, relator deputado Coronel Alves (PL/AP).

<sup>28</sup> Nova redação do Art. 15, da LC nº 97/1999. A LC nº 117/2004 modificou parte da LC nº 97/1999, que trata da organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

<sup>29</sup> José Cretella Júnior, in “Direito Administrativo da Ordem Pública”, 2ª Edição, 1987, Editora Forense, Rio, p. 175.

significa, em primeiro lugar, banalizar a sua função e, segundo, desqualificar ainda mais as polícias estaduais”.

Volto à análise da inconstitucionalidade. Outra a ser apontada, é a transferência do controle operacional dos órgãos de segurança pública para a autoridade encarregada das operações.<sup>30</sup>

É indiscutível que o comando das operações deve ficar com uma autoridade federal. Não faz sentido deixar a responsabilidade exatamente nas mãos de quem não teve condições de manter a ordem no território. O obstáculo a ser superado está na distribuição das atribuições do poder de polícia regrado na Constituição,<sup>31</sup> que subordina as polícias militares aos respectivos governadores estaduais.

A própria Constituição tem o remédio. Ele está no artigo 34, na parte em que admite, excepcionalmente, a quebra da autonomia estadual. Agrade ou desagrade: intervenção federal.<sup>32</sup>

Mais uma gritante anomalia está em atribuir poder de polícia ao Exército na faixa de fronteira terrestre. Um ano antes, em 2003, foi rejeitada uma proposta de emenda constitucional visando atribuir poder de polícia às Forças Armadas para repressão aos ilícitos fronteiriços.<sup>33</sup> O relator, deputado Roberto Magalhães (PMDB-PE) foi no olho do problema:

“Entretanto, se por detrás da expressão “por iniciativa do Presidente da República” (...) houvesse intenção outra que não o emprego das Forças Armadas em momentos de crise e, mesmo assim, quando esgotados todos os meios, estaríamos desperdiçando recursos na adaptação destas – que poderiam ser aplicados naqueles órgãos que, constitucionalmente, têm o dever de zelar pela segurança pública –, e, o que é pior, desviando as Forças Armadas da principal missão que a Carta Magna lhes confiou<sup>34</sup>.”

A modificação incluída pela nova lei complementar atribuiu ao Exército atuação preventiva e repressiva contra delitos transfronteiriços e ambientais, por meio de patrulhamento, revista de pessoas e veículos e prisões em flagrante.<sup>35</sup>

Mais uma vez a Constituição foi atropelada sem qualquer cerimônia. A prevenção e a repressão de crimes na faixa de fronteira, assim como os delitos ambientais, cabem à Polícia Federal, por determinação expressa da Constituição. É inconstitucional, portanto, essa parte da lei complementar que deu competência ao Exército para “atuar isoladamente” nesses casos.

<sup>30</sup> CF, Art. 144, §6º.

<sup>31</sup> CF, Art. 34, III.

<sup>32</sup> CF, Art. 34, III.

<sup>33</sup> PEC 24/2003, de autoria do deputado Eduardo Sciarra, PFL/PR.

<sup>34</sup> Parecer do deputado Roberto Magalhães (PMDB-PE).

<sup>35</sup> Art. 17-A, inciso IV.

Mesmo sendo o presidente da República a autoridade que detém o poder de polícia federal no mais alto nível e também o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, não pode ele transferir as atribuições de uma para outra das instituições. Nem o Congresso Nacional pode fazê-lo. A barreira intransponível é a Constituição que fixou as missões que cabem a cada uma delas. As Forças Armadas no artigo 142 e a Polícia Federal no artigo 144.

As formas até aqui utilizadas para o uso político das Forças Armadas, eufemisticamente denominadas de convênio, acordo, protocolo, etc., são inadequadas uma vez que o fim visado é ilícito, ou seja, burlar a Constituição.

O que se tem observado nos últimos anos é a banalização do emprego das Forças Armadas para enfrentar problemas policiais. É de se indagar como fica a auto-estima militar, vendo as Forças Armadas transformadas em força auxiliar das polícias militares, em completa inversão dos papéis.

O aumento da criminalidade em certos momentos é capaz de causar comoção social. Não é essa, entretanto, a abrangência nem o sentido visado pela Constituição para afastar o princípio da autonomia dos estados e autorizar o emprego das Forças Armadas. Todas essas situações, sem exceção, se circunscrevem à esfera policial.

Porém, se o governador não consegue administrar com eficiência – a polícia é subordinada a ele –, a solução a ser adotada é política e não militar. Os poderes Legislativo ou Judiciário do estado, por exemplo, podem promover o afastamento do administrador incompetente ou corrupto.

Em qualquer hipótese, sendo reconhecida a necessidade de atuação das Forças Armadas a situação será de excepcionalidade e o decreto de intervenção federal é indispensável.

As imperfeições do decreto presidencial que fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas não passaram despercebidas aos olhos dos militares. Um deles se manifestou, o General-de-Divisão Paulo Roberto Laranjeira Calda, Comandante da Primeira Divisão de Exército na Vila Militar, em artigo publicado na revista “O Girante”, Ano IV, n. 4, 2003, p. 14/17 - certamente não pensou sozinho – e apontou as conseqüências danosas para a instituição militar:

“(...) alterar o papel constitucional das Forças Armadas, para utilizá-las, indiscriminadamente, no combate à criminalidade, não vai resolver o problema da insegurança pública e, ainda, vai destruir sua estrutura organizacional e especificidades técnicas e profissionais, (...)”<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> General-de-Divisão Paulo Roberto Laranjeira Caldas, comandante da 1ª Divisão de Exército, na Vila Militar, Rio de Janeiro, em artigo publicado na revista “O Girante”, Ano IV, nº 4, 2003, p. 14/17.

Sob o incentivo da ação dos traficantes do Rio de Janeiro, durante a Semana Santa de 2004 e diante da vulnerabilidade em que ficaria o governo federal com a continuidade das “intervenções brancas” nos estados, outras alternativas foram tentadas para empregar as Forças Armadas no combate a violência.

O Exército, para não ser obrigado a realizar operações com tropas sem o adestramento adequado, intensificou a instrução e transformou a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada em Campinas/SP, em unidade de infantaria motorizada.

À nova Unidade, denominada “11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem”, foi atribuída, como missão adicional, a preparação para emprego dos soldados em missões de garantia da lei e da ordem, inclusive com a utilização de material especializado, como armas não letais, capacetes, escudos, etc.<sup>37</sup> (Decreto n 5261, 03.nov.2004).

Chega a ser surpreendente. O governo federal criou uma brigada de infantaria especificamente para intervir nos estados da federação, em situações de normalidade, para garantir a lei e a ordem ...

Nesse ponto talvez os militares estejam cobertos de razão. Cabe às Forças Armadas a garantia da lei e da ordem interna, por mandamento constitucional. Logo, é compreensível que o Exército tenha uma Unidade operacional especializada em combater os próprios brasileiros.

Essa missão constitucional dos militares vem de longe. Vem de berço.

| Constituição | Missão das Forças Armadas   |
|--------------|---|
| 1824         | Art. 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defendel-o dos seus <b>inimigos externos, ou internos.</b><br>(...)<br>Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á Segurança, e defesa do Imperio. |
| 1891         | Art 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, <b>destinadas</b> à defesa da Pátria no exterior e <b>à manutenção das leis no interior.</b>  |
| 1934         | Art 162 - As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. <b>Destinam-se a defender</b> a Pátria e garantir os poderes constitucionais, <b>a ordem e a lei.</b>   |

<sup>37</sup> Com o Dec. nº 5261, de 03 Nov 2004, a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede na cidade de Campinas-SP, foi transformada em 11ª Brigada de Infantaria Leve - Garantia da Lei e da Ordem.

|         |   |
|---------|---|
| 1937(*) | Art 161 - As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República.  |
| 1946    | Art 176 - As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.<br>Art 177 - <b>Destinam-se</b> as forças armadas a defender a Pátria e <b>a garantir</b> os poderes constitucionais, <b>a lei e a ordem</b> .          |
| 1967    | Art 92 - As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.<br>§ 1º - <b>Destinam-se</b> as forças armadas a defender a Pátria e <b>a garantir</b> os Poderes constituídos, <b>a lei e a ordem</b> . |
| 1988    | Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e <b>destinam-se</b> à defesa da Pátria, <b>à garantia</b> dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, <b>da lei e da ordem</b> .                      |

(\*) A única Carta Magna que não atribuiu aos militares, explicitamente, a missão de garantir a lei e a ordem internamente, foi a de 1937, outorgada por Getúlio Vargas.

Assim, no mês de novembro de 2004, o governo criou, por decreto, uma brigada para garantia da lei e da ordem. Enquanto isso, o ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, do mesmo governo, atuava em outra frente com vistas à criação de uma força, a ser constituída por policiais militares de todos os estados e policiais federais. A previsão inicial era a de reunir um efetivo de 1.500 policiais vindos de vários estados. Após o treinamento voltariam aos estados de origem onde permaneceriam até serem convocados. O efetivo total previsto era de 10.500.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> 381.500 policiais em 2004, 4.500 em 2005 e igual número em 2006.

O plano se mostrou atraente para o governo na medida em que contornava o problema da intervenção federal. Ao mesmo tempo livrava as Forças Armadas do inconveniente de empregar os militares em missão policial.

Em novembro de 2004, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).<sup>39</sup> A rigor não é um órgão do sistema de segurança pública da União, pois só poderá atuar nos estados que aderirem ao programa.<sup>40</sup>

A estréia da FNSP foi no estado do Espírito Santo em substituição às tropas do Exército. Dez ônibus foram incendiados em terminais rodoviários na região metropolitana de Vitória-ES e o governador Paulo Hartung (PSB), atribuindo os atentados a organizações criminosas, pediu o envio de tropas do Exército.

O imprevisto ficou tão visível que o anúncio do emprego de 150 homens da Força Nacional na capital capixaba foi feito antes mesmo da assinatura do decreto de criação da FNSP.

Dois estados, no entanto, não participaram da composição da primeira turma - São Paulo e Rio de Janeiro -. Não faltou quem identificasse na criação da Força Nacional “a formação de uma guarda pretoriana, que se superponha aos poderes constituídos, servindo não à Nação, (...) o que parece ser o sonho dourado dos atuais governantes<sup>41</sup>.”

O uso de um contingente formado por policiais militares subordinados a autoridade federal, para atuação em crises de maior gravidade em qualquer estado da Federação, já havia sido cogitado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em meados de 2001, após as greves dos policiais militares da Bahia e do Tocantins e diante do risco de que o movimento se alastrasse, o governo federal se reuniu em Brasília com 11 governadores estaduais.<sup>42</sup> Não houve consenso sobre como seria o modelo de organização da força que pretendiam criar.

Certamente o uso político das Forças Armadas não se restringe em mandar que os militares atuem para solucionar crises na segurança pública dos estados. Diante de qualquer agravamento nesse campo as Forças Armadas são lembradas como curinga num jogo de cartas. No caso, o jogo político.

Foi assim, por exemplo, com a regulamentação da chamada Lei do Abate, que autoriza a derrubada de aviões que invadam o espaço aéreo brasileiro. O curinga, nesse caso, foi a Força Aérea Brasileira, utilizada para combater o narcotráfico.

---

<sup>39</sup> Dec. nº 5.289, 29 Nov 2004.

<sup>40</sup> Art. 2º do Dec. nº 5.289, 29 Nov 2004.

<sup>41</sup> Monitor Mercantil, 15 Jul 2004. Artigo de Marcos Coimbra, professor titular de Economia da Universidade Cândido Mendes e conselheiro da Escola Superior de Guerra.

<sup>42</sup> Em julho de 2001, no estado do Tocantins, 3.400 PMs se rebelaram e durante 11 dias ocuparam um batalhão da Polícia Militar. Tropas do Exército - de Goiânia e do Rio de Janeiro - foram para a capital, Palmas e mantiveram cerco aos amotinados até que se rendessem.

Durante anos o assunto foi discutido, à exaustão, sem faltar as costumeiras pressões dos norte-americanos com ameaça de cortes no programa de ajuda financeira para determinados projetos.<sup>43</sup>

Já na assinatura do decreto foi abatida a primeira vítima: o Direito.<sup>44</sup>

O texto aprovado não deixa qualquer dúvida de que os alvos são apenas as aeronaves que venham “de regiões reconhecidamente fontes de produção ou distribuição de drogas ilícitas.” Não trata de armas e outras mercadorias.

Para piorar a situação, o ministro da Defesa comparou a autorização para derrubada de aeronaves à ação policial nos casos de resistência à prisão, o que pode estimular um raciocínio perigoso. Se a Força Aérea Brasileira pode destruir o veículo utilizado como meio de fuga pelo traficante, a polícia vai querer fazer o mesmo com o cidadão que, desavisadamente, não pare o carro durante uma *blitz* policial.

Outro problema a ser enfrentado pelos pilotos da FAB - a exemplo do Exército quando é mandado às ruas - é a questão do foro competente para julgamento no caso de morte de civis pela destruição da aeronave suspeita. Deixo de abordar agora face à limitação do tempo.

Nesse sentido, em 1996, sensível às pressões de Organizações Não Governamentais - algumas delas estrangeiras - o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9299, com ampla divulgação.

Dois questões sempre preocupam os militares quando a tropa é mandada às ruas. Os ilícitos praticados por civis contra os militares e os praticados pelos militares contra os civis, nessa hipótese os dolosos contra a vida, cujo julgamento passou a ser feito pela justiça comum.

O problema do julgamento dos militares pelo júri poderia ter sido solucionado – essa era a expectativa dos comandantes – com uma nova lei. O Legislativo bem que tentou, quando passou a considerar que os militares quando atuam na garantia da lei e da ordem exercem atividade militar.<sup>45</sup>

A intenção foi fazer voltar ao foro militar o julgamento dos crimes dolosos praticados por militares contra a vida de civil. Mas a redação, ao que parece, não afasta a incidência do parágrafo único.<sup>46</sup>

A conclusão inevitável é que, mesmo quando estiver em atividade militar, em serviço, em qualquer situação, enfim, ao praticar crime doloso contra a vida de civil o militar será julgado pela justiça comum. Inclusive quando abater uma aeronave civil.

<sup>43</sup> O Globo e Folha de SP, de 29 Mai 2004.

<sup>44</sup> Dec. nº 5.144, de 16 Jul 2004, regulamenta a Lei nº 7.565, de 19 Dez 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica.

<sup>45</sup> A LC nº 117/2004 modificou parte da LC nº 97/1999, que trata da organização, preparo e emprego das Forças Armadas.

<sup>46</sup> O parágrafo acrescentado prevê que “O emprego e o preparo das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem é considerado atividade militar para fins de aplicação do art. 9º, II, alínea c, do Código Penal Militar.” Parágrafo único, acrescido pela Lei n. 9.299, de 07/08/1996: “Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.”

A inovação poderá servir, quando muito, para o julgamento de civis pela Justiça Militar caso cometam crime cujo ofendido seja um militar, durante o desenrolar das operações.<sup>47</sup>

Conforme aqui explicitado, parece-me que o emprego das forças armadas, quando necessário para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, somente poderá ocorrer após esgotados os instrumentos existentes na Constituição Federal.

A atuação das Forças Armadas depende tão somente de decisão do Presidente da República, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido dos poderes constitucionais, Presidente do Supremo Tribunal Federal ou o Presidente do Congresso Nacional.

Concluindo, entendo que o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, na forma como vem sendo feito, não encontra amparo legal e se constitui em verdadeira intervenção federal sem atendimento às formalidades impostas pela Constituição.

Esta é a posição doutrinária do eminente Professor João Rodrigues Arruda, douto Promotor da Justiça Militar Federal, autor da obra “O Uso Político das Forças Armadas”, ainda no prelo, e que dirige o Centro de Estudos do Direito Militar – CESDIM, a quem, por dever de justiça, deixo consignado os meus agradecimentos pela oportuna e útil contribuição à presente exposição. Sem dúvida, o livro do Professor Arruda se traduzirá em importante contribuição à cultura jurídica pátria.

---

<sup>47</sup> Dependerá da interpretação do Supremo Tribunal Federal a respeito. A Suprema Corte tem considerado que o civil comete crime militar quando o militar estiver em “função de natureza militar”, assim consideradas as atribuições previstas na Constituição, ali incluída a garantia da lei e da ordem, e não apenas quando em “atividade militar.”

## INTRODUÇÃO À ARTE OPERACIONAL

***Capitão-de-Fragata José Carlos Pinto***

*O Capitão-de-Fragata José Carlos Pinto é Encarregado do Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.*

### INTRODUÇÃO

A Arte ou Estratégia Operacional é um tema revestido de crescente interesse nos meios militares nacionais e internacionais. Sua importância é comprovada pelo fato de haver sido incorporada à doutrina de diversos países e da OTAN. Em face disso, existe hoje uma extensa literatura especializada sobre o assunto, composta por uma profusão de artigos, livros e publicações oficiais que, ao mesmo tempo em que o aprofunda, o torna complexo e hermético.

Até mesmo a forma como esse corpo teórico é denominado não encontra unanimidade: arte operacional, estratégia operacional, *operational warfare*, nível operacional, manobra operacional, manobra estratégica-operacional, entre outras. Os elementos que o compõem também costumam apresentar diferenças de denominação e definição ou no modo como são empregados, durante a dinâmica do planejamento militar.

Diante desse contexto, pretende-se aqui tecer uma breve resenha histórica da evolução dos níveis da guerra, onde se procurará elucidar as origens e o propósito da arte operacional. Em seguida, serão destacadas as principais definições e denominações que lhe tem sido atribuídas e, então, serão feitas as considerações finais. Com isso, espera-se apresentar um estudo meramente introdutório da arte operacional, mas que seja capaz de lançar luzes sobre seu escopo e sua essência, situando-a no contexto da teoria da guerra.

### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS NÍVEIS DA GUERRA E O SURGIMENTO DA ARTE OPERACIONAL

A história acompanhada de uma crítica arrazoada é uma verdadeira escola da guerra.

Jomini

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As teorias se caracterizam pela organização de conceitos abstratos segundo um sistema ou modelo, normalmente constituído por sub-sistemas, com o propósito de explicar ou representar um dado fenômeno. Em suma, são modelos abstratos que buscam discernir uma ordem hipotética para fenômenos complexos.

De certa feita, os teorizadores da guerra tendem a sistematizá-la ou representá-la de duas formas: seja por meio de ramos ou componentes, seja por meio de níveis ou planos verticais<sup>1</sup>.

A primeira destas formas de sistematização busca ofertar uma visão topográfica das áreas que compõem a teoria da guerra, podendo algumas destas estarem ou não situadas acima de outras, em termos de condução hierárquica. O enfoque desta sistematização é organizar conceitos que possuam natureza semelhante ou que, em comum, sejam relacionados a funções ou atividades não necessariamente hierarquizadas. É o caso de Jomini, ao conceber a teoria da guerra como sendo composta pela estratégia, grande estratégia, tática elementar, logística e engenharia, bem como de George C. Thorpe, que a entendia como constituída pela estratégia, tática e logística.

Já a segunda forma, da qual Clausewitz é um exemplo, tem por base a existência de níveis referentes à condução das atividades militares. Subjacente a esta concepção está a idéia de que para cada nível há regras e características próprias.

A resenha que será apresentada pauta-se na evolução histórica dessa segunda forma de sistematização, de onde mais propriamente se originou a concepção da arte operacional.

## RESENHA HISTÓRICA

A guerra é um fenômeno cujas origens antecedem em muito a invenção da escrita<sup>1</sup>. Como qualquer espécie de atividade social, a forma de empreendê-la varia em conformidade com os conhecimentos tecnológicos disponíveis. Assim, no tempo do surgimento das primeiras civilizações, a guerra resumia-se ao emprego de técnicas rudimentares de combate e cobria uma extensão territorial na ordem de poucas dezenas de quilômetros.

O fenômeno da guerra era, portanto, conduzido em um único plano: aquele referente ao preparo e à condução de combates ou engajamentos. Esse plano corresponde àquilo que hoje se denomina por nível tático da guerra, do grego *taktika*, “coisas relativas à organização ou ordenação”, ou do grego *taktik-* (*tekh-*), a “arte de dispor ou organizar as forças para o combate”.

O governante, muitas vezes, era também responsável pela condução dos exércitos nas batalhas, evidenciando que as esferas política e militar se concentravam em uma mesma pessoa ou grupo. Ainda na época do Novo Império egípcio, por exemplo, há registros de que, na Batalha de Kadesh<sup>3</sup>, ocorrida no séc. XIII a.c., o Faraó Ramsés II comandou as quatro divisões egípcias de

<sup>1</sup> Formas híbridas são também bastante comuns.

<sup>2</sup> Creveld, pág. 14.

<sup>3</sup> Federico A. Arborio Mella, pág. 210.

Amom, Ptah, Rá e Sutek contra as forças hititas. Assim, o governante que identificava os objetivos políticos a serem alcançados por meio da *manus militari* era também o responsável pelo comando direto das forças.

Tal realidade, entretanto, foi-se modificando, ao longo de um extenso processo histórico. Mesmo em épocas bem mais recentes, contudo, podem ser encontrados exemplos semelhantes, como foi o caso da Batalha de Austerlitz, em 1805, em que o então imperador francês, Napoleão Bonaparte, comandou diretamente as tropas. Apesar de exceções como essas, as tendências históricas apontavam para a diferenciação entre as esferas militar e política.

Em verdade, a gradual evolução tecnológica e a ampliação das comunidades políticas, tanto em termos geográfico quanto populacional, resultaram no surgimento de outros níveis da guerra, cuja percepção de existência, por parte dos estudiosos da arte da guerra, nem sempre se deu de imediato.

Apenas no século XVIII, é que Joly de Maizeroy identificou que, além da tática, a qual considerava meramente “mecânica”, havia ainda a estratégia, que dizia respeito à condução das operações militares como um todo e possuía um caráter predominantemente “intuitivo”<sup>4</sup>. O termo estratégia empregado por Maizeroy provém da palavra grega *strategós*<sup>5</sup>, composta por *stratós* – exército – e *ágein* – condutor –, ou seja, “aquele que conduz o exército”.

Na obra *Défense du Système de la Guerre Moderne* (1779), o Conde de Guibert, ao qual alguns autores também atribuem a criação da palavra estratégia<sup>6</sup>, professou a existência de uma “grande tática”, posteriormente chamada por este de estratégia ou “tática dos exércitos, em contraposição à “tática elementar”.

Até então, contudo, esse nível ou plano de condução da guerra, ao contrário do nível tático, rico em detalhamento, havia recebido pouco esforço teorizador. O primeiro tratado sobre estratégia, segundo o historiador Van Creveld, coube ao militar prussiano Heinrich Dietrich von Bülow, em sua obra *Geist des neuern Kriegsystems* (1799).

O Almirante Caminha oferece ainda a seguinte definição de estratégia, datada do século XVIII:

A arte de apresentar um plano de campanha, de dirigir um exército sobre os pontos decisivos ou estratégicos e de reconhecer os pontos sobre os quais é preciso, na batalha, colocar as maiores massas de tropas para assegurar o sucesso<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Creveld, pág. 98.

<sup>5</sup> Mirador, pág. 4.233.

<sup>6</sup> Mirador, pág. 4.233.

<sup>7</sup> Caminha, pág. 51.

Clausewitz, já no séc. XIX, também advogou condução da guerra em dois níveis<sup>8</sup>: o *operativ*<sup>9</sup> e o tático. Para ele, a tática corresponderia ao planejamento e execução das forças armadas no engajamento, enquanto o *operativ* referia-se ao uso ou coordenação dos engajamentos para a consecução dos objetivos da guerra – ressalta-se que a maioria dos autores preferiu traduzir o *operativ* de Clausewitz como estratégia. Ele ainda, ao formular sua famosa máxima “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios”<sup>10</sup>, além de indicar a subordinação da guerra à política, apontou também, mesmo que implicitamente, para a existência de um nível político ou político-estratégico, referente ao mais elevado nível decisório do Estado<sup>11</sup>.

Ainda nesse século, Jomini, em *Précis de l'Art de la Guerre*, definiu estratégia como “a arte de bem dirigir as forças sobre o teatro da guerra, seja para a invasão de um país, seja para a defesa de seu próprio”<sup>12</sup>.

O fenômeno da guerra, em verdade, adquiriu destacada complexidade, no decorrer dos séc. XIX e XX, em razão da conscrição obrigatória, que originou os “exércitos de massa”, e dos acentuados avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Industrial.

A criação, em 1808, do *Großer Generalstab* ou Alto Estado-Maior Geral da Prússia, de caráter permanente, que desempenhou um importante papel na organização e no pensamento militar prussiano e, posteriormente, alemão, contribuiu também para que, no séc. XX, fosse identificada a existência de um nível “estratégico-militar”.

A concepção de estratégia, que inicialmente apresentava uma conotação estritamente militar, conforme se vê em Clausewitz, Helmuth von Moltke<sup>13</sup> e Jomini, veio a adquirir diferentes matizes de significados<sup>14</sup>. De fato, como bem aponta o Almirante Caminha<sup>15</sup>:

A Estratégia deixou de definir meramente a arte do comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos suscetíveis de provocar antagonismos. Decorreram daí conceitos mais amplos para a estratégia.

<sup>8</sup> Clausewitz, pág. 128.

<sup>9</sup> Segundo Bruce Menning, a palavra “operação”, que possui o mesmo radical de *operativ*, já era empregada desde o final do séc. XVII, para descrever o que os exércitos europeus faziam no campo de batalha.

<sup>10</sup> Clausewitz, pág. 87.

<sup>11</sup> Caminha, pág. 53.

<sup>12</sup> Jomini, pág. 26.

<sup>13</sup> Moltke o Velho conceituou-a como “a arte de aplicar os meios militares para alcançar os objetivos da guerra, fixados pela política”.

<sup>14</sup> Pertusio, pág. 14.

<sup>15</sup> Caminha, pág. 52.

Liddell Hart, no séc. XX, concebia estratégia de forma semelhante aos teorizadores do século anterior, porém referia-se à mesma como “estratégia pura” ou “estratégia militar”, ao mesmo tempo em que discernia a existência de uma “estratégia superior” ou “grande estratégia” ao qual aquela outra se subordinava. Para ele, o papel da grande estratégia, que outros autores chegaram a chamar de estratégia nacional, era “coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objetivo político, visado com a guerra, que é definido pela política”<sup>16</sup>.

Diante dessa tendência, André Beaufre, em *Introduction à la Stratégie*, atribuiu à estratégia uma definição mais abrangente:

a arte da dialética das vontades que empregam a força para resolver seus conflitos [...] a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, utilizando da melhor forma os meios de que se dispõe<sup>17</sup>.

Beaufre, ao referir-se a “forças”, tomou-as em um sentido mais amplo, não se limitando àquelas de ordem militar. Em verdade, concebia que a estratégia possuía subdivisões que se superpunham piramidalmente<sup>18</sup>: no topo, a estratégia total, equivalente à grande estratégia de Liddell Hart, e, logo abaixo, a estratégia geral que se propaga pelos campos militar, político, econômico e diplomático<sup>19</sup>. Especificamente para o campo militar, haveria a chamada estratégia operacional, que corresponderia ao *operativ* dos alemães, ou seja, o conceito de estratégia descrito por Clausewitz.

A evolução do conceito de estratégia, ao longo dos séc. XIX e XX, tendendo cada vez mais para o topo da cadeia decisória nacional, acabou por distanciá-lo sobremaneira do nível tático de condução da guerra. É por isso que Beaufre, sensível ao surgimento de um nível intermediário entre estratégia e tática, procurou atribuir-lhe a denominação de nível “estratégico-operacional”, afirmando que seria o ponto no qual se articula o conceito e a execução. Esse nível corresponderia àquele do Comandante Operacional, responsável pela condução das forças, no teatro de operações<sup>20</sup>.

A OTAN optou por chamar esse nível intermediário simplesmente de “operacional”, com a seguinte definição: “nível da guerra no qual campanhas e

<sup>16</sup> Liddell Hart, pág. 406.

<sup>17</sup> Beaufre, pág. 22 e 23.

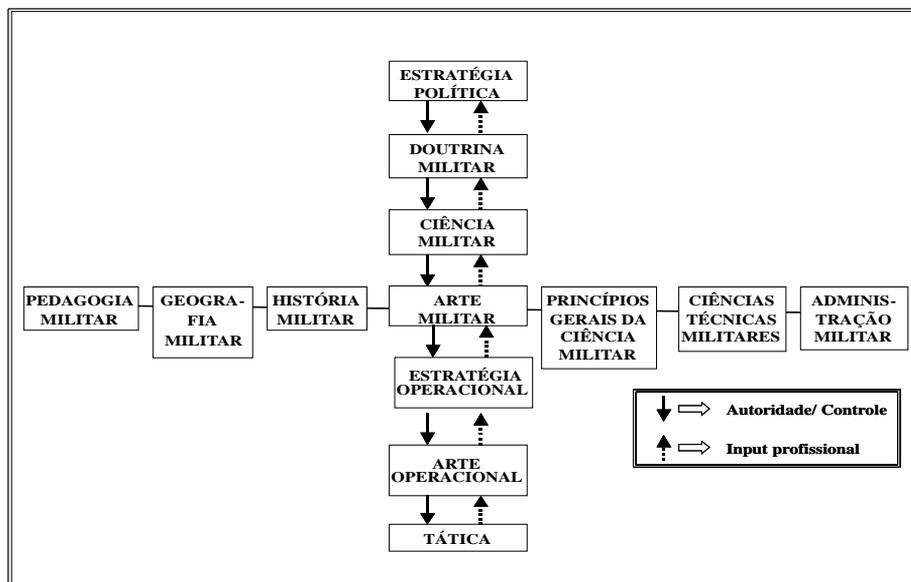
<sup>18</sup> Beaufre, pág. 30 a 32.

<sup>19</sup> Para Beaufre, havia ainda a estratégia do tempo de paz ou estratégia logística.

<sup>20</sup> Pertusio, pág. 19.

operações de grande porte<sup>21</sup> são planejadas, conduzidas e mantidas para a consecução de objetivos estratégicos, dentro de teatros ou áreas de operações<sup>22</sup>. Diante dessas evoluções terminológicas, o Almirante Pertusio, do Instituto de Publicaciones Navales da Armada da Argentina, chegou a observar que certos princípios e teorias, outrora tomados como estratégicos, são hoje de caráter operacional<sup>23</sup>.

Na realidade, a primazia pela identificação de nível intermediário entre a estratégia e tática não coube nem a Beaufre nem à OTAN. Em 1907, autores russos empregavam o termo *operatika* para designar o antigo conceito atribuído à estratégia<sup>24</sup>. Na década de 20, estudiosos do exército soviético, tomando como base as experiências da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa, começaram a dar corpo àquilo que vieram a chamar por *operativnoye iskusstvo* ou “arte operacional”. Essa teoria estava voltada para problemas relacionados a questões inseridas no âmbito do teatro de operações e tinha seu ponto de aplicação justamente nesse espaço surgido entre os níveis estratégico e tático. O quadro abaixo destaca onde se localizaria a arte operacional, dentro da sistematização doutrinária adotada pela ex-União Soviética<sup>25</sup>:



<sup>21</sup> Segundo Milan Vego, pág. 2, uma operação de grande porte consiste em uma “série de ações táticas (batalhas, engajamentos, ataques, etc) sequenciadas e sincronizadas, no tempo e no espaço, destinadas à consecução de um objetivo operacional ou, às vezes, estratégico”.

<sup>22</sup> AAP-6, versão 2005, pág. 2-O-2.

<sup>23</sup> Pertusio, pág. 90.

<sup>24</sup> Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

<sup>25</sup> John Dziak, pág. 30 a 32.

A arte operacional soviética alcançou os EUA e a OTAN, a partir da veiculação de material ostensivo e da inteligência<sup>26</sup>. A experiência da Guerra do Vietnã, na qual as vitórias táticas americanas não puderam ser transformadas em conquistas estratégicas, contribuiu para a sua aceitação no meio militar estadunidense. Esse fato é de grande importância, pois evidencia o propósito último da arte operacional, sua razão de ser, isto é: associar as ações táticas à consecução dos objetivos estratégicos.

Em 1982, a publicação FM 100-5, do *US Army*, passou a reconhecer a existência do nível operacional. Em sua versão de 1986, fez menção explícita à arte operacional, definindo-a como “o emprego das forças militares para alcançar objetivos estratégicos, em um teatro de guerra ou teatro de operações, por meio da concepção, organização e condução de campanhas e operações de grande porte”<sup>27</sup>. O Ato Goldwater-Nichols, desse mesmo ano, que reorganizou o Departamento de Defesa americano pondo ênfase nas operações combinadas (*Joint Operations*), provocou a propagação desse corpo teórico para as demais forças (*US Navy*, *US Marine Corps*, *US Air Force* e *US Coast Guard*). Esses preceitos foram postos em prática já na Operação *Just Cause*, em 1989, no Panamá<sup>28</sup>.

A arte ou estratégia operacional é hoje adotada em vários países: membros da OTAN, ex-membros do Pacto de Varsóvia e alguns países da América Latina, entre outros.

O Exército Brasileiro, em 1993, adotou oficialmente o conceito de estratégia operacional. Nas publicações C100-5 “Operações”<sup>29</sup>, de 1997, e C124-1 “Estratégia”<sup>30</sup>, de 2001, faz-se alusão a que os conflitos são travados em três níveis: estratégico, estratégico-operacional e tático.

A Força Aérea Brasileira, em 1997, incorporou o nível operacional a sua doutrina. A publicação DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, de 2005, indicou como níveis de decisão da guerra: político, estratégico, operacional e tático. Segundo a mesma:

o nível operacional corresponde aos comandos dos Teatros de Operações (TO) e comandos subordinados e tem por atribuição definir a disposição das forças durante o combate, visando aos objetivos estratégicos, enquanto o nível tático, de posse das missões atribuídas, desenvolve ações no sentido de cumprir os planos estabelecidos no nível operacional<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

<sup>27</sup> Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

<sup>28</sup> Apud artigo de James K. Greer “El Arte Operacional para la Fuerza 29 Objetivo”.

<sup>29</sup> C 100-5, pág. 3-3.

<sup>30</sup> C 124-1, pág. 1-4.

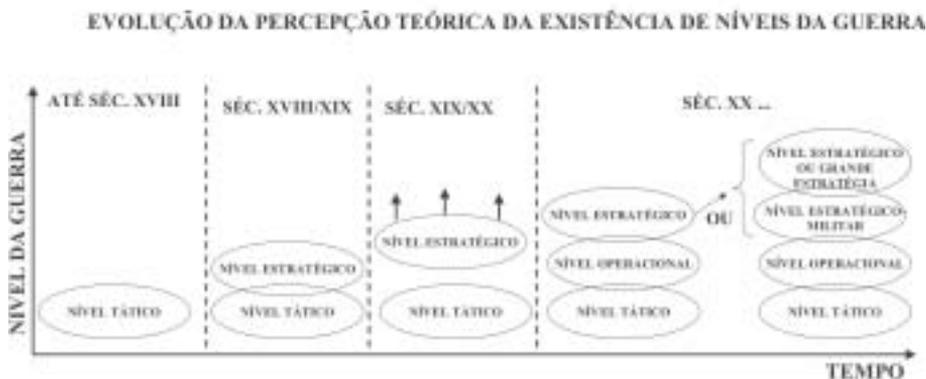
<sup>31</sup> DCA 1-1, pág. 14.

O Ministério da Defesa, na publicação MD 33-M-05 “Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas”, de 2001, chegou a classificar os níveis de planejamento como estratégico, operacional e tático, na qual destacou que o planejamento operacional “visa ao estabelecimento e à realização de operações de caráter naval, terrestre e/ou aéreo, coordenadas no tempo e no espaço, que permitam alcançar os objetivos militares impostos no planejamento estratégico”.

A Escola de Guerra Naval, em 2001, desenvolveu um estudo, no qual reconheceu a existência de quatro níveis de condução da guerra, tomando como base a Estrutura Militar de Guerra brasileira: político-estratégico, estratégico-militar, operacional e tático. Esse trabalho propôs também a inclusão da estratégia operacional na doutrina da Marinha do Brasil.

O EMA 305 “Doutrina Básica da Marinha”, revisão de 2004, chegou a fazer menção aos níveis de condução da guerra propostos pela EGN, substituindo apenas a denominação do nível “político-estratégico” para “político”. Contudo, não fez referência à estratégia operacional.

O esquema a seguir ilustra, simplificada, a evolução da concepção dos níveis da guerra.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS ORIGENS DA ARTE OPERACIONAL

A perspectiva histórica realizada torna evidente que a arte operacional está relacionada ao surgimento de um nível de guerra intermediário entre os níveis tático e estratégico, chamado de nível operacional ou estratégico-operacional. Pelo exposto, percebe-se que constitui o esforço teórico desenvolvido no sentido de, durante o planejamento em nível operacional, buscar interligar os objetivos estratégicos com as ações táticas.

## DEFINIÇÕES E ALCANCE

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma definição busca retratar a essência e os limites até onde se estende o significado de um determinado conceito. Diante disso, procurar-se-á apresentar diversas definições acerca da arte ou estratégia operacional, ainda que de uma forma um tanto estendida, com o propósito de revelar sua natureza e alcance.

### PRINCIPAIS DEFINIÇÕES E ALCANCE

Conforme já mencionado, a *operativnoye iskusstvo* ou “arte operacional” dos soviéticos tinha como foco a solução de problemas militares no contexto do teatro de operações.

A OTAN, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, entre outros, preferiram também chamá-la de arte operacional. A publicação AJP-1(A) “*Allied Joint Operations Doctrine*” da OTAN define-a como:

O emprego, com habilidade, das forças militares para alcançar objetivos operacionais e/ou estratégicos, por meio da concepção, organização, integração e condução de estratégias de teatro, campanhas, operações de grande porte e batalha<sup>32</sup>.

Expõe ainda que a arte operacional:

transforma objetivos estratégicos em uma concepção operacional, que une e integra as batalhas e engajamentos táticos, para que sejam alcançados objetivos estratégicos. Nenhum nível de comando é sozinho relacionado à arte operacional. Em sua mais simples expressão, a arte operacional determina o quando, onde e por qual propósito as forças conduzirão operações militares<sup>33</sup>.

As publicações JP 1-02 “*Dictionary of Military and Associated Terms*” e JP 3-0 “*Doctrine for Planning Joint Operations*” definem a arte operacional de forma semelhante à AJP-1(A), excluindo apenas a expressão “com habilidade” (no original “*skillful*”). Na JP 1-02, é ressaltado que a arte operacional traduz a estratégia do Comandante da Força Combinada em um conceito operacional<sup>34</sup> e, por fim, em ação tática, por meio da integração de todos níveis da guerra<sup>35</sup>. A JP 3-0, além de corroborar a AJP-1(A), descreve que a arte operacional:

<sup>32</sup> AJP-1(A), pág. 2-9.

<sup>33</sup> AJP-1(A), pág. 2-9.

<sup>34</sup> Conceito ou concepção operacional (do inglês *operational design*) pode ser compreendido como o “conceito da campanha”, ou seja, a forma como serão unidos e interligar os combates e engajamentos (as operações propriamente ditas) de forma a alcançar os objetivos estratégicos.

<sup>35</sup> JP 1-02, pág. 385.

ajuda os comandantes a empregarem seus recursos de forma eficiente e eficaz, na consecução de seus objetivos estratégicos, pois, sem a mesma, a guerra seria um conjunto desconexo de engajamento, no qual a atrição seria a única medida de sucesso ou fracasso<sup>36</sup>.

Na publicação JP 5-00-1 “*Joint Doctrine for Campaign Planning*”, é apontado que, como o planejamento de campanha em nível operacional é principalmente uma arte, ele está intimamente ligado à arte operacional, mais precisamente quanto ao conceito operacional da campanha, pois essa é uma tarefa intelectual baseada na experiência e julgamento pessoal. O resultado desse processo é o conceito operacional. Afirma também que a essência da arte operacional está na habilidade de massificar efeitos contra as vulnerabilidades críticas ou centros de gravidade<sup>37</sup> do inimigo, a fim de destruí-los ou neutralizá-los, com o propósito de alcançar objetivos operacionais ou estratégicos. Para tanto, prescreve que os planejadores dispõem de dois métodos, de acordo com as circunstâncias do teatro: atacar direta ou indiretamente os centros de gravidades<sup>38</sup>.

Ainda no âmbito da doutrina combinada americana, na “*Joint Doctrine Encyclopedia*”, é feita alusão ao fato de que a arte operacional é praticada não apenas por comandantes de forças combinadas, mas também por seus comandantes subordinados. Enfatiza ainda que o foco da arte operacional combinada está no emprego das forças militares e na organização dos seus esforços em tempo, espaço e propósito<sup>39</sup>.

A doutrina de defesa britânica, que compreende a existência de quatro níveis da guerra (*grand strategic, military strategic, operational* e *tactical*), insere a arte operacional no contexto do nível operacional, definindo-a de forma idêntica às forças armadas dos EUA.

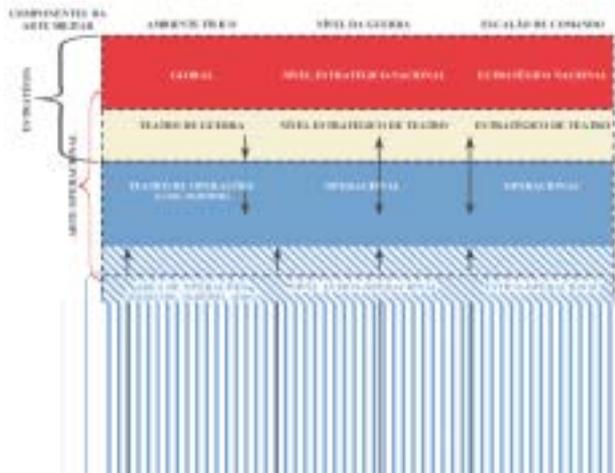
O professor Milan Vego conferiu-lhe a seguinte definição: “componente da arte militar referente à teoria e prática do planejamento, preparação, condução e manutenção de operações de grande porte e campanhas, destinadas à consecução de objetivos operacionais ou estratégicos em um dado teatro”. Correlacionou-a com os níveis da guerra, conforme segue:

<sup>36</sup> JP 3-0, pág. xii e xiii.

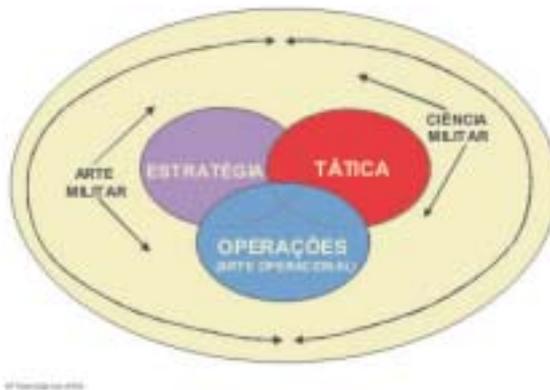
<sup>37</sup> Centro de gravidade é um conceito originário de Clausewitz, largamente utilizado na arte operacioanal, que retrata o “centro de todo poder e movimento, do qual tudo depende. É o ponto contra o qual todas nossas energias devem ser direcionadas”.

<sup>38</sup> JP 5-00-1, pág. II-8 e II-12.

<sup>39</sup> Joint Doctrine Encyclopedia, pág. 565.



A importância da arte operacional, para esse autor, reside no fato de que esta provê aos comandantes uma estrutura capaz de auxiliá-los no ordenamento de seus pensamentos, quando desenhando campanhas e operações de grande porte. Ilustrou da seguinte forma a relação da arte operacional com os demais componentes da arte militar<sup>40</sup>:



O Almirante Pertusio definiu-a como<sup>41</sup> a “condução exercida pelos comandantes operacionais, os quais comandarão normalmente forças combinadas<sup>42</sup>, podendo também ser singulares<sup>43</sup>”.

O Exército Brasileiro, na publicação C 100-5 “Operações”, apontou-a como a “a arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as Forças do Teatro de Operações visando a alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados

<sup>40</sup> Milan Vego, pág. 2 e 3.

<sup>41</sup> Pertusio, pág. 22.

<sup>42</sup> Na Argentina, emprega-se a palavra *conjunta* para designar aquilo que, no Brasil, se chama de *combinado* e, nos Estados Unidos, de *joint*.

<sup>43</sup> Traduziu-se aqui *específicas* por *singulares*

pela estratégia militar”, destacando que seu campo de emprego é o teatro de operações<sup>44</sup>.

A Escola da Guerra Naval, em 2001, definiu estratégia operacional como:

a arte de aplicação da Manobra Operacional pelo Comandante de um Teatro de Operações, ou de outro Grande Comando equivalente da Estrutura Militar de Guerra, de acordo com a previsão e orientação da Estratégia Militar, e de acordo com os objetivos estratégicos fixados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS DEFINIÇÕES E DO ALCANCE

Em verdade, as definições referentes ao nível operacional, conforme disposto na resenha histórica, possuem tantas semelhanças com aquelas atribuídas à arte ou estratégia operacional propriamente dita que é possível concluir, com certo grau de segurança, que esta é uma metodologia de planejamento aplicável ao nível operacional, destinada aos comandantes operacionais e seus comandantes subordinados, no contexto do teatro de operação.

Entretanto, Milan Vego, em sua correlação da arte operacional com os demais níveis da guerra, deu a entender que as linhas demarcatórias do seu campo de aplicação podem estender-se para além do teatro de operações, vindo a alcançar esferas decisórias bem mais elevadas, em particular o chamado nível estratégico-militar.

Nesse tocante, cumpre observar que muitos dos conceitos doutrinários que compõem esse corpo teórico são passíveis de utilização em outros níveis de guerra, tal como o “centro de gravidade”. Daí, talvez, a razão pela qual Milan Vego tenha preferido retratar o campo de aplicação da arte operacional de forma bastante elástica, ainda que o nível operacional seja o seu *locus* principal.

## DENOMINAÇÕES USUALMENTE EMPREGADAS

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nomes não são meros rótulos ou etiquetas. De fato, a maneira como um determinado conceito é denominado costuma influenciar a forma como é interpretado. Em face disso, serão aqui expostas as expressões usualmente empregadas para designar esse corpo teórico, bem como serão tecidas algumas considerações a esse respeito.

---

<sup>44</sup> C 100-5, pág. 3-3.

## DENOMINAÇÕES

A expressão “arte operacional” é talvez aquela mais empregada internacionalmente, sendo adotada pela OTAN e pelos ex-membros do Pacto de Varsóvia. Milan Vego, contudo, faz críticas a essa denominação, preferindo *Operational warfare* (que pode ser traduzida como “guerra operacional” ou “procedimentos de guerra operacional”), sob o argumento de que esse corpo teórico engloba tanto teoria quanto prática, tratando-se, igualmente, de uma arte e de uma ciência.

Já Beaufre e Pertusio empregam a expressão “estratégia operacional”. Essa é também a forma utilizada pelo Exército Brasileiro e na Argentina, Chile e em outros países.

Essa talvez seja a forma mais apropriada, do ponto de vista etimológico, conforme o raciocínio que se segue: “estratégia”, sendo etimologicamente a “condução das forças”, e vindo acompanhada do termo “operacional”, que designa o nível operacional, resultaria em “condução operacional das forças” ou “condução das forças no nível operacional”.

Entretanto, é de se reconhecer que o caráter polissêmico do vocábulo “estratégia”, em face de sua evolução histórica e do emprego irrestrito que tem recebido em diversos setores da sociedade (finanças, esportes, etc, no sentido de “ordenamento de meios para o atingimento de fins”), pode vir a gerar dúvidas quanto ao seu real significado. De fato, aqueles que não estejam bem familiarizados com a essência e o escopo desse corpo teórico podem erradamente deduzir, ao ouvir tal denominação, que o mesmo esteja circunscrito a questões específicas do nível estratégico-militar ou das esferas mais elevadas do processo decisório nacional. Obviamente que tal inconveniente não existe naqueles países ou forças que nomeiam o nível intermediário situado entre estratégia e tática como estratégico-operacional, pois a identidade de nomes entre o nível e a teoria já serve para indicar a existência de uma forte relação entre ambos.

Outras expressões são ainda encontradas, tais como “estratégia de teatro”, em “*Estratégia, la Lógica de Guerra y Paz*”, de Edward Luttwark, e “nível operacional”, como fez David Jablonsky em “*Estrategia y Nivel Operacional de la Guerra*”<sup>45</sup>. Há autores que preferem usar “manobra operacional” ou “manobra estratégica-operacional”<sup>46</sup>, fazendo referência a um dos seus elementos centrais e, dessa feita, chamando o “todo” pela “parte”.

<sup>45</sup> Pertusio, pág. 21.

<sup>46</sup> Manobra operacional ou manobra estratégica-operacional, aqui, pode ser compreendida como o conceito da campanha ou conceito operacional, em outras palavras, a forma como os engajamentos e combates serão interligados, seqüenciados e sincronizados a fim de alcançar os objetivos estratégicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Cumprido ressaltar que a arte operacional, desde seu nascedouro, foi aos poucos ganhando forma e conteúdo, ao mesmo tempo em que se servia de inúmeros conceitos provenientes de fatos históricos e da reflexão de autores e analistas da arte militar, tais como: o centro de gravidade, ponto culminante e fricção de Clausewitz; teatro de operação, pontos decisivos e bases e linhas de operação de Jomini; o nível operacional e a batalha profunda de Triandífilov e Tuchachevsky; a concepção de manobra operacional, decorrente das campanhas de Helmuth von Moltke, durante a unificação alemã, das campanhas de Ulisses Grant, na Guerra Civil Americana, e da *Blitzkrieg* alemã e das operações profundas<sup>47</sup> soviéticas, na Segunda Guerra Mundial; entre tantos outros<sup>48</sup>.

Cada novo conflito que surge tem constituído fonte de inspiração para o aperfeiçoamento do seu já extenso arcabouço doutrinário. De fato, as publicações oficiais dos países que a adotam têm sido revistas constantemente, buscando sempre adaptá-la aos novos desafios que despontam no cenário internacional.

Mesmo no estado em que hoje se encontra, alguns de seus elementos não se mostram capazes de abranger satisfatoriamente todos os espectros de campanhas e operações, causando dificuldades aos planejadores militares. Por exemplo, a realização de operações de manutenção da paz, nas quais há forte ênfase na assistência humanitária, o combate ao terrorismo e o âmbito da guerra da informação, entre outros, constituem contextos que têm desafiado os preceitos relativos à elaboração do conceito operacional.

Por fim, a arte ou estratégia operacional não deve ser vista como um produto acabado, posto que se encontra inserida em um processo dialético de franca transformação e adaptação ao meio ambiente de segurança, requerendo do planejador militar um constante esforço de reflexão e atualização.

---

<sup>47</sup> A filosofia das operações profundas ou batalha profunda repousa na concepção de que o inimigo deve ser considerado um sistema hostil e não apenas um amontoado de forças. Consoante essa ótica, deve-se explorar a capacidade logística adversária, seu sistema de comando e controle, sua vontade política, sua capacidade de prover reforços, entre outros aspectos.

<sup>48</sup> Apud artigo de James K. Greer "El Arte Operacional para la Fuerza Objetivo".

## REFERÊNCIAS

1. BEAUFRE, André. **An Introduction to Strategy**. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1965.
2. BRASIL. Comando da Aeronáutica. **DCA-1.1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. 2005.
3. \_\_\_\_\_. Escola da Guerra Naval. EGN-304A. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 2005.
4. \_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **C 124-1 Manual de Campanha – Estratégia, 3ª ed.** 2001.
5. \_\_\_\_\_. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **C 100-5 Manual de Campanha – Operações, 3ª ed.** 1997.
6. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos de Estratégia**. 1980.
7. CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
8. CREVELD, Martin Van. **The Art of War – War and Military Thought**. Londres: Cassel & Co, 2000.
9. DZIAK, John D. **Soviet Perceptions of Military Doctrine Power: The Interaction of Theory and Practice**. New York: Crane, Russak & Company Inc., 1984.
10. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departmente of Defense. **Joint Doctrine Encyclopedia**. 1997.
11. \_\_\_\_\_. Department of Defense. **JP 1-02 Dictionary of Military and Associated Terms**. 2005.
12. \_\_\_\_\_. Department of Defense. **JP 3-0 Doctrine for Planning Joint Operations**. 1995.
13. \_\_\_\_\_. Department of Defense. **JP 5-00.1 Joint Doctrine for Campaign Planing**. 2002.

14. ESTRATÉGIA. In: **Enciclopédia Mirador Internacional**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992, v. 4.
15. \_\_\_\_\_. Ministry of Defence. **JWP 0-01 British Defence Doctriine**. 2003.
16. GREER, James K. **El Arte Operacional para la Fuerza Objectivo** in “Military Review”, 2º quarter/2003.
17. HART, B. H. Liddell. **As Grandes Guerras da História, 4ª ed. São Paulo: IBRASA,1991.**
18. JOMINI, Baron de. **L’Art de la Guerre**. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie,1838.
19. MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos Faraós. São Paulo: Hemus,1981.**
20. MENNING, Bruce. **Operational Art’s Origins** in “Military Review”, 2º quarter, 1998.
21. OTAN. **AAP-6 - NATO Glossary of Terms and Definitions**, 2004.
22. \_\_\_\_\_. **AJP-1(A) Allied Joint Operations Doctrine**, .
23. PERTUSIO, Roberto L. **Estratégia Operacional**, 2ª ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2000.
24. VEGO, Milan. **Operational Warfare**. Newport: Naval War College Press, 2000.

## **O PONTO CULMINANTE DO ATAQUE CLAUSEWITZIANO NA CAMPANHA DE ROMMEL NA ÁFRICA DO NORTE**

***Capitão-de-Corveta Haroldo Vasques Leandro***

*O Capitão-de-Corveta Haroldo Vasques Leandro foi Oficial-Aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS/2005). Atualmente, é o Imediato da Fragata Independência.*

### **INTRODUÇÃO**

O presente ensaio tem o propósito de analisar a campanha do Norte da África, empreendida durante a 2ª Guerra Mundial (2ªGM), buscando identificar qual foi o ponto culminante do ataque das forças comandadas pelo Marechal de Campo Alemão Erwin Rommel.

Na consecução deste propósito, serão abordados alguns conceitos teóricos a respeito de elementos estratégicos com o intuito de auxiliar a análise em questão. Em especial, destacam-se os conceitos de Ponto Culminante do Ataque, Fricção e Centro de Gravidade, os quais se relacionam ao trabalho de Carl Von Clausewitz.

Ainda, será apresentada uma narração sucinta a respeito da vida de Rommel, como forma de destacar os seus pilares de formação e, até mesmo, identificar o motivo que o levou a obter considerável prestígio e sucesso durante sua atuação no conflito em pauta.

Posteriormente, será realizada uma descrição da campanha alemã no Norte da África, a fim de prover um exame das circunstâncias a que esteve submetido o exército alemão.

Finalmente, será apresentada uma análise conclusiva, abordando o momento em que o exército de Rommel atingiu o seu Ponto Culminante de Ataque, procurando evidenciar os elementos que, segundo Clausewitz, caracterizam a ocorrência de tal evento.

### **O PONTO CULMINANTE DO ATAQUE CLAUSEWITZIANO**

A teoria referente ao ponto culminante do ataque, postulada por Clausewitz, se destina a modelar a dinâmica de um encontro entre forças antagônicas, no que tange à exaustão da capacidade da força atacante. Na verdade, o conceito se refere ao momento de um combate em que o lado atacante atinge o limite de sua superioridade tática e que, a partir de então, deverá iniciar um procedimento de defesa, sob pena de sofrer sérias baixas, ao passo que o inimigo tenderá a empreender uma ação de contra-golpe (1:3-27).

Os preceitos referentes ao ponto culminante do ataque muito têm a ver com a concepção de “força decrescente do ataque”, também postulada por Clausewitz, que aborda o enfraquecimento de uma ação de ataque perante o oponente que se restringe a se defender. Em sua obra “Da Guerra”, Clausewitz atesta: “a forma mais defensiva de guerra é em si mesma mais forte do que a ofensiva” (2:428). Tal assertiva é ainda reforçada por um outro trecho da referida obra: “a defensiva é a forma mais forte da condução da guerra” (2:429). Como justificativas para o enfraquecimento do ataque, podemos considerar os diversos fenômenos que compreendem as relações de guerra, tais quais: a assimetria entre ataque e defesa; a fricção; o envolvimento do povo com o conflito; a dinâmica das forças morais; os resultados dos combates; e o caráter político da guerra (1:3-27).

Porém, como identificar em uma determinada campanha qual o momento do ponto culminante do ataque? De fato, tal discernimento é de difícil consecução ao passo que é muito tênue o ponto em que um dos lados beligerantes passa a ter desvantagem tática em detrimento de uma superioridade do adversário. No entanto, é mister de que este momento se caracteriza pelo instante em que o prosseguimento do ataque começa a debilitar a própria força atacante e sua continuação compromete a integridade do seu exército, arriscando a sacrificar tudo o que fora obtido até então. Dessa forma, o prosseguimento de um ataque a partir do seu ponto culminante pode fazer com que o atacante perca, além dos objetivos que já havia conquistado, a sua capacidade de se defender. Assim, de acordo com Clausewitz, a percepção do ponto culminante do ataque deve ser uma das maiores preocupações do estrategista e trata-se de um fator de limitação dos próprios objetivos da guerra (1:3-28).

## **O FENÔMENO DA FRICÇÃO NOS CAMPOS DE BATALHA**

O fenômeno da fricção foi identificado por Clausewitz que o incorporou à sua teoria. Diz respeito a um efeito inerente à realidade da guerra e dos confrontos, tornando-se motivo de influência no resultado destes. Assim, Clausewitz considera que a fricção é o que torna a guerra real, pois, de outra forma, tudo seria muito simples. De fato, a fricção corresponde ao acúmulo de uma série de dificuldades que começam a contribuir para a consecução da contenda. Dessa forma, pode-se exemplificar o citado fenômeno com as seguintes situações: um nevoeiro espesso que pode contribuir para a ocultação de um determinado exército; uma tempestade de areia que pode atrasar a cinemática de uma força que esteja atuando no deserto; e um terreno alagadiço que pode atrasar a marcha de um batalhão (1:3-27).

No decorrer deste trabalho, será visto como este fenômeno se relacionou com o ponto culminante do ataque da campanha de Rommel no Norte da África.

## ERWIN ROMMEL

Erwin Rommel pode ser considerado o general de maior notoriedade que atuou na 2ªGM, no lado da Alemanha Nazista. Militar dedicado à carreira, patriótico, criativo e bastante arrojado, Rommel teve participação destacada nas duas guerras mundiais que assolaram o século XX, com desempenho digno de admiração e respeito tanto de seus pares alemães quanto de seus adversários. Assim sendo, como forma de melhor entender os motivos para tamanho êxito, torna-se válida uma reconstituição dos principais fatos e aspectos que constituem a história daquele que ficou conhecido como “A Raposa do Deserto”<sup>1</sup>.

Em 15 de novembro de 1891, na cidade de Heidenhein na der Brent, no estado de Wurtemberg, nascia Erwin Rommel. Filho de um professor e neto de um oficial de estado, Rommel foi criado no seio de uma típica família da classe média alemã. Originalmente, Rommel intencionava se formar em engenharia, mas acabou por ingressar no exército alemão, em julho de 1910. Assim, Rommel se alistou em um regimento militar da infantaria local como cadete. Em março de 1911, Rommel ingressou na Escola Militar em Danzig. Durante esse período, ele conheceu a mulher que seria a sua única esposa durante toda a vida: Lucie Maria Mollin. O matrimônio ocorreu em 1916, no transcorrer da 1ª Guerra Mundial (1ªGM), e, em 1928, o casal vivenciou o nascimento de seu único filho: Manfred Rommel (5:10).

Após a sua formatura em Danzing, Erwin Rommel foi designado para um regimento em Weingarten. A partir daí, desempenhou a função de Oficial de Regimento de Recrutamento no estado de Weingarten (5:10 e 11).

Com a eclosão da 1ªGM, em 1914, o regimento no qual o então Tenente Rommel servia foi enviado à frente de batalha, iniciando uma série de participações de um soldado que viria a se destacar por atos de bravura em combate. Por isto, em janeiro de 1915, Rommel foi condecorado por bravura com a Cruz de Ferro de 1ª classe. Durante o restante da guerra, logrou participação destacada na Unidade de Montanha, na frente com a Romênia e na frente com a Itália. Cumpre destacar a sua conduta na batalha desenrolada no lugarejo de Caporretto, em virtude da qual Erwin Rommel foi novamente condecorado, desta vez com a “Pour lè Merite”. Ao término da Guerra, o já Capitão Erwin Rommel foi transferido de volta para o seu regimento em Weingarten (5:1 a 31).

No período entre guerras, Rommel seguiu normalmente a carreira militar, tendo como destaque a comissão na Escola de Infantaria de Dresden, onde pôde aprimorar as suas concepções táticas e estratégicas baseadas na experiência adquirida na 1ªGM (5:32 a 37).

<sup>1</sup> Designação atribuída a Erwin Rommel em virtude dos constantes truques e estratégias que o mesmo empregava durante os confrontos de que participava.

Em 1932, Erwin Rommel foi promovido a Major, e designado para o Comando de um Batalhão de Montanha em Goslar<sup>2</sup>. Mais tarde, tendo passado cerca de três anos, em 1935, Rommel foi promovido a Tenente-Coronel e assumiu o cargo de Instrutor Chefe da Academia Militar de Potsdam, onde pôde escrever o livro *Infanterie Greift An*, em que narrou o aprendizado obtido durante a 1ªGM (5:39). A promoção a Coronel ocorreu em uma época que sucedeu um curto período de encargos à frente da Juventude Hitlerista<sup>3</sup>, em 1937. Em novembro de 1938, Rommel foi designado para comandar a Academia de Guerra em Wiener Neustad (5:44). Tal designação representou mais uma oportunidade para Rommel aprofundar seus conhecimentos táticos e estratégicos, ao mesmo tempo que pôde contribuir na formação de futuros militares.

Em 1939, às vésperas da eclosão da 2ªGM, Rommel foi promovido a Major-General e recebeu o Comando do Corpo da Guarda de Adolph Hitler<sup>4</sup>, tendo acompanhado o mesmo durante a campanha da Polônia (5:44). Na ocasião, Rommel pôde constatar, pessoalmente, a potencialidade da *Blitzkrieg*<sup>5</sup> associada às Divisões *Panzer*. Em fevereiro de 1940, Rommel recebia o comando de uma Divisão *Panzer* – a 7ª (5:46).

Em maio de 1940, foi iniciada a campanha de invasão da Europa Ocidental e a 7ª Divisão *Panzer* estava incluída na mesma. Não tardou a ser revelado, logo nas primeiras fases da campanha, o ímpeto, a coragem e o pundonor de Rommel, que conduzia as ações de sua divisão posicionado na linha de frente das batalhas. Além disso, procurando privilegiar ao máximo os benefícios da Guerra de Manobra, Rommel usualmente empreendia tamanha rapidez aos seus ataques que, por vezes, se distanciava, junto com a sua divisão, das demais unidades alemãs. Já podia ser identificada neste momento a familiarização que Rommel teve com a nova sistemática de guerra alemã, fato que viria a lhe propiciar frutos em futuras batalhas (5:46 a 59).

Em janeiro de 1941, Rommel foi promovido ao posto de Tenente-General e recebeu o comando do recém-criado *Afrika Korps*, que iria a socorro das tropas italianas que se encontravam vivenciando reveses perante as forças inglesas no Norte da África. O novo cargo representou um grande prestígio para a carreira de Rommel, que se adaptou de forma peculiar às condições inerentes à da guerra no deserto associada às características de mecanização e coordenação da *Blitzkrieg*. Nesta campanha, Rommel obteve diversos êxitos tendo atingido seu auge por ocasião da tomada da fortaleza de Tobruk, fato que

---

<sup>2</sup> Tratava-se do 3º Batalhão do 17º Regimento de Infantaria.

<sup>3</sup> Organização destinada a disseminar as concepções Nazistas entre a juventude da Alemanha da época.

<sup>4</sup> Chefe de Estado da Alemanha no período da 2ª Guerra Mundial.

<sup>5</sup> Guerra relâmpago – concepção de guerra alemã que envolvia a ampla exploração da mobilidade dos blindados em coordenação com o emprego de aeronaves de ataque.

lhe valeu a imediata promoção ao posto de Marechal de Campo. Porém, a despeito de seus êxitos, o Alto-Comando Alemão não tinha interesse na região e negou a maioria dos pedidos de reforços de Rommel, o que ocasionou uma progressiva degradação do poder combatente do *Afrika Korps* que, após dois anos e quatro meses de intensa campanha, acabou por sucumbir perante a força aliada (5:60 a 139).

Após a capitulação do *Afrika Korps*, Rommel regressou à Alemanha, onde foi submetido a tratamento médico. Meses depois, Rommel desempenhou alguns cargos de comando na Itália e na Grécia, mas, foi finalmente encarregado das defesas da “Muralha do Atlântico”<sup>6</sup> Preocupado com as condições defensivas da região, Rommel fez uma série de alertas e solicitações ao Alto-Comando Alemão que, mais uma vez, não destinou atenção ao assunto (5:140 e 142).

Em junho de 1944 os aliados desembarcaram na Normandia e Rommel tinha consciência de que a derrota alemã era questão de tempo. Nesse ínterim, ele acabou por se envolver em um movimento de alguns generais alemães que estavam decididos a depor Hitler do poder como forma de negociar uma rendição pacífica com os aliados. Porém, a tentativa do golpe, que se deu por intermédio de um atentado a bomba em uma sala de reuniões em que o *Führer*<sup>7</sup> se encontrava, não deu certo. Mais tarde, Rommel teve seu envolvimento com o movimento revelado e, como forma de preservar a imagem do grande Marechal Alemão, foi convidado pelo Alto-Comando Alemão a se suicidar, tendo falecido em outubro de 1944. Rommel foi enterrado com todas as honras militares pois o Alto-Comando Alemão não quis denegrir a imagem daquele que representava um dos ícones da máquina de guerra nazista (5:148 a 157).

Pode-se observar na trajetória de vida de Rommel, uma prematura vocação para o exercício da liderança aliada a uma extrema compleição de coragem e bravura. Oportunamente, Rommel teve ainda algumas passagens pelo sistema de ensino militar alemão, o que lhe conferiu oportunidade para reflexões e aprimoramentos em suas convicções e experiências de guerra. Sua rápida ascensão ao generalato e suas raras condecorações não lhe cercaram o espírito de combatividade e arrojo. Será visto que tais características serão determinantes na ocasião de sua vida que mais lhe exigirá e que também mais o glorificará – A Campanha do Norte da África.

## **A CAMPANHA DO NORTE DA ÁFRICA**

A Itália de Mussolini<sup>8</sup>, logo no início da 2ªGM, vislumbrou uma projeção de poder sobre a região do Norte da África, com a idéia de promover um

<sup>6</sup> Disposição defensiva na costa da França que visava a repelir uma possível tentativa de invasão dos aliados.

<sup>7</sup> Forma pela qual os alemães se referiam a Hitler.

<sup>8</sup> Ditador Italiano que liderou o país no período da 2ªGM.

desgaste das posições inglesas na área. Assim, desde 1935, a Itália havia invadido e se estabelecido na Etiópia. e, ao final de 1940, enviou um exército de 250.000 homens para atacar o Egito através da Líbia. Entretanto, Churchill<sup>9</sup>, considerava o Oriente-Médio uma das zonas estratégicas essenciais para o desenvolvimento do conflito e, por isso, não estava disposto a ceder território. Rapidamente, o General Wavell, Comandante-em-Chefe das tropas inglesas estacionadas na região, empreendeu uma ofensiva que repeliu os italianos da Cirenaica e chegou até o coração da Líbia<sup>10</sup>.

Em atendimento a um apelo de Mussolini, Hitler resolveu destacar uma Divisão *Panzer* para a região, de maneira a tentar reverter a situação. No comando desta Divisão, Hitler designou o então Tenente-General Rommel (4:9).

Logo ao chegar à região e organizar as forças disponíveis, Rommel já obteve êxito ao contra-atacar as posições inglesas na Líbia, o que levou a uma reconquista do território perdido pelos italianos. Na seqüência, Rommel desfechou uma ofensiva contra Tobruk, que foi, no entanto, defendida com arrojo por soldados ingleses e australianos (5:60 a 77).

Fruto do crescente prestígio de Rommel junto às tropas aliadas, em 17 de novembro de 1941 os ingleses puseram em prática um plano para atentar contra a vida do então Tenente-General Alemão, com o emprego de Forças Especiais. No entanto, como Rommel encontrava-se ausente, em viagem a serviço, o citado atentado foi mal sucedido (5:85).

Oportunamente, o *Afrika Korps* empreendeu novas ofensivas à Tobruk, sob pena de consideráveis perdas, até que, em 22 de junho de 1942, conseguiu finalmente submeter a Fortaleza. As forças britânicas que restaram recuaram até a localidade de Mersa Matruh, onde se mantiveram entrincheiradas. No dia seguinte à conquista de Tobruk, Rommel tomou conhecimento de que fora promovido por Hitler a Marechal de Campo e, em seguida, obteve permissão do Alto-Comando Alemão para avançar sobre o Egito (5:77 a 106).

As forças alemãs tinham a finalidade de preservar a vantagem tática durante as próximas ações e, a despeito do desgaste e do cansaço dos soldados, progrediram em direção ao Egito, e alcançaram a frente de batalha de Mersa Matruh, no dia 26 de junho de 1942. À ocasião, as tropas inglesas já se encontravam abatidas e combalidas, o que muito favoreceu o êxito do ataque alemão. Em uma seqüência de manobras de mobilidade e rapidez o *Afrika Korps* conseguiu envolver seu adversário que não chegou a apresentar grande resistência. O 13º exército, sob o comando do General Gott, foi disperso pela ofensiva, assim como o 8º exército. Na ocasião, o General Auchinleck<sup>11</sup> resolveu

<sup>9</sup> 1º Ministro Inglês durante o período de ocorrência da 2ªGM.

<sup>10</sup> Artigo "Guerra no Deserto". Disponível em: <[www.geocities.com/2a\\_guerra/texto7.htm](http://www.geocities.com/2a_guerra/texto7.htm)>. Acesso em 12 jul. 2005.

<sup>11</sup> General Britânico que substituiu o General Wavell no cargo de Comandante-em-Chefe das Tropas Aliadas no Oriente-Médio.

assumir pessoalmente o controle das ações, tendo se deslocado para substituir o General Ritchie no comando do 8º exército. Por fim, o que sobrou das tropas inglesas foi reagrupado e recuado até El Alamein, que seria a passagem natural das forças do Eixo<sup>12</sup> a fim de atingir seu objetivo maior, as cidades do Cairo e Alexandria. Cumpre ainda observar, que, considerando a condição física e psicológica dos integrantes do *Afrika Korps*, a investida alemã sobre Mersa Matruh só foi possível graças à liderança e à pertinácia de Rommel que sabia como ninguém extrair o máximo de seus comandados (5:106 a 109).

Em continuação ao seu avanço, Rommel investiu sem interrupção sobre a frente de El Alamein, tentando aproveitar o desgaste físico e moral dos soldados ingleses do 8º exército. No entanto, o exército alemão foi surpreendido por poderosa resistência britânica. Oportunamente, Rommel desfechou um segundo ataque, já com um *Afrika Korps* mais enfraquecido, que não logrou êxito em suas ações. Estava perdida a 1ª Batalha de El Alamein. A insistência de Rommel no ataque, contribuiu para a degradação de suas forças (5:113).

Por volta de 5 de julho de 1942 as forças alemãs já não ostentavam o mesmo brilho de antes. De fato, as seguidas batalhas travadas em um relativamente curto período de tempo, e nas condições inerentes ao deserto, deixaram o *Afrika Korps* perto de um colapso. Ao final do mês de julho o exército britânico recebeu mais reforços o que significava um aumento no grau de dificuldade da missão dos alemães. Não obstante, o General Auchinleck adotou uma tática de “defesa estática” se detendo a manter as posições obtidas pelas forças britânicas. Neste ponto, parecia claro que a derrocada das tropas alemães, que não tinham previsão da chegada de reforços, era questão de tempo. Em Berlim, o Alto-Comando Alemão insistia em dedicar todos os recursos à frente oriental<sup>13</sup>, deixando de lado a Campanha da África e negando as constantes solicitações de reforços proferidas por Rommel (5:113 e 114).

Na ocasião, Churchill resolveu comparecer ao local. A idéia de que o *Afrika Korps* estivesse tão próximo do Canal de Suez era considerada pelo líder britânico como inaceitável (5:114). Destarte, por considerar que a tropa britânica na região carecia de um ânimo novo, Churchill resolveu substituir o General Auchinleck. Em seu lugar, era nomeado o General Alexander que recebia o Comando Supremo de todo o Oriente-Médio. O 8º Exército passava às mãos do General Montgomery (5:118).

Conhecendo a fama do *Afrika Korps*, Montgomery adotou a concepção de não assumir postura ofensiva. Portanto, ele queria primeiro concluir seus preparativos defensivos e realizar treinamentos com seus soldados.

Pelo lado alemão, Rommel finalmente recebia o tão esperado reforço. Desembarcavam na região a 164ª Divisão Alemã, a Brigada de Pára-quedistas

<sup>12</sup> Aliança militar estabelecida na 2ªGM, envolvendo Alemanha, Itália e Japão.

<sup>13</sup> Frente de Batalha aberta contra a ex-União-Soviética.

Ramcke e a Divisão Aeroterrestre Folgore, italiana. Além disso, as forças do Eixo também receberam um aumento em seus blindados (5:118).

Assim sendo, Rommel viria a efetuar uma nova ofensiva, na qual tentaria, enfim, suplantar as forças inglesas. Era a Batalha de Alam Halfa. O ataque alemão foi liderado pela 15ª Divisão *Panzer* que não conseguiu uma penetração na linha defensiva britânica. Com nova disposição tática, os blindados ingleses conseguiram fazer valer suas posições defensivas e rechaçaram com violência as investidas alemãs que acabaram por fazer uma retirada. Montgomery fez questão de não permitir perseguição ao inimigo, negando a Rommel a possibilidade de destruição de alguns blindados por ocasião da retração de sua força. A Batalha de Alam Halfa estava perdida para os alemães (5:119 e 120).

Após o malogro na Batalha de Alam Halfa, as forças do Eixo, pela primeira vez, adotaram uma postura defensiva na campanha. O fato se deveu a dois motivos: a supremacia numérica do adversário e a escassez de combustível. Rommel resolveu recuar ainda mais com o *Afrika Korps* (5:121).

Em setembro de 1942, Rommel teve que se ausentar da região em virtude de problemas de saúde. De volta à Alemanha, ele tentou mais uma vez obter reforços para a campanha tendo, no entanto, recebido resposta negativa. O *Afrika Korps* continuava a não ser prioridade do Alto-Comando Alemão. À época, a disparidade numérica de forças era flagrante: as forças britânicas totalizavam 230.000 homens, 1.351 tanques e 1.400 canhões anti-tanques, ao passo que as forças do Eixo totalizavam 80.000 homens, 540 tanques e 24 canhões anti-tanques (5:124 a 126).

Ainda durante a ausência de Rommel, no mês de outubro de 1942, começava a 2ª Batalha de El Alamein. Dessa vez a iniciativa foi dos ingleses que desfecharam um ataque às posições alemãs por intermédio de intenso bombardeio. A despeito de sua superioridade numérica, Montgomery insistia em adotar uma postura cautelosa a fim de evitar possíveis armadilhas do inimigo. Rommel voltou à cena de ação três dias após o início da batalha e tentou ainda a realização de contra-ataques e armadilhas. Por fim, os ingleses conseguiram uma nova vitória sobre o *Afrika Korps*. Era o fim da 2ª Batalha de El Alamein (5:126 a 129).

Em novembro de 1942, iniciava-se a operação aliada de retomada final do Norte da África. Era a “Operação Tocha”, a qual previa o desembarque de volumosos reforços norte-americanos na região. Na ocasião, Rommel tinha plena consciência de que não havia como se contrapor aos revigorados exércitos aliados, considerando que o ideal era fazer a retirada das forças do Eixo. Porém, Hitler achava essa alternativa inaceitável e emitiu a ordem de que Rommel resistisse com o *Afrika Korps* até o último homem (5:129 e 131).

A partir deste novo cenário, o *Afrika Korps* adotou a postura de se defender e recuar o quanto podia. Em maio de 1943, cerca de 250.000 soldados do Eixo se rendiam, era o fim do *Afrika Korps* e da campanha do Norte da África (5:139).

A atuação do *Afrika-Korps*, sob a liderança do Marechal Erwin Rommel, constituiu-se em um dos destaques da máquina de guerra alemã na 2ªGM. Sem dúvida, por muito pouco Rommel não conseguiu superar as forças inglesas e controlar pontos estratégicos importantes para a condução da guerra, entre os quais o Canal de Suez e os campos petrolíferos do Oriente-Médio. Cumpre destacar as circunstâncias a que o exército alemão esteve submetido, já que, a falta de visão geopolítica, embaçada pela ambição da campanha contra a ex-União-Soviética, não permitiu que o Alto-Comando do país dedicasse reforços e apoio logístico na medida adequada e no momento oportuno. Em especial, fica claro que a última ação ofensiva em que o *Afrika Korps* ainda nutria chances de êxito foi a 1ª Batalha de El Alamein, batalha esta que será analisada posteriormente neste ensaio. Cumpre ainda ressaltar, que o ataque do *Afrika Korps* sobre as forças inglesas, logo após a chegada de reforços, na Batalha de Alam Halfa, foi um erro de avaliação de Rommel que subestimou as forças inglesas pois não dispunha de poderio adequado para infligir uma derrota ao inimigo.

### **O CENTRO DE GRAVIDADE DO *AFRIKA KORPS***

Antes de que seja prosseguida nossa análise, é necessário que seja identificado um elemento estratégico de vital importância no *Afrika Korps* que é o Centro de Gravidade. Aspecto de grande relevância para as partes envolvidas em um conflito, o Centro de Gravidade foi definido por Clausewitz no Capítulo IV do Livro Oitavo de sua obra, como:

[...]é necessário que jamais se perca de vista as relações predominantes dos Estados beligerantes. Os interesses que se relacionem com eles formarão um centro de poder e movimento que arrasta tudo mais. É contra este centro de gravidade que deve ser dirigido o choque coletivo de todas as coisas (2:726).

No caso do *Afrika Korps*, pode-se identificar dois centros de gravidade, um de natureza tática e o outro de natureza operacional.

O centro de gravidade de natureza tática tratava-se da mobilidade e rapidez dos blindados alemães que compunham as divisões *Panzer*. O arrojo e obstinação destas divisões causaram por diversas vezes surpresa e confusão a adversários que se encontravam, quase sempre, em vantagem numérica. E mesmo na fase final da campanha, os blindados alemães ainda impunham severas baixas ao armamento aliado.

Já o centro de gravidade de natureza operacional sem dúvida repousava na liderança de Erwin Rommel. Por diversas vezes os integrantes das tropas do

Eixo chegaram ao extremo da fadiga física e psicológica mas, ainda assim, conseguiam seguir em frente e impor danos e importantes vitórias sobre tropas inimigas numericamente superiores. De fato, os próprios ingleses perceberam isso muito bem, tanto que, conforme citado anteriormente, durante a campanha do Norte da África, foi enviado um grupo de “comandos”<sup>14</sup> ingleses com a tarefa de matar o Marechal Alemão. No entanto, conforme também já visto, a missão foi mal sucedida.

É com base nesses dois aspectos, referentes ao centro de gravidade do *Afrika Korps*, que se pode entender como um exército que esteve sempre em minoria numérica conseguiu obter prolongado êxito e resistiu por tanto tempo, mesmo atuando em condições desfavoráveis.

### **A 1ª BATALHA DE EL ALAMEIN E O PONTO CULMINANTE DO ATAQUE DA CAMPANHA DE ROMMEL**

Após 1 ano e 6 meses de intensa campanha militar no Norte da África e em consecução a uma grande vitória tática, que foi a batalha de Mersa Matruh, o *Afrika Korps* foi finalmente superado quando atacou a linha de resistência inglesa posicionada na localidade de El Alamein. De fato, após este ataque, as forças do Eixo sofreram considerável perda e não mais conseguiram obter vantagem em nenhuma outra ação. Mas, faz-se oportuna uma análise da 1ª Batalha de El Alamein, para identificar os elementos característicos do ponto culminante do ataque da campanha de Rommel.

Um dos aspectos básicos deste conceito, conforme já abordado anteriormente, é a perda da capacidade ofensiva de um lado que vinha realizando o ataque, redução esta que sugere que o referido contendor interrompa a sua ação e inicie um procedimento defensivo sob pena de sofrer sérias baixas. Em face do que foi anteriormente exposto, pode-se perceber que foi justamente em El Alamein, durante a 1ª Batalha, que o *Afrika Korps*, não mais conseguindo evoluir, sem que ao menos tivesse alguma probabilidade de sucesso, desfechou uma investida sobre posições inglesas fortemente defendidas. De acordo com os postulados de Clausewitz, este aspecto confirmou a superioridade da defesa sobre o ataque, caracterizando uma assimetria entre atacar e defender, o que contribuiu para que Rommel atingisse o seu ponto culminante do ataque.

Um segundo aspecto a ser analisado é: qual o motivo da degradação da força combativa do Exército de Rommel? O Marechal Alemão, aproveitando-se de um momento de retirada das tropas inglesas, após a Batalha de Mersa Matruh, resolveu não propiciar ao inimigo tempo para restauração e decidiu infligir um ataque imediato às suas posições defensivas. Porém, Rommel desconsiderou o longo período em que seus homens estavam em ações de

<sup>14</sup>Tropa de elite destinada a realização de serviços especiais.

combate, alguns chegando ao ponto de exaustão. O fato caracteriza o fenômeno da fricção na guerra, já definido anteriormente, que Clausewitz apontava como uma das causas para a ocorrência do ponto culminante do ataque.

Um terceiro aspecto a ser considerado é a dinâmica das forças morais. O momento de realização do confronto encontrava um *Afrika Korps* já advindo de uma série de campanhas, praticamente sucessivas, sem que tivesse recebido nenhum reforço considerável. Assim, apesar da constante preocupação de Rommel na manutenção do moral de seus combatentes, os soldados começavam a conviver com incertezas, comida imprópria, tendo até mesmo utilizado fardas e armamento que eram capturados dos ingleses. A despeito da liderança de Rommel, já apontada como um dos centros de gravidade do *Afrika Korps*, os soldados alemães começavam a ter o moral naturalmente abatido.

Como exposto, pode-se depreender que a soma desses três aspectos, juntamente com a dinâmica do confronto de forças em questão, resultou em uma degradação no poder combatente das tropas alemãs. Conforme preconizado por Clausewitz, teria sido prudente para Rommel ter identificado tais aspectos com a suficiente antecedência e, assim, ter interrompido o ataque, até então conduzido, para assumir posições defensivas, a fim de evitar maiores perdas.

## CONCLUSÃO

A identificação do ponto culminante do ataque durante um confronto militar trata-se de uma análise complexa e de difícil consecução ao passo que é muito tênue o ponto em que o lado atacante passa a ter desvantagem tática em virtude da degradação do seu poder combatente. Entretanto, é flagrante que este momento se caracteriza pelo instante em que a continuação do ataque começa a debilitar a própria força atacante e sua continuação compromete até as conquistas que já foram obtidas. Assim, de acordo com Clausewitz, a percepção do ponto culminante do ataque deve ser uma das maiores preocupações do estrategista e trata-se de um fator de limitação dos próprios objetivos da guerra.

Ao analisar a Campanha do *Afrika Korps*, não se pode destituir seus êxitos da imagem do seu ilustre comandante - o Marechal Erwin Rommel. Militar honrado, bem conceituado, com uma vocação inata para o exercício da liderança, aliada a uma extrema compleição de coragem e bravura, e que, aproveitou suas passagens pelo sistema de ensino militar alemão, para reflexões e aprimoramentos em suas convicções e experiências de guerra.

Sem dúvida, a atuação do *Afrika-Korps* constituiu-se em um dos destaques da máquina de guerra alemã na 2ªGM. De fato, por muito pouco Rommel não conseguiu superar as forças inglesas e controlar pontos estratégicos importantes para a condução da guerra, tais como o Canal de Suez e os campos petrolíferos do Oriente-Médio. No entanto, ao efetuar qualquer análise sobre o desempenho

do exército alemão, deve-se considerar as circunstâncias a que o mesmo estava submetido, pois vivenciou longo período de conflito sem o recebimento de reforços e sem uma estrutura logística adequada. De fato, a falta de apoio e prioridade do Alto-Comando Alemão coibiu o *Afrika Korps* do apoio logístico que - na medida adequada e no momento oportuno - poderia ter propiciado condições satisfatórias para o arremate da campanha.

De todos os aspectos positivos inerentes ao desempenho do *Afrika Korps*, podem-se destacar dois que, por sua relevância, constituem os centros de gravidade operacional e tático daquela força, quais sejam, respectivamente: a liderança de Erwin Rommel; e a mobilidade e rapidez dos blindados alemães que compunham as divisões *Panzer*.

Por fim, pode-se identificar, no transcorrer da 1ª Batalha de El Alamein, a concorrência de três fatores decisivos ao resultado da batalha, quais sejam: redução da capacidade ofensiva; acúmulo de pontos de fricção; e degradação física e psicológica dos combatentes alemães. Tais fatores, juntamente com a dinâmica do confronto de forças em questão, resultou em uma degradação no poder combatente das tropas alemãs, levando-as ao seu ponto culminante do ataque. De fato, utilizando a ótica da teoria preconizada por Clausewitz, seria prudente que Rommel houvesse identificado tais aspectos com antecedência e tivesse interrompido o ataque para assumir posições defensivas, evitando maiores perdas. Cumpre ainda ressaltar que, o ataque do *Afrika Korps* sobre as forças inglesas, logo após a chegada de reforços, na Batalha de Alam Halfa foi um erro de avaliação de Rommel, que subestimou as forças inglesas, já que não dispunha de poderio suficiente para infligir derrota ao inimigo.

Assim, a experiência do *Afrika Korps* na campanha da África do Norte, nos prescreve um exemplo da importância da identificação do ponto culminante de ataque de um confronto e da imediata assunção de uma postura defensiva para um posterior reagrupamento ou reforço de potencial e para, principalmente, evitar uma degradação ainda maior na força atacante.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN – 304A. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 2004.
2. CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso, Lisboa: Editora Perspectivas & Realidades, 1976.
3. LIDDEL HART, B.H. **The Rommel Papers**. Tradução de Paul Findlay. New York: Harcourt, Brace and Company, 1953.
4. MACKSEY, Kenneth. **Afrika Korps, Rommel no deserto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
5. SIBLEY, Roger; FRY, Michael. **Rommel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1976.

## **INGRESSO DO BRASIL NO SISTEMA OTAN DE CATALOGAÇÃO: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA**

***Capitão-de-Corveta (IM) Marcos Oliveira Matos***

*O Capitão-de-Corveta (IM) Marcos Oliveira Matos foi Oficial-aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS/2005). Atualmente, serve na diretoria de Administração da Marinha.*

### **INTRODUÇÃO**

Em qualquer nação moderna, a indústria bélica é considerada um setor estratégico e diretamente relacionado com a soberania do Estado. Assim sendo, nenhum país pode deixar de produzir os próprios recursos de defesa, que devem ser compatíveis com a realidade política, econômica e social do país.

Incentivado por um mercado consumidor, o parque da indústria bélica permite ao país o fortalecimento do Poder Nacional. Logo, a existência de uma forte indústria é requisito essencial para atender às necessidades logísticas das Forças Armadas.

A Política de Defesa Nacional<sup>1</sup> corrobora com a idéia da necessidade de uma forte indústria bélica:

A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis.

Na década de 1980, o Brasil figurava como um importante país exportador de material bélico, o que demonstrava a capacidade e a potencialidade brasileira na área de ciência e tecnologia. Porém, os graves problemas econômicos enfrentados desde então e a falta de planejamento industrial e estratégico causaram sérios prejuízos ao setor da indústria bélica.

Observa-se que a necessidade de se estabelecer uma identificação para os itens de uma organização é um fato, tendo em vista a quantidade, a diversidade e a sofisticação dos equipamentos existentes, correspondendo a um grande número de peças e sobressalentes necessários ao seu funcionamento e manutenção (5:8).

<sup>1</sup> Política de Defesa Nacional aprovada pelo Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em 26 jul. 2005.

Assim sendo, a intensificação na troca de informações ocorrida com a globalização e a diversidade de itens transacionados pelas empresas tem exigido mais eficiência na gerência dessas informações. A esses itens manuseados são acrescidos dados de durabilidade, preço, desempenho, validade, descrição, obsolescência, aplicações e fornecedores, entre outros. Para tal, é necessária uma ferramenta como a catalogação para gerenciar todas essas informações.

As Forças Armadas brasileiras foram precursores na aplicação da ferramenta de catalogação no Brasil, em virtude da necessidade de gerenciar o grande volume de material adquirido no exterior, por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

O uso da atividade de catalogação possui algumas vantagens: permitir o uso de uma linguagem única; promover a concentração de informações sobre os itens; favorecer o controle gerencial dos estoques; conduzir a redução de custos; melhoria no relacionamento governo-indústria através do uso de um único sistema de identificação; e conhecimento da composição dos materiais através de descrições detalhadas (2:21).

A criação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e a inserção do Brasil no Sistema Organização do Tratado do Atlântico Norte<sup>2</sup> (OTAN) de Catalogação (SOC) criam perspectivas favoráveis para a indústria bélica brasileira, em virtude das vantagens da atividade de catalogação e do uso do SOC.

Dentro desse contexto, este trabalho tem o propósito de identificar as perspectivas de desenvolvimento da indústria bélica brasileira, considerando o contexto da atual crise dessa indústria, a partir da década de 1970, e a inserção do Brasil no SOC.

Com esse intuito, será abordado um breve histórico da indústria bélica brasileira, o contexto nacional e internacional em que se iniciou a atual crise e os principais óbices ao desenvolvimento da indústria bélica. Em seguida, este ensaio descreve alguns aspectos e as principais características da catalogação, o SISMICAT e a entrada do Brasil no SOC, e como esses aspectos colaboram para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira.

## **A CRISE DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA**

### **BREVE HISTÓRICO**

Segundo Domício Proença Junior, “a indústria bélica pode ser definida *stricto sensu* como o conjunto das atividades industriais que têm por função a fabricação e a venda de armas [...]”. Porém, considerando que as empresas

<sup>2</sup> Aliança militar formada pelos países capitalistas ocidentais em 1949, durante a Guerra Fria, com o objetivo de conter a expansão militar e ideológica das nações do bloco socialista. Também conhecido como NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), atualmente possui 26 países membros. Almanaque Abril 2005.

podem produzir, ao mesmo tempo, bens militares e civis, e que diversos bens só se caracterizam como militares pelo seu emprego em conflitos ou em função de seus compradores, podemos então definir indústria bélica como “**o conjunto de atividades industriais voltadas ao atendimento das necessidades do setor militar** (grifo nosso) [...]” (8:57-59).

Num contexto histórico, observa-se que os êxitos alcançados no desenvolvimento da indústria bélica ocorrem em períodos temporários, descontínuos, seguidos por períodos maiores de estagnação e até retrocesso nos avanços obtidos (9:25). Esses períodos de altos e baixos da indústria bélica brasileira coincidem com a maior ou menor importância dispensada pelos governos, em virtude do descaso ou do desconhecimento da necessidade de manutenção da soberania e da defesa dos interesses nacionais (10:17).

Ao final da década de 1970 e início dos anos 80, a indústria bélica brasileira já se encontrava instalada no mercado interno, em virtude da política econômica de industrialização por substituição das importações. Na ocasião, iniciava-se a procura por novos mercados, aproveitando-se de fatores favoráveis à época.

Os Estados Unidos da América (EUA) restringiram a venda de armas de alta tecnologia aos países do Terceiro Mundo, abrindo o mercado para outros fabricantes de armamentos. O Brasil, que dominava a produção de armas em nível intermediário, baixo custo de aquisição e de emprego simples e confiável, lançou-se à procura de novos mercados, encontrando-os na África, Oriente Médio e América do Sul. Isso permitiu compensar os altos investimentos efetuados no setor, tendo em vista as reduzidas encomendas das Forças Armadas (4:168).

Quase dez anos mais tarde, sob os efeitos da crise do petróleo, o Brasil entrou numa longa recessão, em função do desequilíbrio do balanço de pagamentos e descontrole da inflação, que praticamente bloqueou a industrialização do país. Além disso, a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a conseqüente mudança no equilíbrio geoestratégico do mundo causaram uma redução substancial nos gastos com orçamentos militares, em razão do afastamento do perigo de confronto ideológico entre Leste e Oeste (4:169-170).

A queda da URSS e dos demais países comunistas ocasionou também excedentes no arsenal bélico do Leste Europeu, contribuindo para a retração da demanda no setor.

No Oriente Médio, o conflito Irã-Iraque provocou a queda da economia desses dois grandes compradores de material bélico brasileiro, que passaram a apresentar apenas uma demanda por peças de reposição (4:170).

## O CONTEXTO INTERNACIONAL

Com o término da Guerra Fria, no fim da década de 1980, intensificou-se o processo de globalização, com o aumento do comércio mundial advindo da

transição das nações comunistas para a economia de mercado. Com isso, provocou-se uma nova onda de liberalismo comercial no mundo, sobretudo para os países menos desenvolvidos.

Nessa mesma época, os países da América Latina passavam por uma grave crise econômica, caracterizada por elevada dívida externa, estagnação econômica, inflação, recessão e desemprego; em parte causado pelo “choque” do preço do petróleo (1973 e 1979).

Na realidade, não apenas os grandes aumentos do preço do petróleo causaram o abalo na economia mundial. Na ocasião, estava sendo impulsionada a última fase da Revolução Industrial, ou Revolução Tecnocientífica, caracterizada pelo surgimento de inovações na área da informática, transmissão de informações, da automação e da robotização dos processos produtivos, reduzindo o uso intensivo de mão-de-obra, valorizando a qualificação do pessoal, adotando novos procedimentos gerenciais e privilegiando a produtividade (6:90).

Além disso, observa-se também a ocorrência de fusões de grandes conglomerados transnacionais visando à acumulação de capitais, necessária para atender as elevadas despesas com a mão-de-obra altamente especializada, aquisição de novas matérias-primas, pesquisa e desenvolvimento (4:173).

Nesse contexto, percebendo a iminente crise nas vendas, as empresas e os países interessados na produção de armamentos tomaram algumas medidas: adequação ao processo de globalização, adotando *joint-ventures*, fusões, consórcios, visando diminuir os custos e aumentar a competitividade; maior cooperação regional para eliminar políticas protecionistas; interesses comerciais prevalecendo sobre os interesses geopolíticos, com relação à transferência de tecnologia; e aumento da força dos compradores, em função de um mercado com excesso de oferta de armamentos (4:174).

## O CONTEXTO NACIONAL

Os governos brasileiros têm atribuído uma prioridade maior para a estabilização da economia e ao atendimento dos problemas sociais, em detrimento das necessidades de reequipamento das Forças Armadas, ocasionado em parte pela paz construída em torno das fronteiras brasileiras, pelo fortalecimento da integração proporcionado pelo Mercosul, pelo estreitamento das relações com os países vizinhos à região amazônica, pela consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul<sup>3</sup> (ZPCAS) e pela intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa. Esta baixa prioridade

<sup>3</sup> Estabelecida em 1986 pelos países da costa ocidental da África e os banhados pelo Atlântico Sul, na América Latina (24 países). Ao Brasil, atende aos interesses de ampliar o espaço para a cooperação econômica, comercial, científica e técnica; e para iniciativas de caráter político-diplomático. Sítio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/grupos/zona\\_paz/zona.asp](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/zona_paz/zona.asp)>. Acesso em 26 jul. 2005.

repercute em orçamentos reduzidos para as Forças Armadas, proporcionando pequenas encomendas que não atendem às necessidades das indústrias bélicas (4:181,183).

As indústrias bélicas necessitam de encomendas governamentais das Forças Armadas e de recursos para financiar os investimentos na evolução e melhoria do material. As aquisições de material pelas Forças Armadas não só permitem a sobrevivência da indústria bélica, como também permitem a divulgação de tais produtos para outros mercados (10:8).

Assim sendo, os países em desenvolvimento não têm tido condições de incentivar as suas indústrias bélicas. Para manter o nível operacional das Forças Armadas, efetuam aquisições no exterior, beneficiando os países desenvolvidos e despendendo seus poucos recursos, sem, contudo, poder incentivar a indústria bélica local, contribuindo para aumentar a grande diferença tecnológica e econômica.

As poucas indústrias bélicas brasileiras que sobreviveram à crise, o conseguiram porque efetuaram a diversificação de sua produção com itens da linha não-bélica, como forma de obter recursos para a sua sustentabilidade econômica (10:20). A EMBRAER é um bom exemplo dessa estratégia, com a sua linha de jatos regionais.

## PRINCIPAIS ÓBICES DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA

Segundo Nadin Ferreira da Costa, os principais óbices para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira podem ter três origens: estrutural, institucional e conjuntural.

Os óbices estruturais seriam os decorrentes do modelo industrial estatizado e da defasagem tecnológica. O primeiro refere-se ao modo como a indústria bélica foi organizada na Era Vargas, através de um modelo estatizante de substituição das importações, onde as Forças Armadas, agindo de forma independente, de acordo com os respectivos interesses, detiveram a iniciativa na organização do parque industrial bélico. A defasagem tecnológica está relacionada com o grande diferencial tecnológico do Brasil em relação aos países desenvolvidos, em função da demora na participação da iniciativa privada no desenvolvimento da indústria bélica e do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA<sup>4</sup> (1952--1977), que desestimulou a produção de material bélico nacional (4:178).

Os óbices institucionais são: a falta de uma política governamental que considere a indústria bélica como fator de fortalecimento do Poder Nacional; e a ausência de orientação de alto nível para dar apoio ao desenvolvimento do

<sup>4</sup> Acordo militar assinado com os EUA, onde que se previa a compra dos excedentes de material bélico norte-americanos pelo Brasil (4:165).

setor, evidenciado pela inexistência de um órgão responsável por conduzir os interesses estratégicos da indústria bélica (4:178).

Os óbices conjunturais estão relacionados com a escassez de mercado; a falta de investimentos, inclusive de investidores privados; e as restrições à obtenção e desenvolvimento de tecnologia de ponta (4:179).

A escassez de mercado está representada pela geração de excedentes de alta tecnologia, a preços baixos, no mercado mundial, ocasionado pela redução de até 50% dos arsenais da OTAN, pela dissolução do Pacto de Varsóvia e pelo fim da Guerra do Golfo (4:179).

A ausência de investimentos no setor está representada pela falta de capacidade da indústria bélica brasileira de ser capaz de atrair investidores privados para desenvolver seus projetos.

A ascensão dos EUA como potência hegemônica deu aos norte-americanos e seus parceiros no Primeiro Mundo poderes para imporem restrições à obtenção de tecnologia de ponta.

Em vista dos óbices apresentados, que persistem desde a década de 1990, pode-se supor que as Forças Armadas estão mal aparelhadas e a indústria bélica debilitada. Os escassos investimentos em ciência e tecnologia voltados para o setor de defesa impedem a atualização do parque industrial. Da mesma maneira, os reduzidos recursos orçamentários impossibilitam que as Forças Armadas se modernizem como deveriam, não demandando as aquisições necessárias para a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento da indústria bélica.

## CATALOGAÇÃO

### SISTEMA OTAN DE CATALOGAÇÃO

Segundo o Manual do SISMICAT, a catalogação pode ser assim definida, de forma genérica e abrangente:

Catalogação significa inserir dados em um catálogo. Um catálogo representa uma lista de nomes ou códigos aos quais estão associadas informações com determinada finalidade tais como: uso no comércio para referência, preços e possibilitar pedidos; uso na indústria para facilitar a distribuição de peças na linha de produção e seu emprego na fabricação de equipamentos [...].

Portanto, **podemos considerar catalogação, em um sentido amplo, como o conjunto de tarefas, normas e procedimentos necessários**

### **à obtenção de uma informação e sua inclusão em um catálogo (grifo nosso) (2:23).**

A experiência vivida pelos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial permitiu que fosse criado, em 1945, o Sistema Federal de Catalogação (*Federal Codification System*). Em 1957, em função do pioneirismo e do sucesso no desenvolvimento de um sistema de catalogação, o mesmo foi adotado pelos países da OTAN. Posteriormente, este passou por alterações para dar condições aos países que não participavam desta organização pudessem usufruir a ferramenta (2:11)(5:8).

O Sistema OTAN de Catalogação (*NATO Codification System*) foi o sistema concebido para possibilitar aos países membros da OTAN uma forma padronizada para identificação, classificação e codificação de itens de suprimento, visando obter, na gestão de material e no apoio logístico, a sua máxima eficiência (2:20).

O SOC é composto pelos seguintes órgãos:

- a) A/C 135 *Main Group* - órgão colegiado, composto pelos diretores de Centros Nacionais de Catalogação, que estabelece as políticas e as normas do SOC;
- b) A/C 135 *Panel A* - comissão permanente de representantes de Centros Nacionais de Catalogação, que presta assessoria ao A/C 135 *Main Group*, voltada ao estudo de assuntos técnicos na área de catalogação;
- c) NATO *Maintenance and Supply Agency* (NAMSA) - órgão responsável pela logística de material da OTAN, que possui as tarefas de secretariar as reuniões do A/C 135 *Main Group* e A/C 135 *Panel A*, gerenciar o NATO *Mailbox System*<sup>5</sup> e atuar como centro de catalogação para a OTAN. Através do gerenciamento da NAMSA, o SOC foi disponibilizado para países não pertencentes a OTAN, como no caso do Brasil; e
- d) Centros Nacionais de Catalogação (CNC) - são os órgãos que, associados aos sistemas de catalogação nacionais, centralizam as atividades de codificação em cada país, sendo o ponto de contato operacional com a NAMSA e os demais países do SOC.

Sob a forma de patrocínio da NAMSA, além dos países membros da OTAN, o SOC pode contemplar outros países que não fazem parte desse Tratado. Como *Tier 1* (participação parcial) o país não-pertencente à OTAN tem acesso aos dados de catalogação, às publicações e aos serviços disponíveis a todos os países OTAN participantes do SOC. Na participação plena, *Tier 2*,

<sup>5</sup> Sistema automatizado de intercâmbio de mensagens e arquivos, que permite a troca de transações de atualização de dados entre os sistemas de catalogação dos diversos países participantes do SOC (2:104).

onde além das prerrogativas de *Tier 1*, o país não-pertencente à OTAN tem seu número nacional de estoque considerado como Número de Estoque da OTAN<sup>6</sup> (*NATO Stock Number*), portanto passível de inclusão em catálogos do SOC. O Brasil atualmente encontra-se na categoria *Tier 2* (2:21).

## SISTEMA MILITAR DE CATALOGAÇÃO

Com o término da Segunda Guerra Mundial, teve início o interesse das Forças Armadas brasileiras pela catalogação, pois era sabido que o conhecimento exato dos itens em estoque possibilitava um gerenciamento mais eficiente desse material. Havia a necessidade de se controlar a grande quantidade do material existente, proveniente de uma numerosa variedade de equipamentos, quase todos adquiridos do exterior.

Em 1947, iniciou-se a catalogação no Brasil, a partir da aquisição de sobressalentes junto aos EUA. Somente em 1958 iniciaram-se, isoladamente, as atividades de catalogação em cada Força.

Em 1982, o então Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA (atualmente substituído pelo Ministério da Defesa - MD), criou o SISMICAT, instituído para possibilitar o desenvolvimento das atividades de catalogação no âmbito do EMFA (2:14). Segundo a sua Norma Operacional, o SISMICAT vem a ser o:

Conjunto de órgãos ou elementos pertencentes a diversas Instituições que, sem implicações administrativas e hierárquicas, recebe de um Órgão Central a orientação técnico-normativa no campo da catalogação. Este Sistema compreende procedimentos de codificação compatíveis com o Sistema OTAN de Catalogação [SOC] (*NATO Codification System - NCS*), além daqueles peculiares ao desempenho da atividade de catalogação em nível nacional (1:13).

O mesmo EMFA, em 1986, criou o Número de Estoque Brasileiro, com estrutura semelhante ao *NATO Stock Number* (NSN), com o Índice de Procedência de Catalogação<sup>7</sup> (IPC) – BR (2:11).

Em 1997, o Brasil ratificou os acordos de padronização com a NAMSA, como parte do acordo de adesão ao SOC e, em 1998, foi criado o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA). Nesse mesmo ano, foram assinados

<sup>6</sup> É o número de estoque atribuído a um item de suprimento, no âmbito do SOC (2:104).

<sup>7</sup> Código que identifica qual o país que atribuiu um número de estoque a um item (3:207).

acordos bilaterais de catalogação com países OTAN visando à utilização do SOC e é criado o Número Brasileiro de Estoque, com estrutura semelhante ao NSN e IPC – 19 (2:11).

Em 1999, foram efetuadas a montagem da base de dados do CECAFA e a regularização do fluxo de dados com os países OTAN e, em 2002, o Brasil alcançou a categoria *Tier 2*.

O CECAFA vem a exercer as funções de Centro Operacional do Sistema, com atribuição de representante oficial do Brasil como Centro Nacional de Catalogação (*National Codification Bureau*) - perante a OTAN, através da NAMSA, centralizando as ações de catalogação no país, e é o único organismo autorizado para a permuta internacional de dados de catalogação.

Como Órgão Executivo Central do SISMICAT, o CECAFA possui as tarefas de coordenar, gerenciar e centralizar as informações contidas no banco de dados do Sistema; conduzir as atividades de catalogação das empresas, serviços e itens de suprimento de interesse das Forças Armadas; e na qualidade de CNC do Brasil, servir de interlocutor com a NAMSA e os demais CNC dos países associados ao SOC (2:15).

Além das Forças Armadas, participa do SISMICAT o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O SISMICAT pressupõe a colaboração internacional na identificação de itens. Assim, a sua adesão ao SOC visa possibilitar que essa colaboração ocorra nos mesmos moldes já adotados pelos países da OTAN, de maneira padronizada. Para tal, são adotados procedimentos nacionais e internacionais necessários para manter atualizada a base de dados de catalogação do Sistema.

Quando da entrada do Brasil no SOC como *Tier 1* em 1998, percebeu-se a necessidade de dispor de uma ferramenta para codificação e decodificação dos dados, bem como de um *software* que gerenciasse o tráfego das informações, visando possibilitar a troca de dados com a NAMSA e os demais países usuários do Sistema (5:9).

Naquela época, como *Tier 1*, o Brasil tinha acesso aos dados referentes aos itens de suprimento fabricados nos países membros da OTAN, porém não era possível a inserção dos dados no Sistema referente aos itens fabricados por empresas brasileiras. Essa categoria dentro do SOC não possibilitava uma abertura de mercado para a indústria bélica brasileira.

O *software* necessário foi desenvolvido no país (Sistema de Gerenciamento de Dados de Catalogação – SGDC), numa parceria entre a Fundação COPPETEC (vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o CECAFA, que permitiu uma integração maior entre as organizações do SISMICAT e a troca de dados de catalogação com a NAMSA (5:10).

Com a intenção de utilização de modo pleno do Sistema, em outras palavras, fazer o Brasil ascender à categoria *Tier 2*, foi necessário que o país passasse por vários testes rigorosos, aplicados pela NAMSA, que verificassem a

capacidade técnica adquirida em trocar dados nos moldes do SOC. Na ocasião, somente países como a Austrália e a Nova Zelândia, ambas por influência da Grã-Bretanha, tinham alcançado tal objetivo.

O Brasil ascendendo à categoria *Tier 2* possibilitou uma abertura de mercado para a indústria bélica brasileira, em função da troca de informações entre os países da OTAN e *Tier 2*, e o recebimento das informações por parte dos países *Tier 1*. Em abril de 2005, o SOC possuía, além de 26 países da OTAN, quatro países *Tier 2* (Austrália, Brasil, Nova Zelândia e Singapura) e 21 países *Tier 1* (7).

A partir de tratados firmados entre a OTAN e outras organizações e organismos internacionais, outros países podem utilizar as informações do SOC, fora das categorias *Tier 1* e 2. Esses países somam 42 no total. Com isso, pode-se verificar que existem 93 países que se utilizam das informações do SOC para aquisição de material de defesa.

Não existe dentro do SOC uma base de dados única. Cada país que participa do Sistema detém uma parcela da totalidade dos dados existentes. O CNC de cada país gerencia a parcela de dados de catalogação referente aos itens nacionais sobre os quais tem responsabilidade de atribuição de número de estoque e manutenção dos dados em nível nacional. Além disso, também faz o acompanhamento dos itens sob sua responsabilidade, que os CNC de outros países se registraram no Sistema como usuários do item.

Em contrapartida, outra parcela dos dados de catalogação de um CNC se refere a itens estrangeiros para os quais se registrou como usuário do material. Desta forma, a atualização dos dados desses itens é da responsabilidade do CNC de origem.

Em função desta sistemática, os CNC OTAN e *Tier 2* tanto atualizam as informações quanto recebem atualizações entre si. Já os CNC *Tier 1* somente recebem os dados de atualização efetuados pelos países OTAN e *Tier 2* (3:12).

## **PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA**

A indústria bélica tem características peculiares, pois, seus produtos não têm apenas valor comercial, mas são fundamentais para a soberania, apoiando a projeção do país no cenário internacional e contribuindo para a consecução dos interesses nacionais. Esta indústria deve ser, ao mesmo tempo, competitiva comercialmente para assegurar a sua manutenção econômica numa situação de normalidade, bem como no caso de mobilização nacional, ser capaz de atender às necessidades do país. O incentivo à exportação tem sido a forma encontrada para atender a estas características e obter o máximo aproveitamento da sua capacidade instalada (10:34).

Além disso, as empresas pertencentes ao setor da indústria bélica compõem uma variedade de categorias. São fornecedores de peças e

componentes, fabricantes de subsistemas para sistemas de armas mais complexos e empresas do setor civil que rapidamente poderão produzir determinados tipos de armas.

De acordo com o Manual do SISMICAT, o Sistema possui algumas vantagens que direta ou indiretamente colaboram para o crescimento da indústria bélica (2:21):

- a) a padronização de dados, abordando grande variedade de itens, permitindo relacionar aqueles que são comuns a diversos equipamentos;
- b) o uso de uma linguagem comum, compreendida por todos (produtores e compradores), simplifica o diálogo técnico entre os usuários do sistema;
- c) a melhoria no relacionamento governo-indústria, através do uso de um único sistema de identificação;
- d) a descrição de itens, a partir de suas características técnicas ou funcionais, permitindo a busca e a seleção de componentes ou equipamentos;
- e) a descrição precisa encontrada no Sistema revela uma série de características para os itens que facilitam o trabalho de padronização das agências responsáveis; e
- f) o conhecimento da composição dos materiais através de descrições detalhadas.

A implantação do SISMICAT pretende atender aos seguintes aspectos: estabelecimento de uma linguagem única, permitindo um relacionamento mútuo entre as Forças Armadas; redução dos custos de aquisição e estocagem de materiais; e a nacionalização dos itens importados, visando obter uma maior disponibilidade de equipamentos das Forças Armadas, com menor dispêndio de recursos.

A nacionalização é a atividade cujo propósito é poder produzir no país um item de material em substituição a outro item importado.

A aquisição de material bélico no exterior e a conseqüente heterogeneidade de equipamentos e unidades são características das Forças Armadas de países em desenvolvimento. A diversidade aumenta as dificuldades de operação, manutenção e administração desse material. (9:26). A nacionalização, nesse contexto, vem minimizar essas dificuldades, bem como diminuir a dependência externa.

Através das características de operação do SISMICAT, pode-se efetuar a procura, no país, de indústrias que produzam materiais que eram importados, colaborando com a atividade de nacionalização.

O SISMICAT/SOC possui dois métodos de identificação de um item, a partir do qual ele é registrado no Sistema: o método descritivo e o método referencial. O método descritivo, de um item no Sistema, é realizado através do uso de nomes padronizados e descrições técnicas envolvendo os atributos e características detalhadas de cada item, de modo a diferenciá-lo dos demais. É o método mais demorado, porém deve ser utilizado sempre que possível, pois desta forma se obtém a mais exata descrição, permitindo a comparação com outros itens. O segundo método de identificação do item catalogado, o referencial, é um processo indireto, onde o nome do item é conotado somente ao Número de Referência<sup>8</sup> e ao Código da Empresa<sup>9</sup>. Esse método é utilizado quando não é possível realizar a identificação pelo método descritivo (2:34).

A ferramenta da catalogação permite que, a partir da análise das características físicas e de desempenho dos itens importados pelas Forças Armadas, possa ser descoberto item semelhante no mercado nacional, o que possibilitaria a redução da dependência externa, com a diminuição de importações, de custo e de tempo.

No decorrer da atividade de catalogação, a partir da inserção de itens pelo método descritivo no Sistema, tem-se a possibilidade de comparar as suas características registradas e identificar aqueles outros itens do Sistema, importados, que lhe são semelhantes, visando à possível nacionalização do item.

Na comparação das características dos itens no Sistema, pode ser visualizada a existência ou não de diferenças. Caso afirmativo, pode-se, junto aos fornecedores nacionais, estudar a opção de alterar as características do item nacional, visando produzir um item substituto ao item importado. A alteração de um item nacional, para atender aos requisitos de um item importado, dependerá das dificuldades técnicas e do retorno do investimento necessário. Esse aspecto estará diretamente relacionado à previsão de vendas para os fornecedores interessados.

A característica geral da indústria bélica é a produção de uma grande variedade de itens, com pequenas quantidades, fruto das reduzidas encomendas das Forças Armadas. Não há ganho de escala e, conseqüentemente, viabilidade econômica para a produção local (9:35).

Com as características do SISMICAT, a procura pelo item nacional, que foi identificado como similar ao item estrangeiro, será intensificada. Além da possibilidade da aquisição para as Forças Armadas do país, as informações sobre esse item estarão disponíveis para outros países da OTAN, *Tier 1* e *Tier 2*, os quais utilizam o item estrangeiro, como potenciais compradores.

<sup>8</sup> É um código alfanumérico, atribuído pelo fabricante ou órgão com ascendência sobre o projeto, que distingue parcial ou completamente um determinado item de produção. São usados por fabricantes para identificar peças necessárias à produção de um equipamento (2:33).

<sup>9</sup> Código atribuído a entidades fornecedoras de item de suprimento a usuários do SISMICAT (2:103).

Quando um item é identificado com as mesmas características de outro item estrangeiro no Sistema, aquele é registrado no SOC, com as suas descrições, referenciando ao item estrangeiro também cadastrado. A troca dos dados no SOC através de outros CNC permite que a informação sobre esse relacionamento do item nacional com um item estrangeiro seja repassada a outros países que fazem uso também do Sistema.

Outros países que utilizam o Sistema poderão, pelas informações nele contidas, conhecer a sua existência e despertar um possível interesse pela aquisição. Além do requisito qualidade, o fator preço poderá colaborar muito para possíveis transações. Outro fator que poderá colaborar com a possível procura por outros países é a utilização desse item pelos próprios compradores nacionais (as Forças Armadas), corroborando o seu emprego.

Essa abertura de novos mercados permite minimizar a falta de encomenda e possibilita um maior interesse da indústria em produzir o item. As encomendas, que não ficariam somente limitadas às Forças Armadas brasileiras, incentivariam a fabricação e abririam as portas para a exportação. O caminho para ampliar e viabilizar a produção nacional da indústria bélica é a exportação de suas peças e equipamentos (9:35).

A criação de um programa de nacionalização que venha a perseguir a tecnologia de ponta é difícil, visto que os altos custos envolvidos impediriam o seu prosseguimento. Porém, parece mais viável adequar a nacionalização com a eficácia, aceitando-se itens e equipamentos mais simples, mais fáceis de serem produzidos no país, a um custo mais aceitável (9:29).

Nesse aspecto, utilizar-se-ia tecnologia com desempenho inferior ao que de melhor existe disponível, porém compatível com o estágio de desenvolvimento da indústria nacional, atendendo adequadamente às condições de seu emprego (9:29).

São reais as possibilidades de exportação de material bélico por países cujo desenvolvimento tecnológico não é o dos mais avançados, pois uma parcela do mercado está interessada em equipamentos com um nível tecnológico menor. Esse fato, além de proporcionar preços mais competitivos, reduz os custos de operação e manutenção dos equipamentos, sendo uma vantagem significativa para países que dispõem de recursos financeiros limitados e reduzido quantitativo de pessoal tecnicamente qualificado (9:36).

Os países de pequeno desenvolvimento industrial são carentes de pessoal qualificado para operar e manter os equipamentos e sistemas mais sofisticados tecnologicamente, dando preferência à aquisição de itens que envolvam menor nível tecnológico (9:43).

O aumento das encomendas de material bélico pode estimular o desenvolvimento de empregos na economia nacional, contribuir para o balanço de pagamentos e para a produção de novas tecnologias que possam se propagar

para outros setores. Conseqüentemente, a indústria não-bélica será beneficiada, contribuindo com o desenvolvimento nacional pelo uso dual dessa nova tecnologia, ou seja, o emprego na indústria bélica e civil (10:33).

## CONCLUSÃO

Apesar da importância para a soberania de um país, a indústria bélica brasileira encontra-se em crise desde o início da década de 1990 em função de fatores internos e externos.

Os reduzidos orçamentos das Forças Armadas não permitem que estas efetuem adequadamente as suas encomendas no mercado interno, muito menos promovam o desenvolvimento tecnológico que o setor necessita. As importações de material bélico contribuem para a manutenção da atual crise na indústria bélica brasileira.

A inserção do Brasil no SOC e sua ascensão à categoria *Tier 2*, abriram uma perspectiva de incremento nas encomendas de material bélico brasileiro.

A troca de informações entre os países pertencentes ao Sistema, através de seus respectivos CNC, possibilita a disseminação de itens da indústria local que possam ser de interesse para outros países.

O registro no Sistema de itens de fabricação nacional, que têm as mesmas características de outros itens importados, abre as portas para exportações, que muito é influenciada em função do preço e da qualidade desse item. O uso do item nacional pelas Forças Armadas brasileiras corrobora com esta idéia.

O SISMICAT/SOC permite que as características do item catalogado sejam detalhadas, possibilitando a sua comparação e a identificação das semelhanças, contribuindo para a nacionalização de itens. Esses aspectos visam minimizar as dificuldades com a aquisição de material bélico no exterior e a diversidade de itens e equipamentos, características das Forças Armadas de países em desenvolvimento.

Proporcionada por preços mais competitivos, menor custo de operação e manutenção, e por exigir menor quantitativo de pessoal qualificado, são verdadeiras as possibilidades de exportação de material bélico também para países que utilizam tecnologias menos avançadas.

O aumento das encomendas da indústria bélica permite colaborar para a sustentabilidade econômica do setor e a produção de novas tecnologias, e contribuir para o aumento de empregos, o balanço de pagamentos e, num estágio mais elevado, para a projeção do país no cenário internacional e a consecução dos interesses nacionais.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Defesa. **Norma Operacional do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) – MD42-N-01**, 1ª ed., Brasília, 2001.
2. \_\_\_\_\_. **Manual do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) – MD42-M-01**, vol. I, 2ª ed., Brasília, 2003.
3. \_\_\_\_\_. **Manual do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) – MD42-M-01**, vol. II, 2ª ed., Brasília, 2003.
4. COSTA, Nadin Ferreira da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: Principais Óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 160-201, 1998.
5. DIAS, Ronaldo Costa. **Logística Integrada de Defesa**. 2004. Monografia (CAEPE) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2004.
6. MAGNOLI, Demétrio. ARAUJO, Regina. **Projeto de Ensino de Geografia: natureza, tecnologias, sociedades – Geografia Geral**. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.
7. NATO Codification System Country Codes. **North Atlantic Treaty Organization - NATO**, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.nato.int/structur/AC/135/main/links/codsp3-alt.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2005.
8. PROENÇA JÚNIOR, Domicio (Org.). **Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira: defesa, indústria e tecnologia**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos, Fórum de Ciência e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
9. VIDIGAL, Armando A. Ferreira. A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 108, n. 10/12, p. 25-44, out./dez. 1988.
10. SILVA, Antônio de Pádua Barbosa da. A Capacidade Industrial Brasileira no Fornecimento de Itens de Interesse Militar. 2004. Monografia. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 8-57, jan./dez. 2004.

## RESENHA DO LIVRO

### SEAPOWER: A GUIDE FOR THE TWENTY-FIRST CENTURY

TILL, Geoffrey. **SEAPOWER: A Guide for the Twenty-First Century**. Londres: Frank Cass Publishers, 2004. 430 p.

---

#### ***Capitão-de-Corveta Eduardo Augusto Wieland***

*O Capitão-de-Corveta Eduardo Augusto Wieland é Instrutor de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.*

O Professor Geoffrey Till é decano dos Estudos Acadêmicos na Escola de Comando e Estado-Maior Combinado do Reino Unido e contribui intensamente nos estudos do Departamento de Estudos de Defesa, do qual é Chefe. Anteriormente, foi professor de História na Escola Naval Real de Greenwich. Ele lecionou na Escola Naval Real de Britânia em Dartmouth, no Departamento de Ciências de Sistemas da Universidade da Cidade, no Departamento de Estudos de Guerra da *King's College* em Londres, onde completou seu mestrado e doutorado, e para a *Open University*. Ele é autor de inúmeros livros e artigos sobre o Poder Marítimo. Outras obras incluem: *Seapower at the Millenium* (2001), *Seapower: Theory and Practice* (1994), *Modern Seapower* (1987) e *The Future of British Seapower* (1984).

***Seapower: a Guide for the Twenty-First Century*** é mais um clássico desse amante do mar chamado Geoffrey Till. O livro é composto de onze capítulos que podem ser considerados independentes, mas que interagem entre si demonstrando o profundo conhecimento do autor sobre o mar e estratégias marítimas, no passado e no presente. Permeados de exemplos que denotam e corroboram suas diversas teses acerca do Poder Marítimo, este livro tem tudo para marcar o pensamento naval neste início de século. Sempre procurando tirar lições de fatos históricos e de citações de consagrados autores, desde SHAKESPEARE até Chefes de Governo de nossos dias, como REAGAN, passando por estrategistas como MAHAN, CORBETT e o nosso conhecido Almirante VIDIGAL, o autor vai apresentando as bases e importância do Poder Marítimo na grandeza de uma nação, bem como as estratégias navais e o emprego do poder naval em operações-de-não-guerra, até chegar em seu último capítulo, onde projeta para um futuro próximo o que ele espera do poder marítimo e o desenvolvimento do Poder Naval para o século XXI.

O livro aborda um largo espectro de assuntos, mas a ênfase é sempre dada à importância do mar para o desenvolvimento da humanidade e como os

aspectos da globalização acentuam sua importância e desenvolvem a percepção do valor fundamental que tem como meio ambiente físico. Sem se aprofundar em fatores jurídicos individuais de cada país que afetam o Poder Marítimo, o autor procura apresentar exemplos em todas as suas teses, sendo, até certo ponto, repetitivo. A conclusão de que as tarefas básicas do Poder Naval já conhecidas ainda são aplicáveis, mas que outras novas estão surgindo e cescendo de importância rapidamente, parece difícil de ser questionada, pela sua habilidade de argumentar sobre o assunto.

A forma com que o autor aborda o tema torna o livro recomendável para todos aqueles que se dedicam ao estudo de História e Estratégia Naval e também para os amantes do mar.

## **Biblioteca da Escola de Guerra Naval**

Horário de Funcionamento:

**Dias úteis: 07h30 às 21h**

Licenças administrativas: 8h às 17h

Sábados: 8h às 12h e 13h15 às 18h

### **Serviços:**

- empréstimo automatizado de publicações para militares e civis da MB;
- empréstimo entre bibliotecas;
- serviço de fotocópia; e
- biblioteca participante da Rede BIM (Bibliotecas Integradas da Marinha)

### **Acervo:**

A biblioteca é especializada em assuntos militares. O acervo da biblioteca possui publicações sobre os seguintes assuntos: Poder Naval, Poder Marítimo, Direito Internacional, Relações Internacionais, Política, Geografia Humana e Econômica, História Naval, História Geral e do Brasil, Administração, Economia e Contabilidade.

O acervo conta hoje com aproximadamente vinte e três mil títulos entre livros, monografias, ensaios, palestras, conferências e fitas de vídeo sobre diversos assuntos da área militar.

### **Contato:**

Endereço: Av. Pasteur, 480, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2295-7882 r. 9335

Fax: (21) 2295-1795

e-mail: biblioteca@egn.mar.mil.br

site: www.egn.mar.mil.br

## **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

A Revista da EGN aceitará trabalhos inéditos, sob forma de artigos ou ensaios, relacionados à: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítimas e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle. A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres dos membros dos Conselho Editorial, Conselho Consultivo ou de Pareceristas ad hoc, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da Revista.

As colaborações para a Revista da EGN devem seguir as seguintes especificações:

1 - O artigo deve ser apresentado de acordo com a NBR 6022 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica – Apresentação.

2 - A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, na ordem em que serão descritos a seguir:

### **a) PRÉ-TEXTUAIS**

Título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos ( : ) e na língua do texto.

O(s) autor(es) deve(m) ser indicado(s) por extenso, depois do título. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, aparecem em rodapé indicado por asterisco na página de abertura.

O resumo dos artigos na língua do texto terá no máximo 10 (dez) linhas e três palavras-chaves que devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

### **b) TEXTUAIS:**

Os elementos constantes são a introdução, desenvolvimento e a conclusão.

## c) PÓS-TEXTUAIS:

O resumo em língua estrangeira é elemento obrigatório: em inglês-Abstract; em espanhol-Resumen; em francês-Resumé, por exemplo.

Deve-se traduzir as palavras-chave para o idioma utilizado no resumo. (em inglês-Keywords; em espanhol-Palabras clave; em francês Mots-clés, por exemplo).

As referências obedecerão à NBR 6023, por exemplo:

SOBRENOME, Nome. Título da obra em itálico: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, Ano. Nº de páginas com p.

SOBRENOME, Nome. Título da parte. In: título da obra em itálico. Edição (se houver). Local: Editora, Ano. p.x-y.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Título do periódico em itálico, Local, v., n., p.x-y, mês e ano.

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local, Ano. Disponível em :<endereço eletrônico>. Acesso em: dia mês e ano.

Alguns elementos pós-textuais, como título em língua estrangeira, notas explicativas, glossário, apêndices e anexos podem ser incluídos, seguindo as instruções da NBR 6022.

3 - O artigo deve ser apresentado em duas vias impressas, com seu respectivo arquivo digital em disquete/CD, no padrão Word for Windows. Terá, no máximo, 20 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5cm e margens de 2,5cm. Podem ser acrescentadas notas de rodapé ao final de cada página do texto.

4 - Para textos com imagens, as originais impressas deverão ser, preferencialmente, enviadas para serem digitalizadas na produção da Revista. Caso o autor fique impossibilitado de enviar as imagens originais, deverá encaminhar seus respectivos arquivos em 300 dpi no formato JPG e dimensionadas em aproximadamente 5x5 cm. As imagens não deverão estar inseridas no texto, mas em disquete/ CD anexo. No caso de imagens provenientes de máquina digital, deverão estar na mais alta resolução da câmera.

5 - Está disponível no site da Escola de Guerra Naval, no endereço [www.egn.mar.mil.br/egn/revistaEgn.htm](http://www.egn.mar.mil.br/egn/revistaEgn.htm) o modelo de confecção do artigo.

6 - Os ensaios deverão seguir as mesmas normas especificadas para os artigos.

7 - Os trabalhos devem ser remetidos com uma folha a parte com o nome completo do autor, seguido das referências com as quais deseja ser apresentado (máximo de 3 linhas), endereço completo, telefone para contato e e-mail.

8 - A Revista da EGN se reserva todos os direitos autorais sobre os trabalhos publicados, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

9 - Toda correspondência referente à Revista da EGN deve ser encaminhada à Escola de Guerra Naval – Av. Pasteur, 480 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-240, aos cuidados do Editor da Revista da EGN.

## **TÍTULO DO ARTIGO DE PERIÓDICO: FORMA DE APRESENTAÇÃO PARA A REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

**Regina Boanerges Siqueira\*, Cremilda Santos\***

**Resumo:** Este trabalho apresenta um exemplo da estrutura de um artigo de periódico a ser editado pela Escola de Guerra Naval. Ao redigir, o autor deve lembrar que o resumo na língua do texto terá no máximo 10 linhas.

**Palavras-chave:** Normalização. Documentação. Referências. Artigos de periódicos.

### **Introdução**

Parte inicial do artigo, onde devem constar as delimitações do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

### **Desenvolvimento**

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. É o núcleo do trabalho onde o autor expõe, explica e demonstra o assunto em todos os seus aspectos.

### **Conclusão**

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. O autor pode expor sua opinião com base em suas avaliações e interpretações, podendo recomendar ou sugerir mais pesquisas na área.

Abstract para língua inglesa  
Resumen para língua espanhola

Keywords para língua inglesa  
Palabras clave para língua espanhola

### Referências

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro: a Associação, 2003.

2. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.